

00
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE

MOVIMENTO OPERÁRIO NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO
(um estudo das relações entre canavial e usina - 1955/1964)

Clemilda Maria de Oliveira de Souza

Campina Grande
1982

CLEMILDA MARIA DE O. DE SOUZA

+
MOVIMENTO OPERÁRIO NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO
/ (um estudo das relações entre canavial e usina - 1955/1964)

Dissertação apresentada ao
Mestrado de Sociologia do
Departamento de Sociologia
e Antropologia do Centro
de Humanidades da Universi
dade Federal da Paraíba -
- Campus de Campina Grande.

Campina Grande
Setembro - 1982

Professor Orientador:
José Cláudio Barriguelli

Mas existe nesta terra
muito homem de valor
que é bravo sem matar gente
mas não teme matador,
que gosta de sua gente
e que luta a seu favor,
como Gregório Bezerra,
feito de ferro e de flor.

Ferreira Gullar

Dedicamos este trabalho
a Gregório Bezerra, he-
rói nacional e combatente
te nas lutas dos traba-
lhadores pernambucanos.

S U M Á R I O

Apresentação e Agradecimentos, 1

Introdução, 4

Capítulo 1 - A Cisão do Movimento Operário pelo Estado, 19

Capítulo 2 - A Estrutura Sócio-Econômica na Zona da Mata, 36

2.1 - O Desenvolvimento Histórico da Agroindústria Açucareira no Nordeste, 37

2.2 - As Relações entre Usina e Canavial, 43

2.3 - As Transformações Recentes, 71

Capítulo 3 - O Projeto Político do Partido Comunista Brasileiro, 82

3.1 - A Reforma Agrária e o Elo com as Massas, 83

3.2 - A Luta Antiimperialista pelo Desenvolvimento Autônomo do Capitalismo Brasileiro, 92

Capítulo 4 - Os Limites da Experiência Democrática em Pernambuco, 106

4.1 - Os Limites do Projeto do PCB: As Alianças de Classe e o Crescimento do Movimento Operário e Popular, 107

4.2 - As Ligas e o "Socialismo Camponês", 131

Capítulo 5 - Conclusões: A Cisão pela Reforma Agrária, 144

Bibliografia e Fontes Consultadas, 154

Anexo, 164

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Este trabalho surgiu da pesquisa sobre as lutas de clases na Paraíba e em Pernambuco, no período 1955/64, realizada em 1979/80 por Bernardete Aued com a nossa participação, contando com o apoio da professora Regina Reys Novaes, dos colegas do Mestrado de Sociologia da UFPb - Campus de Campina Grande, e do Núcleo de Documentação da UFPb - João Pessoa.

Inicialmente, procurávamos reconstruir a atuação do operariado das usinas na Zona da Mata em Pernambuco. Entretanto, o momento histórico em que tratávamos os elementos do problema originalmente proposto, evidenciava que estes operários haviam permanecido praticamente desmobilizados, com exceção do breve intervalo entre o início de 1962 e março de 1964. Da indagação do porquê dessa desmobilização, num dos segmentos estrategicamente mais importantes da classe operária no Nordeste, e num período reconhecidamente de avanço da organização popular, originou-se a idéia do presente trabalho.

Muito devemos a vários amigos. A José Cláudio Barrigueli, da Universidade Federal de São Carlos, orientador, por nos ter feito compreender a importância de buscar os nexos entre o passado e o presente, chamando atenção para fugir da discussão acadêmica que não se alimenta da ação política. A Célia Cavalcanti, pela solidariedade com que leu e reelaborou conosco o manuscrito, tentando explicitar os referidos nexos. A Bernardete Aued, Valdomiro Cavalcanti, Dalcy Cruz, Idaeto Aued e Luiz Carlos Gama, pela dedicação como sustentaram as discussões que nos permitiram caminhar.

Agradecemos aos professores e colegas do Mestrado, com os quais tivemos oportunidade de discutir, principalmente César Barreira, Ivone Vital, Dinalva Rodrigues e Guilherme Rubeñ, e, particularmente, a Regina Célia Reys Novaes, pela ajuda valiosa na fase inicial, quando é sempre mais difícil o caminhar. Agradecemos também aos participantes do PIPSA, Grupo de "Movimentos Sociais no Campo", pelas críticas e sugestões apresentadas aos textos preliminares.

Por razões óbvias, deixamos de nomear todas as pessoas que reconstituíram, com a memória das lutas e das perseguições sofridas, o processo aqui descrito. Destacamos, entretanto, a figura de José Apolônio Matias - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Pernambuco, entre 1962 e 1964, - deposto com o golpe de Março de 1964 e massacrado pelas circunstâncias então criadas, mas que ainda hoje, mesmo destituído pela doença, não perdeu a fé no futuro. Ressaltamos ainda, que na reconstrução do cenário político de Pernambuco, entre 1945-1964, muito nos ajudaram os depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro Josué de Castro, bem como os relatos vivos de Diógenes Wanderley, rememorando a face da burocracia sindical do Estado Novo em Pernambuco.

Este trabalho não teria sido realizado não fôra a compreensão dos colegas do Departamento de Agricultura da SUDENE, não só nos incentivando como estabelecendo os arranjos internos necessários que nos possibilitaram trabalhar no manuscrito, durante os dois últimos anos - agradecemos particularmente a Nilo César Ramos pelas valiosas sugestões, e a César Garcia, Agostinho Romão, José de Castro, Jorge Coelho, Miriam Seara e José Máximo Viana, pela sensibilidade demonstrada - e não fôra o apôio de infra-estrutura dado por José Eduardo Souza Cruz, Severina Maria da Silva (Vina), Wellington Monteiro e Luzinete Oliveira.

Embora esclarecendo que a responsabilidade pelas opiniões aqui emitidas é inteiramente nossa, dividimos a realização deste trabalho com estas pessoas, e com as muitas outras que não foram nomeadas, não por esquecimento, mas porque, como diz um amigo querido, é importante a certeza de que o trabalho intelectual não somente é parte de um trabalho maior, coletivo, como também é provisório, enquanto elaboração da auto-consciência da

sociedade e não do sujeito-autor.

Finalmente, o reconhecimento e um agradecimento especial à paciência e solidariedade de Lúcio, Andréa e Anamélia.

I N T R O D U Ç Ã O

I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho se propõe discutir o crescimento do movimento operário e popular na Zona da Mata de Pernambuco, na conjuntura 1955-64, procurando compreender as bases nas quais se assentam esse crescimento, bem como a sua relação com a proposta da reforma agrária, no sentido de que esta, ao mesmo tempo em que representou um poderoso fator para o desenvolvimento da organização dos trabalhadores agrícolas, colocou também, várias contradições no seio da luta política nesta dada conjuntura.

Geralmente, o que se toma para caracterizar o crescimento da organização sindical no campo em Pernambuco, no período 1955-64, é o aparecimento das Ligas Camponesas, em 1955, e a expansão dos sindicatos rurais, a partir de 1962. Em nossa opinião; entretanto, no caso da Zona da Mata, um outro fator importante, apesar de pouco lembrado, evidencia e qualifica o citado crescimento. Trata-se da reorientação ocorrida nas atividades sindicais dos operários das usinas, entre 1960 e 1964, no sentido de quebrar o controle dos usineiros sobre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Pernambuco, viabilizando um novo patamar para a luta sindical destes operários, até então atrelada aos interesses da burguesia açucareira, e contribuindo para que se esboçasse uma nova tendência, até então desconhecida na Zona da Mata: a dos trabalhadores das usinas procurarem se aproximar dos trabalhadores agrícolas dos canaviais, solidarizando-se com as rei

vindicações destes por melhores condições de venda da força de trabalho, e pelo direito de manifestação e organização.

Essa aproximação tem um significado estratégico duplamente importante. Por um lado, com as transformações que naquele momento se processavam, expandindo-se o proletariado e generalizando-se a luta por melhores condições salariais, torna-se evidente que haviam caído por terra as principais barreiras impeditivas do avanço da luta econômica dos trabalhadores da agroindústria açucareira como um todo. Por outro lado, ela punha em cheque a cisão do movimento operário na zona do açúcar, promovida pela burguesia diretamente ou através do Estado, e colocava para o próprio movimento novas tarefas, no sentido de oferecer os elementos táticos essenciais para unir os diferentes segmentos. Realizar a cisão competitiva, como sempre competiu, à burguesia. Cumprir ao movimento operário superá-la, na medida em que lutasse pela unidade, embora enfrentando os interesses "individuais" que a realidade objetiva colocava. Com quais elementos se lutou pela unidade entre os trabalhadores das usinas e os trabalhadores dos canaviais é uma questão que se coloca para discussão no presente trabalho, partindo de que a identidade pela luta econômica já sugeria buscá-la por outros caminhos que não a aliança entre classes distintas. Por cima da inevitável heterogeneidade decorrente da atividade econômica ou profissional⁽¹⁾, explicitava-se a condição proletária dos trabalhadores agrícolas e industriais da agroindústria açucareira.

Portanto, face a uma série de circunstâncias político-econômicas específicas do período 1955/64, a classe operária na agroindústria açucareira em Pernambuco⁽²⁾, até o início da década de 50 desorganizada e completamente desmobilizada, consegue transitar, nos começos dos anos 60, para um dado nível de organização, onde se abriam possibilidades de unificar a luta sindical dos trabalhadores das usinas e dos canaviais, na base de reivindicações por melhores termos de venda da força de trabalho.

(1) A própria divisão do trabalho separa a classe operária desde o plano econômico, e exatamente por isso a luta econômica é uma luta profissional. (Cf. Lenine, V.I. "Que Fazer?" In: *Obras Escolhidas*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979. p. 117-149).

(2) Compreendendo o segmento agrícola, inserido nos canaviais, e o

Essas possibilidades se manifestavam principalmente no plano sindical, crescendo a luta tanto dos trabalhadores agrícolas quanto daqueles inseridos nas usinas, e crescendo no sentido de aproximá-los para uma mobilização conjunta, tal qual aconteceu durante as greves de novembro de 1963 e fevereiro de 1964, quando pararam simultaneamente usina e canavial. Em resumo, poderíamos afirmar que o nível de organização naquele momento, favorecendo a unidade da luta sindical dos dois segmentos, representava efetivamente um avanço, comparado ao quadro de desmobilização do início dos anos 50.

O aparecimento das ligas camponesas de 1955 marca o início desse processo, ao esvaziar o citado mecanismo político-ideológico de desmobilização, ao qual nos referimos, e que consistia, por um lado, no boicote ou na repressão direta de qualquer forma de organização dos trabalhadores agrícolas⁽³⁾, e por outro lado, na manipulação do direito - conquistado - dos trabalhadores das usinas de se organizarem em sindicato⁽⁴⁾ e de serem beneficiados pela Legislação Trabalhista, transformando esses direitos em privilégios, e revestindo-os do caráter de direitos de uma classe, com exclusão ou em detrimento de outra, no caso, dos trabalhadores agrícolas.

As relações entre canavial e usina pressupõem o próprio caráter do processo produtivo na agroindústria, e passam pelas formas de subordinação do trabalho no setor agrícola, institucionalizadas ao longo do processo histórico de desenvolvimento do capital. Nesse universo, desenvolveram-se contradições entre trabalhadores da usina e do canavial, contextualizadas (e conceptualizadas) em termos de mundo de operários e mundo de camponeses. Nas usinas, a força de trabalho, representando em torno de 10% do total de trabalhadores agrícolas, foi beneficiada com uma série de privilégios, consolidados ao longo do tempo, como a cobertura pela Legislação Traba

(3) Embora o Decreto 7038, de 1944, permitisse a sindicalização rural, na prática ele não era respeitado.

(4) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Pernambuco, fundado em 1937, congregando operários e empregados nas usinas.

lhista e o direito de se organizarem em sindicatos, conseguidos desde a década de 30. Tais privilégios, mais o próprio caráter do trabalho fabril - que no mercado de trabalho da Zona da Mata implica em vantagens concretas imediatas, como a carteira assinada e o trabalho fixo - desenvolveram entre os trabalhadores das usinas uma consciência de superioridade com relação aos trabalhadores do canavial⁽⁵⁾, ideologicamente utilizada para dificultar a aproximação entre os dois segmentos. A reconstrução dos primórdios do movimento sindical na área evidencia o sucesso desse controle ideológico, uma vez que a partir do Estado Novo a principal forma de repressão se fundou na prática de cooptação das lideranças fabris e na marginalização dos trabalhadores agrícolas, esta tolerada e consentida por aqueles, na medida em que se compensavam num nível de vida superior.

Desse modo, ao desinteressarem-se pela sorte dos trabalhadores agrícolas, desinteresse que fazia parte de uma política de conciliação, as lideranças operárias aceitavam que se estreitassem os limites da sua própria organização⁽⁶⁾, e a burguesia podia, evidentemente sem prescindir na repressão direta, quando ela se fazia necessária, utilizar-se da manipulação sobre um segmento inteiro, como apêndice estratégico ao bloqueio da organização de toda a classe. Ou seja, o resultado era uma cadeia: da cisão vinha a desmobilização e esta reforçava as barreiras que impediam o desenvolvimento da organização no campo.

Assim, sob qualquer ângulo que se veja a questão do movimento operário na zona do açúcar, ela aponta para o controle, deliberadamente realizado pela burguesia, com o objetivo de impedir a aproximação entre trabalhadores agrícolas e industriais.

Não obstante esse dado, é necessário reconhecer, entretanto, que a avaliação da prática operária não pode se condicionar unicamente aos fatores conjunturais, havendo que iluminá-los obrigatoriamente com as condições do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, sendo necessário refletir sobre a debilidade estrutural do proletariado açucareiro, levando em conta as repercussões dessa fragilidade sobre a sua prática política, a fim de não incorrer em simplificações grosseiras, que obscurecendo as determinações estruturais do

(5) O fenômeno corresponde ao que José Sérgio Leite Lopes chama de "aristocracia da miséria". Leite Lopes J.S. *O Va por do Diabo*. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 210.

(6) É preciso que se diga que esse desinteresse era muito mais o resultado do incipiente desenvolvimento do proletariado - os fabris se viam como os únicos

processo político terminam incorrendo em análises voluntaristas. A este respeito concordamos inteiramente com Werneck Vianna, na seguinte passagem:

"Perceber a política apenas pelo sistema de orientação da classe operária fora do contexto geral em que se impõe o capitalismo como modo de produção dominante e das formas peculiares em que se cumpre este processo no país, leva ao ocultamento das mil e uma variedades de repressão de que essa classe tem sido objeto"⁽⁷⁾.

Conseqüentemente, o próprio controle e a cisão do movimento operário pelo Estado, apoiado nesse controle, sugere alguns questionamentos.

O primeiro refere-se às razões porque essa tática teve tanto sucesso até a década de 50. Não bastava de fato a intenção da burguesia de dividir, era preciso que a divisão, entre outros fatores, tivesse raízes bem mais profundas, que justificasse a sua existência na consciência das massas. Essa consciência existia, como vimos, na medida em que os trabalhadores das usinas se consideravam e eram vistos como os únicos operários no meio de uma massa de camponeses, e na medida em que se materializava em direitos que os trabalhadores das usinas gozavam, de se organizarem, de se manifestarem e de serem protegidos pela CLT, Quando esses direitos foram institucionalizados em termos de "direito de classe", estava caracterizada a cisão da classe operária através do Estado, apoiada numa série de fatores de ordem estrutural, que a legitimavam frente à massa dos trabalhadores. A segunda questão refere-se às razões porque exatamente a partir de 50 essa tática não mais funcionou. Ou seja, a partir desta época os trabalhadores agrícolas se organizaram em ligas e depois em sindicatos, se manifestando e conquistando os direitos que eram "letra morta"; os trabalhadores fabris quebraram o sistema de manipulação e cooptação que se dava através do sindicato, procurando se aproximar dos trabalhadores agrícolas.

Nesse caso, onde se apoiaria a divisão, do ponto de vista estrutural, e como foi possível rompê-la? O que aconteceu, objetiva e subjetivamente, que permitiu esse avanço, de consciência e de organização? São questões que ten-

(7) Vianna, Luiz Werneck. "Questões Atuais Sobre o Sindicalismo". In: *Escrita-Ensaio*(4), 1978, p. 20. Citado por Neves, Lucilia de Almeida. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*. Belo Horizonte, Editora Vega, 1981, p. 21.

taremos também discutir ao longo do trabalho.

De fato, as barreiras tinham raízes no plano estrutural, decorrentes das contradições criadas pelo desenvolvimento do capital. A forma histórica como se processou esse desenvolvimento, apoiando-se na propriedade agrária concentrada, determinaram que persistisse e se recriasse a conjugação produtor/meios de produção como a própria especificidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura brasileira⁽⁸⁾. As consequências mais visíveis eram, por um lado, a não generalização da produção de mercadorias e o não aprofundamente da Divisão Social do Trabalho, e, por outro, a não transformação da força de trabalho totalmente em mercadoria, como seria de se transformar. No caso da Zona da Mata, o "roçado", o "cambão", a "condição" e ainda a "sujeição" mantinham os trabalhadores enquanto vendedores intermitentes ou descontínuos de força de trabalho, conforme o ciclo da produção agrícola e o andamento do processo produtivo.

Isto não significa que não se tenha constituído o proletariado rural. Significa que a feição de super-exploração, miséria e dominação, representavam as características estruturais, cuja manifestação política se dava na impossibilidade de desenvolver a consciência. Ou seja, não se desenvolvendo as contradições, não se desenvolviam formas de organização, além do patamar objetivo⁽⁹⁾.

Sob o influxo da redefinição da inserção do Brasil na nova Divisão Internacional do Trabalho, algumas mudanças importantes ocorrem, aprofundando-se a relação com o capital monopolista internacional. Essas mudanças,

(8) Sobre a importância de se levar em conta essa conjugação e o que ela representou para o nosso desenvolvimento histórico, ver Barriguelli, José Cláudio et alii. *A Questão Agrária no Brasil: 1870 / 1975*. S. Carlos, UFSCar, 1979.

(9) Este somente se altera a partir da expansão do proletariado e da generalização da luta *contra a exploração capitalista*. Essa generalização inclusive veio a ser a principal determinação da passagem de Ligas para Sindicatos.

iniciadas nacionalmente após 1930, incidem principalmente nas condições de subordinação do trabalho agrícola ao capital, objetivando a redução do valor das mercadorias produzidas na agricultura e a integração desta à indústria, naquilo que os analistas vêm chamando de "industrialização da agricultura"⁽¹⁰⁾.

Somente na década de 50 a vaga da industrialização vem atingir diretamente a agroindústria açucareira no Nordeste, associada à necessidade de aumentar a produção para exportação e simultaneamente reduzir o valor do açúcar. Vem daí a intensificação do trabalho e o aumento da concentração da propriedade agrária. É dentro desse processo que se compreende a expulsão dos moradores, a extinção do roçado de subsistência, a expulsão dos foreiros - na ótica do proprietário preferível expulsar que aumentar o foro - e a extinção do cambão. Todos esses fenômenos faziam parte das injunções do momento: aumentar a extração de trabalho gratuito. Inclusive o cambão, apesar das controvérsias da época⁽¹¹⁾.

Tais elementos, de natureza mais econômica, não podem ser esquecidos ao se procurar entender as mudanças que se processaram no nível político. Sem eles a História careceria de sentido, pois representam a base onde agiram os atores sociais e onde se enfrentaram as diferentes forças atuantes na época. É a partir deles que as ações se revestem de determinações concretas, pois representam as circunstâncias que fizeram os homens, muito embora por eles houvessem também sido feitas⁽¹²⁾.

(10) Cf. Graziano da Silva, José. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista*. Campinas, 1980. Tese de Doutorado. Muller, Geraldo. "A Industrialização do Campo no Brasil - Algumas Notas. In: *Reforma Agrária*, (10) (4/5), julho/outubro, 1980. p. 65-71, e Szmrecsanyi, Tamás. *O Desenvolvimento da Produção Agropecuária, 1930-1970*. Unicamp/Dept^o de Economia e Planejamento Econômico. Texto para discussão n^o 9. 2 v.1 Campinas, outubro, 1981. Introdução e capítulo IV.

(11) Cf. Aued, Bernardete. *A Vitória dos Vencidos*. UFPb/Campina Grande, 1981. p. 81-82.

(12) Cf. Marx, Karl e Engels. F. *A Ideologia Alemã*, S. Paulo, Grijalbo, 1977. p. 56.

Apesar das condições objetivas favoráveis, não unicamente o desenvolvimento das forças produtivas no contexto de expansão do capital monopolista no Brasil foi responsável pelas novas bases para a organização no campo. Os acontecimentos demonstram que em Pernambuco, durante o período 1955/64, a burguesia açucareira-alimentícia-têxtil empreendeu desalojar da direção política do Estado as frações oligárquicas ligadas aos setores algodoeiro-pecuário, num projeto de hegemonia cujos marcos se situam no Congresso de Salvação Nacional, realizado em 1955, o qual era também um esforço para comandar o "processo de industrialização do Nordeste". A história da "Frente do Recife" demonstra que esse projeto contou com o apoio dos setores populares e das forças de esquerda, hegemônicas pelo Partido Comunista Brasileiro, e que, no interior dessa aliança, as ações concretas, produzindo a eleição de Cid Sampaio e depois Miguel Arraes para Governador, resultaram de haver no Governo Arraes condições e espaço político para o crescimento da organização no campo, através da via de se expressarem os conflitos, e sua condução, para negociações a nível institucional⁽¹³⁾. Isto porque, na base dos acordos, colocou-se, conjuntamente, para a burguesia e para as forças populares, a perspectiva de, pela força do desenvolvimento econômico, modificarem a estrutura fundiária nordestina, considerada "arcaica, semi-feudal, responsável pelo atraso da agricultura e pela exploração dos camponeses", através da derrocada do poder político dos latifundiários enquanto classe, e da extinção do latifúndio improdutivo. Nesse contexto foi possível, num primeiro momento, surgir a reforma agrária enquanto proposta que unia as diferentes classes, interessadas no desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. O projeto referenciou durante um certo tempo a luta política em Pernambuco, até que a própria realidade da acumulação, determinando os interesses da burguesia e se chocando com o avanço da organização popular, o esvaziaram.

(13) Acerca das alianças de classe e da "Frente do Recife", ver Oliveira, F., *Elegia para uma Re(li)gião*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1978; Soares, A., *A Frente do Recife e o Governo do Arraes*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1982; Azevedo, F., *As Ligas Camponesas, Campesinato e Política*. Recife, 1980. Tese MS: mimeog.

Resumidamente, esse seria o panorama de crescimento do movimento operário e popular em Pernambuco, durante a conjuntura 1955-64, bem como as suas principais determinações, a maioria delas, aliás, suficientemente discutidas em vários trabalhos sobre as lutas sociais na Zona da Mata na referida conjuntura⁽¹⁴⁾.

Entretanto, se olharmos mais de perto para o quadro, principalmente com relação à Zona da Mata, algumas discrepâncias se evidenciam no interior do próprio movimento, exigindo compreender melhor o sentido em que se desenvolveu. De fato, observou-se um crescimento na organização e na mobilização do conjunto dos operários da agroindústria açucareira, tanto no segmento agrícola quanto no industrial, sem que, entretanto, apesar disso, se unissem esses trabalhadores em torno de um objetivo político comum, ao contrário, tudo indica que caminhando, cada segmento, para objetivos excludentes e contraditórios entre si. Parece que a quantidade não foi sinônimo de qualidade, pois a própria reconstrução do processo histórico demonstra como, por um lado, não obstante a sua inserção no interior do pacto nacionalista-desenvolvimentista, o operariado das usinas via na burguesia açucareira, o seu inimigo de classe, enquanto o operariado agrícola, embora também enfrentasse diariamente a exploração e contra ela reivindicasse - salários, 13º, férias, etc. - tinha como principal objetivo *político* a reforma agrária e o estabelecimento, enquanto classe, na condição de pequenos proprietários *camponeses*.

Seria o caso portanto de compreender mais detidamente o conteúdo do projeto político ou da luta política, na Zona da Mata, bem como de que maneira em torno desse projeto se pretendeu realizar a unidade - obviamente a unidade tentada foi a unidade de interesse entre classes distintas - e ainda como tal projeto terminou imprimindo ao crescimento do movimento operário as suas principais contradições, ou os seus mais sérios estrangulamentos.

(14) Idem. Ver também Camargo, A. *Mouvements Paysans et Crise Populaire*. Paris, 1973. Tese de doutoramento, mimeografado; e Koury, M. *O Bagaço da Cana*. Recife, 1976. Tese Ms; mimeografado.

O principal deles, segundo nosso entendimento, e apoiados nas evidências surgidas na reconstrução do próprio movimento, é que o operariado das usinas *não se sentia identificado* com a luta política pela reforma agrária - o que não significa que não a apoiassem, enquanto luta de uma outra classe. A reforma agrária não unia canavial e usina do ponto de vista político, pelo contrário, *dividia* no plano da consciência, além de implicar em *negar* o proletariado agrícola, enquanto classe, e no plano do projeto político.

Noutras palavras, como o camponês não era camponês, lutava por salário com um olho na terra. Como o horizonte político dos trabalhadores das usinas era a luta pela reforma agrária - muito distante estavam da luta por reforma bancária, reforma educacional, reforma habitacional, etc. - o resultado era ficarem praticamente à margem da luta política. Para eles, o que se colocava como alternativa, do ponto de vista das perspectivas mais amplas,

para além da luta pelo salário, era a reforma agrária ou nada. Tanto isso é verdade, que somente quando as lutas sociais atingem um dado nível em todo o Estado - a partir da campanha de Arraes para Governador - é que vão se inserir na arena política. Isto é, quando as reivindicações pelas outras reformas se generalizam no Estado como um todo, é que o operariado das usinas *se integra* de fato ao movimento operário. Assim mesmo, se integra muito mais com o movimento sindical de Recife do que com o sindicalismo rural, na própria zona do açúcar.

Como se explica que a reforma agrária tenha assumido a conotação de principal bandeira política de luta, numa estrutura social que naquele exato momento sofria transformações econômicas fundamentais, cuja principal consequência era a expansão do proletariado agrícola?

Na compreensão dessa questão é preciso reconstruir a atuação do Partido Comunista Brasileiro no campo, em Pernambuco. Primeiro devido à sua hegemonia, na época, entre as forças dirigentes do movimento operário, documentada não somente nos relatos dos pró

prios militantes⁽¹⁵⁾, mas também em jornais, arquivos e documentos, bem como nas polêmicas dos anos 60, entre as ligas de Julião e os comunistas⁽¹⁶⁾. Depois porque, do ponto de vista metodológico, essa questão se compreende no universo da luta política, e como tal, no universo da atuação do Partido. Este, enquanto núcleo dirigente, tem obrigação de, por meio de ações organizadas, promover no interior das lutas concretas o direcionamento do movimento de massas, a fim de possibilitar-lhes o salto de qualidade, das lutas econômicas para as lutas políticas⁽¹⁷⁾. Assim, independentemente das análises sobre a justiça ou o acerto dessas ações, o entendimento do movimento de massas - portanto, da organização e mobilização conseguidas através de ligas e sindicatos - passa obrigatoriamente pela sua relação com o Partido.

O trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro buscamos mostrar as tentativas de organização da classe operária no campo, desde o início do século, em sua ligação com o movimento operário de Recife. Ao findar a década de 30 essas tentativas se materializaram na criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Açucareira em Pernambuco, como fruto entretanto da política populista do Estado Novo e das relações entre Agamenon Magalhães - homem de confiança de Getúlio - e a burguesia açucareira. No principal, o objetivo é deixar claro os métodos de controle e repressão acionados para freiar a organização dos trabalhadores.

O segundo capítulo se detém nos elementos que determinaram, do ponto de vista histórico e estrutural, a feição da classe operária na agroindústria açucareira, os quais, por sua vez, condicionaram a colocação de propostas e fundamentos organizativos distintos para os trabalhadores do campo e da usina. A intenção é entender como se desenvolveu a força de trabalho agrícola e industrial (especialmente a sua natureza de produtora parcial de meios de subsistência do roçado) no contexto da reprodução do ca-

(15) Cf. Bezerra, Gregório. *Memórias*. (Segunda parte: 1946-1969). R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

(16) Cf. Aued, Bernardete, op. cit. Ver também: Zevedo, F., op. cit. e Camargo, A., op. cit.

(17) Cf. Lukács, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto, Escorpião, 1974. p. 303-348.

pital nas estruturas açucareiras. Assim, o dado da existência, no passado, de operários de usina produzindo também, embora em menor escala, meios de subsistência nos roçados, tal qual os moradores, adquire relevância para compreender as determinações que atrasaram de muito o desenvolvimento da classe operária na agroindústria açucareira. Reportamo-nos também aos elementos surgidos com as transformações econômicas ocorridas a partir de 1950, fruto da redefinição da inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, procurando compreender como essa redefinição afetou a estrutura de classes na Zona da Mata, ao exigir novas formas de subordinação do trabalho e novos processos de extração da mais valia, e ao recolocar, como ponto chave dessa redefinição, a manutenção, pela burguesia, do monopólio de classe sobre a terra.

O terceiro capítulo discute a forma como o Partido Comunista Brasileiro entendeu a realidade da Zona da Mata, dentro da perspectiva de lutar por um desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, e pela construção da democracia burguesa no país. Nesse contexto teórico-metodológico, o PCB, vendo no imperialismo o principal entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, propõe a reforma agrária como a tática principal da luta política no campo, objetivando criar uma classe de pequenos produtores, a fim de garantir a vitória da Revolução Democrático-Burguesa no Brasil.

No quarto capítulo se discute como a conjuntura nacional, de expansão da luta nacionalista e desenvolvimentista foi vivida em Pernambuco, articulando-se uma aliança político-eleitoral entre burguesia e forças populares, cuja forma era a "Frente do Recife", a partir da qual, ou no interior da qual, desenvolveram-se condições favoráveis à expansão da organização dos setores populares, no campo e na cidade.

Relacionando as transformações que objetivamente se processavam a este quadro, constata-se uma interpretação de fatores objetivos e subjetivos, conduzindo à generalização da luta por melhores termos de venda da força de trabalho, à expansão dos sindicatos, e à aproximação entre operários de usina e dos canaviais, como uma nova realidade. A partir desta é que o próprio projeto de desenvolvimentista-nacionalista dá sinais de esgotamento, colocan-

do-se seus limites no caráter do desenvolvimento capitalista no Brasil. O objetivo é compreender o processo mediante o qual o operariado das usinas se integrou ao movimento operário no Estado, e os bloqueios que a luta pela reforma agrária imprimiu a esse processo. Como o objeto principal da análise é a incapacidade da proposta da reforma agrária em oferecer uma perspectiva de integração campo-cidade, abordamos também, em grandes linhas, a limitação da proposta de "socialismo camponês", contida na reforma agrária defendida pelas forças que se pretendiam divergentes do PCB, no caso as ligas camponesas de Juílião.

Por fim, gostaríamos de fazer um esclarecimento, de caráter metodológico. O objetivo do segundo capítulo é discutir a classe operária que se formou na Zona da Mata, no contexto de relações entre indústria e agricultura, e o seu desenvolvimento, dentro do processo de "industrialização da agricultura" brasileira, ocorrido a partir dos anos 50. Pretende-se, a partir do movimento que transformou a agricultura brasileira num ramo da indústria, discutir a relação de classe que une a força de trabalho no canavial e na usina, procurando superar os condicionamentos - em primeira instância de ordem metodológica e em última instância de ordem política - que insistem em separá-las em classes distintas.

Estamos conscientes das dificuldades teórico-metodológicas inerentes a uma proposta analítica dessa natureza. Trata-se, em suma, de uma análise sobre *condição de classe*, envolvendo as contradições criadas pelo desenvolvimento do capital na agricultura brasileira, sob condições monopolistas. Por isso mesmo, levando em conta nossas próprias limitações, nos propomos tão somente apontar, em grandes linhas, essas contradições, fixando-nos nos aspectos mais relevantes para os objetivos do presente trabalho. Como estes se assentam na discussão do equívoco da análise do PCB sobre a realidade objetiva, isto é, como o PCB não se deu conta das reais transformações naquele exato momento - 1955/1964 - se processando na zona do açúcar, justifica-se assim um esforço metodológico para entender o caráter dessas transformações, como elas aprofundavam, segundo nosso entendimento, a associação da burguesia açucareira aos interesses do capital monopolis

ta internacional, e a faziam cada vez mais interessada num Estado do mesmo tipo, fundamentalmente autoritário. Por esse caminho pretendemos compreender a inadequação da tática e da estratégia que foram propostas para transformar essa mesma realidade.

O fio condutor do trabalho parte portanto do fato de que o Partido Comunista Brasileiro, coerente com a sua estratégia, lutou pela construção de uma *classe* de pequenos produtores, *camponezes*, na Zona da Mata. A pergunta que tentaremos responder ao longo do trabalho é se esta intenção era cabível, face o nível de desenvolvimento do capital monopolista no Brasil, não somente do ponto de vista da sua factibilidade, mas principalmente do ponto de vista da sua justeza, diante da realidade.

Exatamente porque discutimos uma realidade talvez não tão evidente no período anterior a 64 mas claramente explicitada nos dias atuais, é que tentamos, no quinto e último capítulo, trazer a discussão da reforma agrária para os dias atuais, onde está reposta pelo movimento sindical e apoiada pelas forças vanguardistas, como sendo uma outra reforma agrária, diferente em qualidade daquela do passado. É o caso de perguntar: haveria reforma agrária e reforma agrária?

CAPÍTULO 1

A CISAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO PELO ESTADO

1 - A CÍSAO DO MOVIMENTO OPERÁRIO PELO ESTADO

A pesquisa histórica sobre a organização e mobilização dos trabalhadores na zona do açúcar, que tenha por objetivo compreender as ações políticas no campo, em suas determinações sócio-econômicas mais amplas e nas implicações mais gerais sobre o conjunto dos trabalhadores, enfrenta, na importância do surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais, enquanto principal canal de convergência do movimento de massas na conjuntura 55/64, a atração quase irresistível de fixar atenção exclusivamente nesses momentos. Se por um lado essa atenção destaca aspectos importantíssimos, como a marginalização que excluía os foreiros, moradores e assalariados agrícolas da vida política nacional e a sua emergência nas décadas de 50-60 no cenário político de então, por outro lado, o fato de pôr relevo exclusivamente nesses aspectos, contribui para obscurecer a amplitude da própria organização e mobilização, esquecendo algumas das suas mais importantes, embora não tão espetaculares, instâncias.

Uma delas refere-se ao contingente de trabalhadores industriais na zona rural, especialmente o operariado das usinas de açúcar, cujo anonimato, provocado pelo relativo imobilismo com que atravessaram o período 1955-64, não implica em que não tenham tido um papel importante nas formas e no sentido como evoluiu o movimento sindical no campo.

Sabemos que o sindicalismo (inclusive rural) não é uma realidade que se explica a si mesma, fora da sociedade que o pro-

duz. Ele tem como referência algo mais abrangente, que ultrapassa os marcos institucionais do próprio sindicalismo e se compreende nas referências políticas que os trabalhadores colocam para si mesmo, em cada momento histórico concreto. Essas referências, que no plano teórico constituem uma visão de mundo e uma ação organizativa própria da classe operária, representam uma força balizando o movimento sindical, às vezes diretamente, às vezes indiretamente. Assim, não há como negar que o sindicalismo rural, como também as Ligas, sofreram uma influência exterior, subjacente à sua própria estruturação, e oriunda de um projeto político formulado fora de si, além de si mesmo.

As organizações sindicais, embora configurem uma força social, constituem apenas o lugar da luta imediata - econômica - onde os trabalhadores aprendem a vender a força de trabalho em melhores condições. Aprendem, como diz Lenin, a lutar contra capitalistas isolados ou contra grupos isolados de capitalistas. Elas são importantes exatamente porque servem de escola, onde se aprende que a exploração decorre do próprio sistema capitalista e não da maldade individual deste ou daquele patrão. Porém, o sindicato não compreende o universo da luta política, pois o reconhecimento da exploração não a elimina automaticamente. A luta sindical, por conseguinte, não suprime a sujeição do trabalho ao capital, porque não objetiva combatê-lo, não se propõe lutar...

ciais e entre estas e o Estado, e a partir do projeto que subsidiava a luta política a nível nacional. Por outro lado, resultou também do nível e das formas como o Estado controlava e reprimia os trabalhadores, sendo que desse controle e dessa repressão faziam parte os esforços da burguesia, de cooptar camadas ou segmentos de trabalhadores, ou mesmo suas principais lideranças, de forma a dividir e enfraquecer de todos os modos possíveis o crescimento da organização destes ⁽²⁾.

Consequentemente, não é possível ignorar que o movimento sindical no campo, embora importantíssimo no seu significado político, tenha ficado imune às propostas e às ações da burguesia, em sua tentativa de escamotear a luta de classes e de restringir a ação e a organização operária. Principalmente quando essa ação e essa organização colocava um pé no campo, derrubando as barreiras que se lhe restringiam. Particularmente na Zona da Mata de Pernambuco, durante o período 1955-64, o contexto da repressão incluía ações concretas, cujo objetivo principal era manter e alargar a separação entre trabalhadores das usinas e dos canaviais, boicotando as perspectivas de organização conjunta.

Essa separação, institucionalizada e regulamentada pela Estrutura Sindical, foi possibilitada pelo tratamento diferenciado que a burguesia deu aos operários industriais, beneficiados pelo direito ao associativismo, por melhores condições de trabalho e pela cobertura da Legislação Trabalhista, e legitimada pela cooptação das suas principais lideranças. A principal consequência foi a imobilização dos trabalhadores das usinas, no desinteresse pela marginalização dos trabalhadores agrícolas de quaisquer benefícios da Legislação Trabalhista.

(2) Sobre a cooptação é manipulação de segmentos da classe operária, com o objetivo de dividir o movimento operário, e enquanto decorrência inevitável da fase imperialista, ver ^{Lenin} Lenin, V. I. "El Imperialismo y La Escision del Socialismo". In: *Obras Escogidas*. Moscú, Progreso, tomo VI. p. 126-142.

Se até a década de 30 os métodos de repressão eram diretos e brutais, com o Estado Novo, e os novos mecanismos de controle, a nível nacional, esses métodos foram substituídos pela manipulação e cooptação, exercidas através do controle do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Pernambuco, e ao mesmo tempo, pelo cerceamento da liberdade de organização e manifestação de uma parte da classe operária - o segmento agrícola - mantido à margem de direitos que, por lei, lhes eram garantidos⁽³⁾. Essa forma de repressão significava principalmente a tática de dividir para melhor controlar, sendo reservado ao Estado a responsabilidade cada vez maior do controle ideológico.

Dessa forma, para compreender as lutas sociais na Zona da Mata de Pernambuco no período 1955-64, tomamos como ponto de partida a dominação econômica e política da burguesia açucareira, lembrando, como afirma Manoel Correia, que os barões do açúcar no Nordeste, embora tenham perdido o poder no plano nacional, não o perderam absolutamente a nível estadual e local⁽⁴⁾. Se começamos por aí, poderemos melhor entender o processo em que essa dominação se reestruturou e se reafirmou no referido período, no bojo do aprofundamento da Divisão Social do Trabalho no Brasil - ou seja da internacionalização da sua economia - e no bojo das transformações no âmbito do Estado. Na passagem das velhas para as novas formas de dominação - sem com isso se esteja afirmando uma mudança de conteúdo - desenvolveu-se o processo mediante o qual cresceu o movimento de massas dos anos 50-60, e surgiu o Governo Arraes. Na importância dessa passagem, que é também uma redefinição, se explica o ódio de todas as frações da classe dominante à pessoa de Arraes e ao seu Governo, bem como a violência da repressão, desproporcional ao efetivo alcance das reivindicações dos trabalhadores, que se abateu sobre estes e suas lideranças.

(3) Cf. Introdução, nota 3.

(4) Cf. Andrade, Manoel Correia de. "Prefácio". In: SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes. Nacionalismo em Crise: 1955-1964*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 15-19.

O operariado de Recife, principalmente têxtil, ferroviário, portuário e alimentício, com raízes na Zona da Mata, por várias vezes, quando pode e teve condições, expressou sua oposição, pelo voto ou pela greve, à dominação dos usineiros, senhores de engenho e fornecedores de cana. Trata-se de uma oposição que se deslocava para a zona urbana devido às condições precárias de organização na própria área - no campo - onde a dominação se exercia diretamente. Por essa mesma razão, o Partido Comunista Brasileiro conseguiu impulsionar, entre 30-40 o movimento de massas em Pernambuco, baseado no antagonismo que unia os setores populares do Recife contra as classes dominantes, hegemônicas pela burguesia açucareira. Em Recife essa oposição latente assimilava uma linguagem mais adequada às suas reivindicações, e encontrava mais facilmente canais por onde se expressar. Crescia, porque se juntava à massa de operários urbanos, comerciários, bancários, desempregados, etc., e também aos intelectuais e profissionais liberais. Da mesma forma, essa linguagem aprendida na cidade, bem como a prática oposicionista ali exercitada, terminava, num movimento inverso, por retornar ao campo, nutrindo, mesmo precariamente, o sentido da resistência à exploração.

Esse sentimento oposicionista se manifesta, por exemplo, na campanha eleitoral para a Assembléia Constituinte, em 1935, quando o Partido Comunista organiza e registra a legenda "Trabalhador ocupa o teu posto", denunciando, num manifesto assinado por Cristiano Cordeiro e intitulado "Proletário, às Urnas", a burguesia brasileira, por ter parado a meio caminho na sua missão histórica de realizar a democracia, e por entravar o desenvolvimento econômico e político do país, no sentido de uma evolução democrático-burguesa. Denuncia também o caráter burguês e latifundiário da Constituinte, convocando o povo a se organizar de forma independente, na base do programa mínimo contido no manifesto⁽⁵⁾. Da mesma forma, tal sentimento deve ter contribuído para

(5) O manifesto toca nos seguintes pontos: Legislação Social (inclusive no interior); A Questão da Terra; Autodeterminação das Minorias Nacionais - A Questão Indígena; Pela Família Proletária; Estado Leigo e Liberdade de Culto; Divórcio; Direitos Políticos; Instrução; O Problema das Secas; Superpopulação e Crise; e Guerra... (Cf. Cordeiro, Cristiano. "Proletariado às Urnas!" In: *Vidas Secas*. Ano I, (1). Recife,

o crescimento do PCB no período 1945/47, e para os resultados eleitorais do mesmo período⁽⁶⁾.

Portanto, embora reduzida à expressão eleitoral, desarticulada e sem um programa político concreto, as "investidas" oposicionistas causavam sustos às oligarquias pernambucanas, especialmente porque a margem de votos dada às esquerdas crescia, na medida em que o Grande Recife se interligava às cidades da zona canavieira⁽⁷⁾.

Este seria, por assim dizer, o quadro geral, partindo do Recife, que deu suporte às tentativas de organização processadas na zona do açúcar, desde os começos do século. Aliás, como os registros das primeiras décadas pertencem mais à memória anônima e às recordações desbotadas de velhos operários do que a documentos ou notícias precisas - as notícias de jornal, quando apareciam, tinham a forma de crônica policial sendo assim precárias e insuficientes - é quase impossível reconstituir todas as batalhas travadas em prol do direito de manifestação e organização dos trabalhadores da agroindústria açucareira. Apenas duas parecem ter tido uma maior repercussão.

A primeira se processou em 1918, na cidade de Ribeirão, por iniciativa de um grupo de operários das usinas próximas, influenciados, tudo indica, pelo movimento operário de Recife e pela on

(6) Entre 1945 e 1947 o número de militantes do PCB em Pernambuco passa de 100 pessoas para 20 mil. Significativo também é o fato do engenheiro Iedo Fiúza, candidato às eleições presidenciais de 45 pelo PCB, inteiramente desconhecido no Estado e lançado 15 dias antes das eleições, obter 40% do total de votos em Recife, sendo que 62,88% nos bairros populares. Em 1947, o PCB e o PS lançam juntos a candidatura de Pelópidas Silveira ao Governo do Estado, contra Barbosa Lima Sobrinho, Neto Campeolo Júnior e Eurico Souza Leão, Pelópidas obteve dois terços dos votos válidos no Grande Recife, apesar do combate das oligarquias e da Igreja, que o acusavam de comunista. (Cf. Lavareda, José A. *Montagem Partidária no Início da Quadra Democrática (45-47)*. Recife, 1980, Tese Ms, p. 76).

(7) Nas palavras de José Arlindo Soares: "Podemos constatar a tendência dos setores populares de manifestarem seu apoio a uma organização e a líderes políticos que pelo menos se opusessem às classes dominantes locais e tivessem vínculos com a esquerda sindical mais combativa".

das de greves de 1917-1919⁽⁸⁾.

As condições políticas de então, na Zona da Mata, eram marcadas pelo domínio absoluto dos usineiros, não existindo nenhum espaço para soluções legislativas ou institucionais dos conflitos. O clima era de opressão direta, imediata e cotidiana, nas péssimas condições de vida, e na pronta repressão de qualquer tentativa de organização. Mesmo assim, as aspirações por maior liberdade de organização e manifestação, medravam à sombra da movimentação nos grandes centros industriais do Brasil, principalmente Rio de Janeiro e Recife. Ecoava em Pernambuco o descenso do anarco-sindicalismo e o crescimento da influência dos comunistas. Os trabalhadores pernambucanos comemoravam nas ruas o sucesso da Revolução de 1917 na Rússia⁽⁹⁾, começando a se organizar para a onda de greves de 1919 a 1922. Era a fase posterior ao I e II Congresso Operário, de 1906 e 1913, quando se constatara a necessidade de impulsionar a criação de Sindicatos nos diversos Estados do Brasil.

Em consequência das resoluções do II Congresso chega a Recife o líder sindicalista José Elias, com a missão de ajudar a transformar em sindicatos as antigas uniões e sociedades de beneficência. Esse processo culminou com a criação, em 1914, da Federação Operária de Pernambuco⁽¹⁰⁾, que parece ter tentado ampli-

(8) Há notícias de que teria existido uma "União de Resistência", fundada em Recife, em 04 de novembro de 1906, congregando carregadores dos armazéns de açúcar do cais do porto de Recife. A "União" teria, em 1914, se associado à recém-criada Federação Operária de Pernambuco, participando, nos anos seguintes, da movimentação que culminou com a greve de 1919. Parece ter desaparecido na violência da repressão que se abateu sobre as organizações operárias depois de 1935. Naquele mesmo ano, um dos dirigentes declarava à "Folha do Povo" ser a "União" uma das organizações mais antigas do proletariado pernambucano, e que a mesma rejeitava qualquer aproximação com o Ministério do Trabalho. ("Folha do Povo", 06.08.35).

(9) Cf. Bezerra, Gregório. *Memórias (Primeira Parte: 1900-1945)*. R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 160-161.

(10) Cf. A.C.O. *Manoel do Ó - 100 Anos de Suor e Sangue*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 77-94. Ver também Souza Barros, citando Cristiano Cordeiro: "Com a missão de divulgar no Nordeste as resoluções do II Congresso Operário e dar início à sindicalização dos trabalhadores, veio ao Recife, em 1914, o operário

ar-se para além dos limites do Recife, promovendo caravanas de metalúrgicos e ferroviários em incursões às cidades da Zona da Mata⁽¹¹⁾. Sabe-se da presença de uma dessas caravanas em Palmares, de onde possivelmente partiram as providências para criar o Sindicato de Ribeirão, que teria sido o primeiro na Zona da Mata de Pernambuco. Nada mais ficou registrado dessa tentativa, a não ser a lembrança dos moradores mais antigos da cidade, que recordam como a polícia reprimiu violentamente o movimento, prendendo, assassinando e deportando as lideranças⁽¹²⁾.

Nessa época, a principal reivindicação dos operários das usinas, além da liberdade de manifestação e de organização, era a regulamentação da jornada de trabalho, que tinha duração de doze horas. Como a usina movimenta suas moendas durante vinte e quatro horas seguidas, ao dividir o tempo em dois turnos de doze horas não se fazia necessário pagar as horas extras, o que implicava num enorme desgaste físico do trabalhador, sem nenhuma compensação.

As informações são de que somente em 1937 houve uma nova tentativa de se criar Sindicato, desta vez em Barreiros, na Zona da Mata Sul, sob a forma de Sociedade Beneficente Mista. Como outras desta fase, a sociedade ajudava em enterros e em casos de doença, servindo para dar cobertura legal às reuniões dos tra-

pernambucano José Elias da Silva, domiciliado no Rio de Janeiro (...) criada a Federação das Classes Trabalhadoras, a ela se associaram, sucessivamente, outros sindicatos: Têcelões, Metalúrgicos, Padeiros, Marceneiros, Gráficos, Transportes Urbanos, Ferroviários, etc.". (Cf. Souza Barros. *A Década 20 em Pernambuco*. R. Janeiro, s/ed. 1972, p. 83-84).

(11) Há notícias de pelo menos três incursões, em trens especialmente fretados, para as cidades de Limoeiro, Escada e Palmares. Em Palmares a caravana teria acertado as providências iniciais para a criação de um Sindicato de Ofícios Vários, e em Escada teria fundado o Sindicato de Operários e Camponezes. Existem também referências de que a onda de greves de 1919 chegou às usinas e engenhos, levada pela Federação. (Cf. ACO, op. cit. p-85. Ver também Palácios, Guilherme: "Os Plantadores de Cana em Pernambuco, 1900/1955 - Adaptação e Mudança de uma Elite Agrária Tradicional". FGV; mimeog. Citado por Lavareda, Antônio, op. cit., p-26).

(12) "Eu apenas posso dizer, posso adiantar, como uma lembrança do passado, que em 1919, quando se esboçou um movimento sin-

balhadores⁽¹³⁾. Só que nesse caso a cobertura não funcionou durante muito tempo sendo inútil a cautela, pois o usineiro denunciou o caso à polícia estadual, resultando a prisão dos operários e a dissolução da Sociedade como "coisa de comunista"⁽¹⁴⁾.

Este teria sido o quadro, até 1937, quando Carlos de Lima Cavalcanti é substituído na Interventoria de Pernambuco por Agamenon Magalhães, anteriormente Ministro do Trabalho de Getúlio e a partir daí, totalmente identificado com a política trabalhista deste. Agamenon acreditava no Estado Novo, convencido de que o sistema democrático não teria vez no Brasil, e de que valia a pena investir no controle das organizações dos trabalhadores. Não tinha interesse em hostilizar os usineiros, ou mesmo em solapar o poderio político dos mesmos. Como diz Manoel Correia, a verdade é que, até por laços familiares, Agamenon tinha um pé no Sertão e outro na Zona da Mata. Existiam, isso sim, interesses no fortalecimento do poderio político dos velhos coronéis do Sertão, com alguns dos quais também era aparentado, no sentido de "azeitar" a máquina eleitoral do "voto de cabresto", da qual aliás veio a se beneficiar após a redemocratização, quando essa máquina ficou em poder do PSD. À medida em que fortalecia os coronéis, Agamenon encontrava neles um aliado e uma base política para se contrapor ou para se compor com a burguesia açucareira na luta pelo poder político estadual. Anti-comunista e extremamente católico, procurou

dical no Brasil, inclusive em Pernambuco, existiu em Recife, um professor de direito, por nome Joaquim Pimenta, e que esse então liderava, procurava liderar operários. .../Sei que então foi criado um Sindicato em Ribeirão. Como em outros Estados. Mas esses sindicatos, posteriormente, foram acabados pela polícia, debaixo de pau, de ferro e de fogo. E muitos foram presos sem falar nos que morreram". (Entrevista).

(13) "Discutíamos de casa em casa, sobre a jornada de 8 horas, as férias, a indenização, a estabilidade, e principalmente sobre a possibilidade de transformar a Associação em Sindicato. Foi aumentando o número (...) Alugaram uma casa, sempre sob a desconfiança do usineiro". (Entrevista).

(14) "No meio de uma reunião chegou um menino com um pacote, perguntou quem era o presidente. Então ele pegou o pacote e deixou de um lado para abrir depois. Aí foi chegando gente estranha. Gente que a gente não conhecia. Teve gente que desconfiou e saiu. Era a polícia em traje civil. Perguntaram: 'Que reunião é essa aí?' O presidente disse: 'Bom, é uma organização de trabalhadores, Sindicato, que nós estamos lutando para fundar um Sindicato de Trabalhadores na Indústria do

desenvolver uma ação paternalista junto aos trabalhadores, incentivando a criação de sindicatos controlados pelo Ministério, mas não hesitando, absolutamente, em usar a polícia para reprimir possíveis manifestações de independência. Encontrando a classe operária esgotada, massacrada com a violência da debelação do movimento de 35⁽¹⁵⁾, pôde capitalizar a Legislação Trabalhista, da qual fôra parcialmente responsável. Como indicam as palavras de Sandra Bradley, o aspecto essencial no Governo de Agamenon foi principalmente o autoritarismo com que governou Pernambuco:

"Autoritário, acreditou Agamenon no Estado Novo e, convencido de que o sistema democrático não teria mais vez, governou com punho de ferro, perseguindo, prendendo e deportando do Estado os seus inimigos, fossem partidários de Lima Cavalcanti, fossem integralistas ou comunistas. Organizou um secretariado de jovens políticos, em geral de formação católica; procurando dar uma orientação consetânea com a filosofia do Estado Novo, tratou de organizar os trabalhadores em sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho e ligado à política católica. Com estes sindicatos, promoveria as famosas manifestações espontâneas comemorativas do Dia do Trabalho e controlava o movimento reivindicatório dos trabalhadores, levando-os à Justiça do Trabalho e evitando manifestações populares ou greves"⁽¹⁶⁾.

É nesse contexto que procura, com extrema habilidade, se aproximar do operariado das usinas, detectando imediatamente onde existia um grupo interessado na sindicalização, mas também, potencialmente aberto às suas manobras. Havia já algum tempo que se processava na cidade de Escada, na Mata Sul, uma movimentação, também no sentido de fundar sindicato. Desta vez entretanto esta

Açúcar'. Ele disse: 'Nada, isso é célula comunista'. O presidente disse: 'O senhor não vai provar, pois nós temos o livro de ata e a luta que nós temos aqui mostrada'. Nessa hora então a polícia meteu o cacete logo dentro. Deu pancada. Outros correram. Dessa vez foram 11 escoltados para o Recife. Eu não fui porque era de menor e eles queriam os cabeças. No ve voltaram". (Entrevista).

(15) Seguramente essa foi uma das fases de repressão mais intensas registradas em Pernambuco. A polícia civil, chefiada por Etelvino Lins, assassinava, impune e indiscriminadamente, qualquer pessoa suspeita de atividades comunistas. (Cf. Cavalcanti, Paulo. *O Caso eu Conto como o Caso Foi*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1978, v.1, p. 139-175).

(16) Cf. Bradley, Sandra. *Açúcar & Poder*. Recife, UFPe/PIMES, 1977,

va à frente das articulações não um operário, mas um empregado de confiança da Usina Barão de Suassuna: Diógenes Wanderley, músico e balanceiro, depois gerente da mesma usina.

Diógenes montara uma vasta rede clandestina de coleta de fundos por toda a Mata Sul, e um esquema de encontros secretos, sob a desculpa de supostas caçadas, tentando manter a movimentação desconhecida dos usineiros. Entretanto, simultaneamente, entrara também em contato com a Delegacia do Trabalho, de onde recebia orientação política e administrativa, aproveitando uma campanha do Ministério, de cadastramento dos operários e empregados mais antigos, para expedição de carteira profissional, obtendo desde aí, apoio extra-oficial para prosseguir com a preparação do Sindicato⁽¹⁷⁾.

Diógenes realmente soube aproveitar as novas circunstâncias criadas pela política trabalhista do Estado Novo, tanto assim que em 10 de abril de 1937 a Delegacia do Trabalho entregava a Amaro Felipe, mecânico de usina, indicado como presidente, mas na verdade um "testa de ferro" de Diógenes, a carta de reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Açucareira de Escada. Na verdade, a partir do momento em que Agamenon assumiu o Governo, as relações entre o Grupo de Escada e o Ministério do Trabalho tiveram como mediador o próprio Agamenon⁽¹⁸⁾, e a partir daí as artícu-

(17) "Eu acho que o operário deve muito ao Getúlio, como a Agamenon Magalhães em Pernambuco. Houve a reforma do sindicalismo brasileiro, vamos dizer assim, uma lei de amparo aos trabalhadores de um modo geral. Da parte industrial(...) Então trocamos idéias por vários empregados de usinas, e também alguns operários mais esclarecidos, para formarmos o nosso órgão de classe. Mas não era no sentido de combater, tinha apenas um sentido de organizar. (...) Fomos concordando, fomos então formando o pensamento, até que afinal chegou em 1953 o funcionário da Delegacia do Trabalho para fazer identificação profissional, para a carteira profissional, eu procurei, escondido até dos outros empregados, falar com ele para conhecer, com esse funcionário da Delegacia, sobre a criação do sindicato, como era, como devia fazer, etc. e tal. E ele me deu algumas instruções". (Entrevista com Diógenes Wanderley)..

(18) "Agamenon Magalhães nos instruiu, nos incentivou, e nos entusiasmou, nos deu todo apoio. Disse: 'Faça. (refere-se a organizar o sindicato). Mas tenham cuidado porque usineiro não é brincadeira. Façam, contam com o meu apoio, mas tenham cuidado porque usineiro não é brincadeira'. (Entrevista). Nesse momento os usineiros já haviam tomado conhecimento do Sindicato, e Diógenes havia sido eleito Secretário com a anuência do usineiro.

lações foram conduzidas para ampliação da base territorial do Sindicato de Escada para todo o Estado de Pernambuco, saindo, em 1941, a carta de reconhecimento do novo sindicato, que passa a ter sede em Recife, e a se chamar Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Pernambuco.

Nesse mesmo ano foi assinado, no Palácio do Governo, o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho, onde os usineiros se propunham a cumprir todos os itens da legislação trabalhista, inclusive a jornada de 8 horas diárias de trabalho; a negociar os conflitos trabalhistas em 1ª instância, diretamente com o Sindicato - a partir de então, reconhecido como o órgão indicado para tal fim - a permitir que uma comissão sindical, acompanhada de representantes do Ministério do Trabalho, visitasse as usinas, sindicalizando e expedindo carteira profissional; a recolher a contribuição do Sindicato na folha de pagamento das usinas; e, finalmente, a renovar anualmente o Acordo, negociando os itens do reajuste salarial. Estando em vigor o Acordo, e algumas usinas se recusando a cumprir a determinação da jornada de 8 horas de trabalho, já agora com Diógenes eleito presidente, o Sindicato procura convencer os usineiros das vantagens da jornada legal, em termos de produtividade, com o argumento de que os operários produziam em 8 horas o que não faziam em 10. O argumento decisivo no entanto parece ter sido as greves tartarugas nas usinas que recusavam cumprir a legislação⁽¹⁹⁾.

(19) "Bom, antes do Sindicato, não havia o horário certo... E nós já tínhamos consciência e conhecimento de uma lei que beneficiava os trabalhadores nas usinas, permitindo apenas trabalhar oito horas por dia, mas não é ainda respeitado pelas usinas. Só depois desse contrato de trabalho firmado entre o sindicato dos usineiros e o dos empregados é que então entrou em vigor as oito horas de serviço... Algumas usinas de imediato atenderam e começaram a pôr em vigor as oito horas na usina; outras, porém, demoraram. Para isto tivemos várias conferências, várias reuniões, entre representantes do sindicato dos trabalhadores e representantes do sindicato dos usineiros, na própria sede do sindicato dos usineiros, para vencermos aos usineiros que não haveria prejuízo nenhum em que o operário trabalhasse oito horas, como era de lei. E que eles almejavam aquilo e estavam ansiosos por este horário. Tivemos que fazer demonstração, dizer mesmo de viva voz e pelo conhecimento que tinha, que o operário que ia para o serviço às 6 horas da manhã, sabendo que tinha obrigação de pegar às 7, de 6 para as 7 horas, não fazia nada. Ficava com o martelo na mão, olhando para um canto, para o outro. Quando via um empregado, ou empregador, responsável..."

A atuação de Diógenes Wanderley no Sindicato foi marcada pelas suas ligações com a cúpula do Ministério do Trabalho. Presidente várias vezes, sempre preocupado em fazer do Sindicato uma instituição forte, do ponto de vista econômico não parece ter valorizado a atuação política dos operários nem estimulado a participação destes na direção, apenas tolerando os mais educados e instruídos. Sendo um empregado de alto nível, de confiança dos usineiros, empenhava-se na resolução dos conflitos pela via da conciliação, procurando evitar qualquer confronto⁽²⁰⁾. Em 1944 afastou-se para presidir a Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Norte e Nordeste, onde passou 10 anos, com mandatos prorrogados pelo Ministro do Trabalho, sem entretanto, nunca perder de fato o controle do Sindicato, para o qual retornou em 1957, eleito com 90% dos votos. Político habilidoso, muito católico, inteligente e perspicaz, respeitado nos meios conhecidos na época como "sindicalismo amarelo", ele próprio reconhece que graças a si a Federação não caiu nas mãos dos comunistas⁽²¹⁾.

(20) A importância do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Pernambuco advém não apenas do seu poder econômico mas também da posição estratégica dos operários das usinas na agroindústria açucareira. Reconhecendo esse fato, os usineiros mantiveram ao longo do tempo um controle sempre muito rígido sobre o Sindicato. Ainda hoje vencer as eleições, com candidatos de sua inteira confiança, é considerado fator essencial para controlar toda a Zona da Mata.

(21) "E eles se assinaram e procuravam tomar conta novamente do Brasil. Ou impor, ou implantar o estilo comunista, o regime comunista no Brasil. E o melhor meio para eles era, então, o Sindicalismo. E nesse ano de 1946 houve um Congresso Sindical no Rio de Janeiro para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Mas esse Congresso não terminou. Foi dissolvido nos últimos dias porque os líderes comunistas tomaram conta do Congresso e dominaram o Congresso. E apenas ficaram contra essa orientação os presidentes das Federações, mas a maioria dos sindicatos se entregou aos comunistas, não era? Porque eles vieram, porque orientavam, com melhor atuação, etc. Influenciavam mesmo. Então as Federações tiveram que se opor a esta intromissão dos interessados comunistas, que por sinal tinham 10, ou mais deputados federais, inclusive um senador que era Luiz Carlos Prestes". (Entrevista).

Nessa fase, que vai até final dos anos 50, a grande preocupação nos meios sindicais nas usinas era fazer do sindicato uma instituição respeitada tanto pelo Governo como pelos patrões, que fosse ouvida no decorrer das negociações periódicas envolvendo aumento de salário e aumento do preço do açúcar⁽²²⁾. Evidentemente o poder de barganha de um Sindicato forte, organizado e poderoso, era muito grande nessas negociações, como aliás ficou provado sempre que usineiros e representantes do Sindicato pressionaram conjuntamente o Presidente da República, no sentido de obter um aumento para o preço do açúcar que cobrisse o aumento salarial. Não por outra razão, os usineiros se empenhavam tanto em manter no Sindicato "pessoas de confiança", impedindo que a ele tivessem acesso "gente de esquerda"⁽²³⁾.

Resultaram infrutíferas todas as tentativas para romper essas limitações, mesmo com a redemocratização do País, após 1945. Primeiro porque, a partir de Diógenes, desenvolveram-se ligações muito estreitas entre o Sindicato e as correntes trabalhistas do PTB, situadas à direita, no espectro ideológico do movimento sindical de Pernambuco. Em 1950, quando Getúlio volta à presidência do País, o Sindicato já era uma força política nos meios sindicais, inteiramente moldada pelos padrões oficiais, tanto assim, que os poucos presidentes que tentaram atuar de forma mais independente sofreram imediatamente intervenção do Ministério do Trabalho. Depois, porque sedimentara-se no sindicato a prática dos usineiros indicarem elementos de sua confiança (operários ou empregados, especialmente estes), que desejariam manter na direção. O sindicato era portanto uma força, capturada em partes iguais por usineiros e pela burocracia sindical, cuja prática excluía a participação das bases na vida sindical, e onde não havia espaço para uma política independente de classe, muito menos, abertura para a participação de comunistas ou mesmo de simpatizantes.

(22) Os reajustes salariais eram previamente incorporados ao preço do açúcar, pois os entendimentos conjuntos entre os usineiros e o Sindicato se processavam no sentido de um pedido deflagrar o outro.

(23) Um fato que serve para ilustrar o tipo de atuação do Sindicato, bem como o seu poder econômico, foi o empréstimo feito pelo Sindicato à Usina Caxangá, em 1958, para pagamento do Abono de Natal dos trabalhadores, os quais estavam em greve. (Dados de entrevista).

O controle sobre o sindicato tinha também um outro objetivo importante, embora sutilmente disfarçado na estrutura legal do movimento sindical. Com ele os usineiros procuravam evitar qualquer possibilidade de junção com as reivindicações dos trabalhadores rurais, aos quais a CLT não acobertava e a quem era vedada a criação de sindicatos.

Esse tipo de controle era facilitado pelas próprias circunstâncias sócio-econômicas: a usina era um núcleo privilegiado, cercado por uma massa excluída de qualquer tipo de assistência jurídico-política. Os seus trabalhadores se sentiam e se julgavam uma categoria superior aos trabalhadores rurais, em parte porque a Lei lhes garantia a obtenção de um salário fixo, assinado na Carteira Profissional, e, em parte, porque a própria atividade industrial representava uma ascensão social, se comparada à atividade agrícola e se julgada pelos padrões culturais vigentes no Nordeste patriarcal⁽²⁴⁾.

Essa "consciência" de superioridade era alimentada, pois os "privilégios" em que se assentava representavam também os elementos que permitiam o controle absoluto do trabalho e da vida do operário. Este, morando nas vilas contíguas às usinas, podia ser inteiramente vigiado, muito mais que o trabalhador do canavial, não somente porque dentro do arruado da usina - o conjunto de casas da vila - se localizavam a escola, o barracão e a igreja, como também porque lá se realizavam as festas, passavam-se os filmes, realizavam-se os casamentos, batizados, etc. Além de controlar os operários, a usina usufruía a vantagem de reunir no mesmo espaço físico a sua força de trabalho industrial, podendo convocá-la para trabalhos extras a qualquer hora do dia ou da noite, garantindo o suprimento de trabalho necessário para a moagem ininterrupta, bem como para quaisquer eventualidades fora do horário normal.

Como vemos, existia objetivamente uma espécie de "aburguesamento" por parte do operariado fabril, que se estruturava na base da prática política

(24) Trata-se do fenômeno a que já nos referimos, detectado por José Sérgio Leite Lopes, ao qual chamou de "aristocracia da miséria", porque na sua pesquisa muito pouca coisa encontrou que diferenciava as condições de vida do operariado fabril da miséria geral, no contexto da Zona da Mata de Pernambuco. (Cf. Leite Lopes, José Sérgio, *O Vapour do Diabo*. Op. cit., p. 210 e seguintes).

"trade-unionista", interessando apenas as reivindicações econômicas. Aliás, ainda hoje, isolados e vigiados no ambiente hostil e fechado das usinas, onde os contatos podem ser facilmente controlados pela administração, permanecem como o núcleo onde mais facilmente se expande um "movimento operário de características burguesas"⁽²⁵⁾, fechado numa prática corporativa, burocrática e anticomunista.

Não devemos entretanto esquecer que essa prática certamente foi facilitada pela importância secundária que as esquerdas em geral e os comunistas em particular, dispensaram ao trabalho junto às fábricas de açúcar, na razão direta da importância estratégica dada à organização dos "camponeses". Se desde a década de 30 os usineiros percebiam a importância de influir no Sindicato, através das correntes ministerialistas ou "amarelas", é porque certamente tornava-se vital para os seus interesses empreender uma política de oportunismo no seio do movimento operário. Evidentemente teria competido aos comunistas lutar contra esse oportunismo, fazendo desta luta a chave da tática do movimento⁽²⁶⁾.

Deve-se levar em conta, realmente, que esse "esquecimento" se fundava em razões objetivas, nas dificuldades de acesso e na carência de quadros para o trabalho nos meios fabris. Porém, o que nos transpareceu, nos documentos consultados sobre as diretrizes na zona do açúcar, bem como nos depoimentos e relatos, é que não parece ter existido nenhuma preocupação concreta com a melhoria do nível de consciência das massas fabris. Inclusive, enquanto são abundantes os comentários sobre a atuação junto aos camponeses, dificilmente se encontra hoje referência de atuação sistemática junto às usinas, ou algum trabalho de vulto visando do tornar o operariado fabril uma força política no campo, que estivesse à frente do movimento operário. Ao contrário, tudo indica que os esforços feitos, junto ao operariado das usinas, que não parecem ter sido substanciais, se orientavam muito mais no sentido dos mesmos apoiarem as lutas dos camponeses, dando força, principalmente, para a luta pela reforma agrária.

(25) Cf. Lenin, V.I. Op. cit., p. 133.

(26) Idem, p. 135.

Até certo ponto se compreende que assim tenha sido. Afinal, os trabalhadores das usinas eram tidos na época, dentro das perspectivas políticas de então, como aliados dos trabalhadores agrícolas. Sua inserção na luta política se fazia nos termos da aliança operário-camponesa, o que certamente lhes conferia uma posição secundária no plano estratégico. Entretanto, nem mesmo esse dado explica porque não foram mais trabalhados esses aliados, tendo em vista consolidar a aliança na área onde ela mais se fazia necessária.

Diante disso, cabe levantar uma hipótese, que vale não só para o PCB, mas também para a esquerda em geral. É possível que, afora todas as dificuldades objetivas, essas forças não tenham conseguido se inserir efetivamente nas usinas devido às suas próprias contradições internas, basicamente pela origem e formação pequeno-burguesa da maioria dos seus quadros⁽²⁷⁾. Considerando o fascínio e a atração da pequena-burguesia pelo radicalismo e pelo ímpeto do campesinato, e face à dureza e hostilidade nas usinas, trabalhar com os "camponeses" não somente era mais atraente, como também mais produtivo, do ponto de vista imediato. Talvez por isso, o movimento sindical nas usinas tenha ficado entregue às suas próprias limitações.

(27) Por uma questão de justiça, cabe ressaltar que criticar as contradições internas não implica em esquecer o heroísmo e a capacidade de luta dos militantes. É óbvio também, que apontar a omissão de trabalhar junto às usinas, não significa defender voltar-se *exclusivamente* para as mesmas.

CAPÍTULO 2

A ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA NA ZONA DA MATA

2.1 - O Desenvolvimento Histórico da Agroindústria Açucareira no Nordeste

É possível que a especificidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, decorra, como diz José Cláudio Barriguelli, do fato de que aqui o capital não teria necessitado da separação entre produtores e meios de produção, como forma de desenvolver as forças produtivas, resultando a sua especificidade exatamente na forma como o capital subordina o trabalho, conjugando o trabalhador enquanto produtor parcial de meios de subsistência⁽¹⁾:

"O desenvolvimento do capitalismo no Brasil não assume as mesmas *formas*, no particular, que ocorrem em países como a Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, etc. Se nesses países a evolução das relações capitalistas de produção impuⁿha a destruição (excetuando-se aqui os Estados Unidos) das formas feudais através do rompimento da unidade existente no *trabalho*, que se configura no trabalhador direto, separando o trabalhador das condições objetivas do trabalho, nas colônias o trabalho já se realiza tendo essa separação como pré-

(1) Barriguelli, J.C. *Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956)*. S. Carlos, UFSCar, 1981, v.1.

-condição. A questão que se trata não é a forma jurídica assumida pela relação de trabalho - escravismo - na colônia e sim como o trabalho, ou melhor, a força de trabalho, se realiza: como *mercadoria*. Nesse sentido a questão fundamental não é deter-se na *forma particular* (e explicá-la na sua particularidade) enquanto tal, mas procurar na análise, compreender porque essa relação (o trabalho como mercadoria) somente pode dar-se necessariamente assim"⁽²⁾.

Por conseguinte, é fundamental partir da compreensão do movimento geral do capital, entendendo como ele gerou, em sua expansão, segundo a divisão do trabalho produtivo em escala mundial, diferentes formas de extrair o excedente, nem todas explicitando a condição de mercadoria da força de trabalho, mas todas consistindo na exploração do trabalho pelo capital. Concordando com Barriguelli, entendemos que o ponto de partida na compreensão das particularidades da agroindústria açucareira, não está nessas particularidades em si mesmas, nas formas como aparentemente negam, a expansão do capital - tal perspectiva implicaria fundamentalmente em ocultar o caráter, historicamente bastante desenvolvido, do imperialismo no Brasil - mas sim no seu significado, enquanto contradições criadas pelo desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista na agricultura brasileira.

Assim, partimos de que a formação e desenvolvimento da classe operária nessa agroindústria se processou refletindo as contradições do capital. Primeiro porque o trabalho escravo no Brasil (trabalhador não livre, aparentemente o contrário da força de trabalho na condição de mercadoria), enquanto forma colonial necessária da produção do excedente, determinada pela divisão do trabalho na fase mercantil do modo de produção capitalista⁽³⁾, re

(2) Idem, p. 11. Grifado no original.

(3) Figueira, Pedro de A. e MENDES, Claudinei. "Estudo Preliminar". In: *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. S. Paulo, Grijalbo, 1971. Ver também Barriguelli, J.C. op. cit., p. 11-21.

presenta também a base histórica ou o momento básico na origem da classe operária na agroindústria açucareira em Pernambuco. Após a abolição, as novas relações jurídicas não conseguiram eliminar de todo o contexto sócio-econômico criado pela escravidão, e durante muito tempo as condições de vida e de trabalho diferiam desta apenas nominalmente.

Em segundo lugar o fato de que o modo de produção capitalista, se estabelecendo no Brasil com o excedente da população européia, já expropriada, não necessitou realizar a expropriação prévia, base da igualdade formal das relações sociais de produção, em que o trabalhador, juridicamente livre, se defronta com o capital na condição de vendedor da única mercadoria que possui: a força de trabalho. Esses novos pressupostos determinaram que a base jurídica das relações sociais de produção capitalistas não assumisse aqui a forma européia da igualdade formal, fundamentando o caráter autoritário do Estado brasileiro em suas relações com a força de trabalho (4).

Em terceiro, a expansão das forças produtivas a nível mundial, no bojo da Revolução Industrial e da passagem da fase concorrencial para a fase monopolista, ao mesmo tempo em que significou rebaixamento do valor das mercadorias, (no novo padrão internacional de acumulação os processos tecnológicos diminuíram o trabalho necessário e aumentaram a mais valia relativa)⁽⁵⁾, colocou para a agroindústria açucareira - como para o Brasil como um todo - a necessidade de rebaixar o valor das mercadorias produzidas internamente, no caso o açúcar, enquanto contingência da nova fase⁽⁶⁾. Para continuar o açúcar nordestino no mercado, sem acompanhar esse padrão, foi necessário que a burguesia açucareira se associasse inteiramente ao Estado, acentuando o caráter parasitário da economia, à medida em que se alargava a intervenção esta-

(4) Figueira, Pedro. *Reforma Agrária*. S. Carlos, UFSCar, 1980, xerox.

(5) Nessa fase, como necessidade de redefinir as formas de produzir o excedente, ocorreu a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. (Cf. Barriguelli, J.C. op. cit. p. 37).

(6) Barriguelli, J.C. op. cit. p. 23-47. Ver também Oliveira, Francisco de. Op. cit. capítulo III.

tal, e que recorresse a todos os expedientes possíveis a fim de deprimir os custos com a força de trabalho. Nesse processo o capital não transformou totalmente a força de trabalho em mercadoria, nos moldes clássicos como se havia constituído o proletariado europeu, ao contrário, desenvolvendo uma forma especial onde se conjugavam trabalhador e meios de produção, sendo que, não obstante essa conjugação, a condição primeira e essencial desses trabalhadores sempre era reproduzir o capital ou, dito de outra forma, produzir mais valia. Para mantê-los em tal situação, onde se estabeleciam formalmente como moradores, foreiros, rendeiros, etc., mas podendo a qualquer momento - conforme os requerimentos do capital - voltar à condição de assalariados, ou então, o que era mais comum, mantendo-se formalmente como moradores, rendeiros, foreiros, etc., serem real e simultaneamente (pois no mesmo instante) produtores de mais valia, a burguesia açucareira contou com a ação repressiva do aparelho estatal, impedindo a força de trabalho se transformar numa classe de produtores independentes, e reprimindo quaisquer manifestações nesse sentido.

Finalmente, o papel histórico da propriedade fundiária, enquanto propriedade agrária do capital, que permitiu aos capitalistas, usineiros ou proprietários, impor infinitas maneiras de extrair trabalho não pago, subordinando o trabalho, não pelo fato de serem proprietários da terra, mas, sim porque esta compunha a propriedade agrária concentrada do capital⁽⁷⁾.

Pelo fato da produção nordestina de açúcar ter-se orientado, até o século passado, basicamente para o mercado externo, a acumulação condicionou-se à necessidade de manter competitivos os preços, a nível internacional, para isso dependendo fundamentalmente da ação estatal, uma vez que a instabilidade dos mesmos tornava arriscado aumentar a composição orgânica, na di-

(7) Barriguelli, J.C. Op. cit. p. 23-47. Ver também Oliveira, Francisco de. Op. cit. capítulo III.

mensão exigida pela reprodução ampliada do capital no Brasil⁽⁸⁾. Prova disso é a intervenção do Estado na implantação das usinas.

Entretanto, a crise estrutural em que, desde então, vive a agroindústria açucareira nordestina, não pode ser entendida como sinônimo de negação da acumulação, pois, conforme as próprias leis desta, a tendência tem sido aumentar a concentração, da qual a concentração fundiária é apenas um dos aspectos. Evidentemente, apontar a concentração não implica em negar a crise, somente a insere no quadro histórico do movimento de reprodução do capital no Brasil. Dessa forma, o entendimento das razões por que, na fase do ouro, e posteriormente quando do advento do café, o açúcar nordestino manteve-se integrado ao sistema capitalista em consolidação e ao mercado internacional, mesmo não sendo mais a principal atividade produtiva na Colônia, passa pelo entendimento da reprodução ampliada do capital e da Divisão Internacional do Trabalho, nas formas como o Brasil se inseriu nesse contexto, face à divisão do mundo entre países produtores de produtos manufaturados e países produtores de matéria prima⁽⁹⁾.

Em resumo, estamos querendo apontar, como referências globais para o entendimento histórico da agroindústria açucareira nordestina, as mesmas referências que explicam porque não se desenvolveu, internamente no Brasil Colônia, a Divisão Social do Trabalho e a produção de mercadorias. No caso dessa agroindústria, é dentro desse processo que se explica porque foi necessário ao capital, contraditoriamente, aprofundar a conjugação produtor/meios de produção para poder desenvolver-se, ou seja, para garantir a

(8) Para uma análise mais detalhada dos fatores que provocaram a crise na produção nordestina. Ver Eisenberg, Peter L. *Modernização Sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco: 1840/1910*. R. Janeiro. Paz e Terra, 1977; Oliveira, F., *Elegia para uma Re(li)gião*. R. Janeiro. Paz e Terra, 1978; Andrade, Bonifácio, *Migrações Sazonais, no Nordeste*. (Relatório Técnico). SUDENE/UFPe.; Camilo de Melo, Josemir, "Implantação dos Engenheiros Centrais". In: *Encontro Realidade Nordestina*. Campina Grande, UFPb, nov/1980; Perrucci, Gadiel. *A República das Usinas*. R. Janeiro. Paz e Terra, 1978; Andrade, Manoel Correia de. *O Planejamento Regional e o Programa Agrário no Brasil*. S. Paulo, Hucitec, 1976.

(9) Barriguelli, J.C. *Subsídios à História das Lutas no Campo em S. Paulo (1870-1956)*. S. Carlos, UFSCar, 1981. p. 23-47.

obtenção de trabalho não retribuído, de mais valia, tendo de optar assim por não aprofundar a transformação da força de trabalho em mercadoria, como seria de transformar. Quanto aos "mecanismos" como se processou esse desenvolvimento eles são vários e diferenciados, podendo-se descrevê-los indefinidamente, sem que se possa na verdade esgotá-los. Por essa razão há que inseri-los no quadro mais amplo do próprio movimento.

Sendo estas, no geral, e segundo nosso entendimento, as grandes linhas como se processou historicamente o desenvolvimento da agroindústria açucareira nordestina, cabe compreender melhor como se processou nesse contexto a constituição do proletariado, sempre levando em conta, ou partindo do princípio, de que o importante não é tomar a heterogeneidade possivelmente existente no seio deste, para justificar a divisão política. Cindir a classe operária, repetimos é uma tarefa que compete ao capital realizar. O desafio, pensamos nós, é enxergar as contradições em que se assenta tal heterogeneidade, a fim de superá-las, pois, se o objetivo da luta política é unir o que o capital segmenta, não é procurando as diferenças que se encontra a igualdade. Ou, como já dizia Marx, referindo-se à especificidade: a identidade demonstra-se em se deixando de lado a diferença (*).

(*) "Demonstra-se a *identidade* atendo-se ao que é *idêntico* em todos os processos de produção, prescindindo-se de suas *diferenças específicas*. A identidade demonstra-se em se deixando de lado a diferença". (Cf. Marx, K. *O Capital*. Cap. VI. *Inédito*. S. Paulo, Ciências Humanas, 1978, p. 13, grifado no original).

2.2 - As Relações entre Usina e Canavial

A agroindústria açucareira é um complexo integrado, que vai, sem solução de continuidade, da produção de cana à produção de açúcar, e em que o setor que produz a cana - o setor agrícola - está subordinado ao setor que produz o açúcar - o setor industrial, ou seja, as usinas - sendo este quem define e comanda o processo de acumulação. A usina é o elo industrial na agroindústria açucareira, e, não obstante as suas peculiaridades, especialmente a necessidade de processar imediatamente a matéria prima, donde vem a necessária inserção no meio rural e a sazonalidade como funciona, moendo apenas metade do ano, é ela quem comanda realmente esse complexo, imprimindo o ritmo e as condições em que se realiza a produção agrícola. Depois, a usina representa, também, o nível mais elevado, nesse complexo, no sentido de ser o momento em que o capital subordina plenamente o trabalho, explicitando, na troca de trabalho vivo por trabalho morto, a natureza das relações sociais de produção e a condição de mercadoria da força de trabalho. Finalmente, a usina é também seletiva e excludente com relação ao mercado de trabalho. Para realizar a moagem do açúcar, durante um espaço de tempo ininterrupto de seis meses, em que não pode, absolutamente, parar, precisa recrutar um contingente de trabalhadores, treiná-los e retê-los nos limites da atividade produtiva. Para isso paga salários acima da média dos salários agrícolas, o que

representa um expressivo privilégio face à insegurança dos trabalhadores rurais. O mercado de trabalho portanto é restrito, ao mesmo tempo em que existe uma constante aspiração do trabalhador do canavial de se engajar no trabalho fabril, o qual absorve apenas cerca de 10% de toda a força de trabalho na agroindústria açucareira⁽¹⁰⁾.

No final do século XIX, em consequência da expansão do capital financeiro e da adaptação às novas condições internacionais, o Brasil-Colônia passa por algumas importantes transformações. Vieram a abolição da escravidão e a proclamação da república e com elas, a substituição do engenho banguê pelos engenhos centrais - de vida muito breve - e destes pela usina⁽¹¹⁾. Tratava-se de dar os passos necessários à concentração de capital na agroindústria açucareira, e à inserção, do Brasil na nova fase da Divisão Internacional do Trabalho. Daí porque o final do século passado marca um período de grandes investimentos nacionais e estrangeiros em estradas de ferro (predominantemente capitais ingleses) e em implantação de usinas (capitais ingleses, franceses, holandeses e subsídios diretos do Estado). Conforme diz Bonifácio Andrade, a usina distingue-se do banguê basicamente pela grande concentração de capital:

"No final do século passado ocorreram no Brasil algumas mudanças - mudanças decorrentes principalmente da própria dinâmica da sociedade brasileira - com as quais o País iniciou o processo de sua adaptação às novas condições internacionais geradas no presente século pelo capitalismo financeiro. Entre estas mudanças destacam-se, a nível nacional, a Aboli-

(10) Para uma descrição detalhada do trabalho nas usinas, ver Leite Lopes, J.S., op. cit. É importante ressaltar que embora o caminho percorrido por Leite Lopes não passe pela compreensão das relações entre agricultura e indústria, mas, tão somente, pelos processos da produção industrial (como os operários nele se inserem, como o vêem e como a ele reagem), trata-se do único estudo conhecido acerca do trabalho nas usinas.

(11) Em 1884 começaram a funcionar engenhos centrais nos municípios de Cabo, Escada, Água Preta e Palmares, instalados pela The Central Sugar Factories of Brazil Limited, empresa privada inglesa que recebeu grandes incentivos do Governo brasileiro. (Cf. Andrade B., op. cit. p. 37).

ção da Escravatura e a Proclamação da República. Mas esse processo de transformação inclui também mudanças a níveis locais, como, nas áreas açucareiras, a substituição do engenho banguê pela usina" (12).

O comando da usina sobre o conjunto da atividade consolidou-se desde então, com a necessidade de modernizar a produção do açúcar e aumentar-lhe a competitividade no mercado externo, implicando na transferência do controle da produção para o capital industrial e financeiro, e na reunificação dos dois momentos da produção, aos quais se havia tentado separar com a experiência dos engenhos centrais, sob o controle da usina e conforme os requerimentos desta. É desta forma que Gadiel Perrucci também parece entender a usina: como o núcleo que comanda a agroindústria:

"A usina substitui o sistema dos engenhos centrais; porém, desta vez, a produção agrícola e o processo industrial são concentrados em uma só mão. A usina representa, assim, uma síntese entre os dois setores da produção, configurando uma importante transformação na economia do açúcar" (13).

A lógica da reprodução do capital investido na agroindústria açucareira é a lógica do capital industrial, e a usina é o elo final, a etapa industrial de um processo iniciado no campo. Ao mesmo tempo, ela está integrada na continuidade de um processo produtivo que supõe indissociáveis o trato agrícola e fabril. É preciso ter em mente que o capital industrial organiza a produção e define as relações de trabalho nos dois setores, conforme diz Octávio Ianni:

"A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade, no campo. Parece inserida no processo da reprodução do capital agrário. Na usina, o capital agrário e o capital industrial aparecem conjugados, um subsumindo o outro. De longe, vista no

(12) Idem, p. 35-38.

(13) Cf. Perrucci Gadiel. Op. cit., p. 115.

campo, a usina parece engulida pelo canavial; a fábrica pela planta; a indústria pela agricultura. Mas o que ocorre é inverso, reverso. Na agroindústria açucareira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital agrário as suas cores e os seus matizes. Na usina, a cana-de-açúcar é industrializada, transformada em açúcares e álcoois, seguindo as exigências e a lógica da produção industrial. Aí comandam os processos físicos e químicos, mas sobressai a máquina e o andamento maquinizado. Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente, segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial. Pouco a pouco as exigências da usina se estabelecem e se impõem nos canaviais, sobre os fazendeiros, os plantadores e os operários rurais. É verdade que a cana-de-açúcar se faz segundo o andamento da natureza, nas suas estações. Mas esse andamento pode acelerar-se algum tempo e aperfeiçoar-se, segundo determinações provenientes da usina. É nesse movimento que se aplicam e propagam o fertilizante, o defensivo, o caminhão, o trator, a queima das folhas, a intensidade do corte, a velocidade do transporte, a intensificação da força de trabalho. Ao desenvolver-se no campo, a usina incute no verde dos canaviais uma vibração e uma aspereza que nada têm a ver com a doçura da cana madura" (14).

Portanto, é incontestável a integração entre indústria e agricultura, da mesma forma como é incontestável o comando da atividade industrial, apesar de que, pelo fato da usina se inserir num universo de relações com a atividade agrícola, se cerca das particularidades que emergem destas relações. Noutras palavras, nesta atividade industrial as condições em que a produção se realiza são especiais, são diferentes da indústria urbana. Isso não significa dizer, como parece indicar José Sérgio Leite Lopes na seguinte passagem, que se deve considerar a usina uma atividade a penas revestida das características de grande indústria:

(14) Cf. Ianni, Octavio. *A Classe Operária vai ao Campo*. Caderno Celuap (24), 2a. ed. S. Paulo, Brasiliense, 1977, p. 36-37.

"Elo industrial complementar de um processo produtivo que se origina no campo, inteiramente dependente da matéria-prima agrícola que o seu próprio sistema de transportes canaliza de terras de sua propriedade e de terras de fornecedores-satélites, a usina não pode deixar de incorporar características de seu elo complementar agrícola - embora sob as roupagens de sua organização da produção própria enquanto grande indústria (...). Se para a compreensão do modo de produção capitalista é necessário estudar-se primeiramente a indústria e depois a agricultura, pois é na indústria que esse modo de produção se estabelece no sentido estrito, específico, no entanto, no estudo de uma 'grande indústria agrícola', em particular a parte industrial da 'plantation', não será necessário levar-se em consideração desde o início as características provenientes da parte agrícola incorporadas no seu funcionamento e que lhe dão especificidade?" (15).

Apesar do detalhamento com que Leite Lopes analisa o processo de trabalho nas usinas, achamos que a sua análise, talvez por partir das representações, das categorias de pensamento e dos modelos de comportamento dos operários, não compreende o processo de trabalho enquanto momento no processo de acumulação. Fixado assim na ruralidade e sazonalidade da usina, termina por desconsiderar as relações históricas entre Agricultura e Indústria, invertendo portanto o próprio sentido do desenvolvimento capitalista da produção açucareira.

Quando falamos da importância de olhar a usina em suas relações com a atividade agrícola, não estamos nos referindo à "especificidade da grande indústria agrícola", nem à "especificidade da atividade agrícola", mas sim à natureza da indústria que produz ela mesma sua matéria prima, imediatamente consumida no processo produtivo do açúcar. Estamos nos referindo à integração entre Agricultura e Indústria no processo de reprodução do capital, integração que industrializa, de pronto, a agricultura, encurtando até quase extinguir, o ciclo da realização da mais valia produzida na

(15) Leite Lopes, J.S. Op. cit., p. 205.

agricultura, e às determinações desse processo sobre a formação e desenvolvimento da classe operária.

Sob o modo de produção capitalista a Agricultura transforma-se cada vez mais num ramo da atividade econômica, dizia Marx. Ou seja, ela é uma esfera da produção, subordinada ao movimento do capital. As relações entre Agricultura e Indústria correspondem à divisão do trabalho, determinada historicamente pela propriedade privada dos meios de produção, sob a forma de capital. Desse modo, na Agricultura capitalista as contradições decorrem da reprodução do capital, sendo a terra meio de produção e não fonte, ela mesma, por si, de exploração. Na Agricultura da cana-de-açúcar, portanto, as contradições fundamentais decorrem da produção cada vez mais social da riqueza, e da apropriação desta, gerada pelo trabalho, por apenas uns poucos. A oposição fundamental se situa entre capital e trabalho, e, ainda que se instalem mediações várias no processo imediato de produção, não tem sentido pensar numa contradição entre proprietários e não proprietários de terra.

Talvez a complexidade dessas relações seja um dos elementos responsáveis pela forma como a maioria dos pesquisadores entende a estrutura de classes na Zona da Mata: operários nas usinas e camponeses no canavial, fundando uma separação entre Agri - cultura e Indústria, seja pelas diferenças nos processos de trabalho num e noutro setor, seja devido às forças produtivas não se deenvolverem no mesmo ritmo e na mesma forma que na Indústria. Ou ainda, porque, como diz Fany Goldfarb:

"A utilidade da produção agrícola está de tal forma presente, que se termina por obliterar que o móvel dessa produção é a obtenção da mais valia, do valor de troca das mercadorias" (16).

Concordamos inteiramente com Fany, pois, pelo menos no caso da agroindústria açucareira, transparece a "agricultura" da cana-de-açúcar absorvendo a preocupação da maioria das pesquisas, de certa forma obliterando a compreensão das relações de classe

(16) Goldfarb, Fany. *As Relações entre a Indústria e a Agricultura*, 1978, mimeografado.

do conjunto dos trabalhadores. Talvez por essa razão a maior parte da bibliografia conhecida dificilmente escape do lembrar e relembrar as "especificidades" existentes, dificultando o estabelecimento de um ponto de partida para compreender essas especificidades dentro de uma perspectiva mais ampla, que parta da dimensão do capital enquanto relação social historicamente determinada, e do seu oposto inelutável: a classe operária⁽¹⁷⁾.

Disso tudo decorre que conhecemos - às vezes minuciosamente e sofisticadamente - aspectos os mais diversos da vida e do trabalho nas estruturas açucareiras, sem que tenhamos entretanto uma visão global da sua classe operária, onde se apresentem as diferenças e semelhanças entre trabalhadores das usinas e dos canaviais - obviamente eles não são idênticos - mas que sobretudo se saliente a perspectiva do **conjunto** da classe.

Não temos intenção de preencher tal lacuna. Tão somente nos propomos chamar atenção para alguns aspectos relevantes dentro dos objetivos do presente trabalho, basicamente a formação e o desenvolvimento contraditório do proletariado na agroindústria açucareira, e como essas contradições imprimiram ao mesmo um caráter imediatamente heterogêneo⁽¹⁸⁾. Também não pretendemos enveredar pela discussão da bibliografia existente. Entretanto, buscando um ponto de partida para entender essa heterogeneidade, nos

(17) "A agricultura, assim como a indústria, são conceitos estabelecidos historicamente. A terra, enquanto meio essencial de produção e ainda que ocupe este posto em toda a história da humanidade, assume características particulares segundo as relações sociais de sua utilização. São pois, as relações humanas, as relações que entre si estabelecem os homens na produção de sua própria meta que, por sua vez, determinam as relações dos homens com a terra. As relações de propriedade, quaisquer que sejam estas, determinam distintas divisões do trabalho. Portanto, ao falarmos da indústria e suas relações com a agricultura estamos nos referindo a uma discussão do trabalho historicamente precisa, aquela determinada pela propriedade privada dos meios de produção na forma do capital". (Cf. Goldfarb, Fany, op. cit. p. 7).

(18) No capítulo anterior vimos de que forma o Estado aprofundou essa heterogeneidade, institucionalizando-a formalmente na divisão do sindicalismo.

marcos do desenvolvimento histórico do capital nas estruturas açu careiras, achamos necessário nos deter em alguns dos autores que formularam as explicações mais conhecidas sobre a estrutura de classes na zona do açúcar em Pernambuco.

Em primeiro lugar, notamos ter-se criado uma dada tendência, entre alguns pesquisadores, de priorizar a pesquisa empírica dos diferentes processos de trabalho na atividade agrícola, de modo a evidenciar o específico e o particular, em detrimento das determinações e, por conseguinte, das contradições geradas ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agroindústria açucareira. Na perspectiva analítica desses estudos, a agroindústria do açúcar é entendida enquanto formação social tipo "plantation", inserida no modo de produção capitalista, possuindo uma lógica específica que não se confundiria com a lógica do modo de produção capitalista, do qual seria entretanto dependente. No bojo dessa "articulação de modos de produção" se explicaria o latifúndio e a vinculação do trabalhador com a terra.

Conforme, por exemplo, a formulação de Lygia Sigaud, os trabalhadores rurais constituiriam uma classe social dentro da "plantation açucareira", e nesta, enquanto formação social, caberiam diferentes categorias de trabalhadores, que vão do morador ao clandestino, conforme a relação contratual com o proprietário. A autora conclui serem essas categorias variantes de uma mesma estrutura (sempre a "plantation", e não a agroindústria)⁽¹⁹⁾. Numa outra obra Sigaud retoma e desenvolve a perspectiva das relações de morada enquanto elemento definidor das relações de classe dentro da "plantation", ao considerar que as transformações ocorridas a partir de 1950 consistiam na liquidação dessa relação e na sua recriação sob novas formas, sob o impulso do que chama de "penetração do capitalismo no campo"⁽²⁰⁾.

(19) Sigaud, Lygia. *A Nação dos Homens; Uma Análise Regional da I deologia*. R. Janeiro, UFRJ, Tese Ms., mimeografado.

(20) Cf. Sigaud, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. S. Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979, p. 36. Ver também Sigaud citando Palmeira, M.: "Na Zona da Mata de Pernambuco, não havia campeonatos a destruir, nem um direito costumeiro de apropriação da terra a ser subvertido, mas sim o morador, categoria social que não pode ser reduzida nem ao camponês nem ao proletário rural (Palmeira, 1969:7)". (Idem, p. 36).

Também, dentro da mesma linha, Afrânio Garcia Júnior faz uma apreciação da "plantation", formação social que permitiria a existência de um modo de produção camponês, articulado e subordinado ao modo de produção capitalista, e de um "campesinato marginal à"plantation", formado pelos foreiros. Por meio dessa articulação haveria lugar para o campesinato se inserir na formação social, sem precisar se contrapor a uma classe dominante específica dentro do modo de produção. Seria portanto um modo de produção com instância apenas econômica⁽²¹⁾.

Ressalvando-se as diferenças, há três pontos em comum nesses trabalhos. Primeiro desconsideram o movimento de reprodução do capital no campo, e procuram "desvendar" o capitalismo brasileiro, que passa a não ser mais um processo contraditório e gerador de conflitos, regido por leis gerais há muito demonstradas, e sim apenas a geração imediata da oposição no plano do processo de trabalho. Não lhes parece importante a relação campo-cidade nem as contradições dessa relação, envolvidas no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Preocupados em negar ou minimizar as leis gerais, as quais, é claro, só podem se manifestar assumindo as formas específicas (o particular é a única forma possível de manifestação do geral)⁽²²⁾, terminam tomando o particular pelo particular. Partindo do real imediato, se perdem na tentativa de descobrir - ou de ocultar - a proletarianização dos trabalhadores rurais, com a autoridade do específico encontrado nas pesquisas empíricas, como se o concreto não fosse a própria teoria em fatos. Um segundo ponto em comum se manifesta mais a nível dos resultados, pois as formulações nessa linha se preocupam quase que exclusivamente com a atividade agrícola, não levando em conta o dado concreto, histórico, da relação entre Indústria e Agricultura na agroindústria açucareira. A principal consequência entretanto é a busca infundável da dimensão econômica da unidade,

(21) Garcia Júnior, Afrânio Raul, "Salário e Campesinato". In: *Encontro Realidade Nordestina*. UFPb (C. Grande, 1980, p.3-37).

(22) "O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem críticas aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente ao método". (Cf. Lukács, *História e Consciência de Classe*. Lisboa. Escorpião, 1974. p. 15). Grifado no original.

buscada na multiplicidade de segmentos nos quais a classe operária se divide no plano imediato da produção.

Esses autores esquecem que o avanço do capital implica em inovações tecnológicas e com elas a diluição das tarefas que se ocultam na produção de mercadorias. Esquecem principalmente que a produção da mercadoria "açúcar" não começa na usina, vem de um antes. Como enxergam na usina nada mais que a indústria inserida na "plantation", um lugar onde se processa a cana ou um componente da "plantation", importa-lhes apenas as determinações da produção da cana. Entendendo múltiplas relações sociais de produção dentro da "plantation", a conclusão lógica é pela existência de várias classes sociais, compondo uma estrutura algo assim como um campesinato heterogêneo e um punhado de proletários, se opondo à classe dos donos dos meios de produção. Não nos interessa discutir aqui a formulação teórica que serve de matriz a esses estudos - a articulação de modos de produção. Queremos apenas salientar que a mesma não contempla as contradições do modo de produção capitalista, arranjando outro modo de produção para explicar essas contradições.

A preocupação com a importância da propriedade fundiária no processo de acumulação, distingue a posição de Nazaré Wanderley da posição anterior, vendo na articulação entre a propriedade dos meios de produção industriais com a propriedade fundiária, a forma específica da acumulação na economia açucareira, garantida através do monopólio da propriedade pelos usineiros⁽²³⁾. Estes, por terem o controle do conjunto da atividade, garantiriam a acumulação no setor industrial. A instabilidade dos preços no mercado internacional, responsável pela baixa modernização dos equipamentos industriais, teria sido compensada, segundo afirma, pela produção de excedentes no setor agrícola, uma vez que a acumulação na indústria seria aleatória:

(23) Wanderley, Maria de Nazaré B. *Capital e Propriedade Fundiária*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1978.

"O setor industrial é o núcleo central, em função do qual toda a produção é organizada. A propriedade fundiária e as relações de produção no setor agrícola constituem, antes de tudo, os mecanismos que asseguram a produção da principal mercadoria, o açúcar. As condições estruturais do mercado de açúcar repercutem diretamente sobre a estrutura da produção açucareira pernambucana, condicionando seu próprio processo de acumulação. *A criação e a reprodução do capital, no próprio processo de produção são aleatórias* e não asseguram uma remuneração suficiente para justificar o seu investimento no setor, sobretudo se se considerarem as várias alternativas de investimentos ofertadas em setores e em regiões economicamente mais dinâmicas" (24).

Segundo Nazaré, a propriedade fundiária, porque permitiria formas de utilização diferenciada do trabalho, se interporia entre a subordinação do trabalho ao capital:

"A força de trabalho não é colocada diretamente à disposição do capital, mas da propriedade fundiária. Na medida em que a propriedade da terra tem como objetivo exatamente substituir o capital pela força de trabalho, esta não é completamente desvinculada da terra. As alterações periódicas, historicamente observadas, nas formas de sua utilização reproduzem cada vez o movimento de vai-e-vem, de posse-desapropriação" (25).

Por conseguinte, para a autora, os mecanismos que possibilitaram a acumulação e portanto a sobrevivência da agroindústria do açúcar, foram o rebaixamento dos custos monetários da força de trabalho, inclusive do operariado das usinas, e o aumento da produção do açúcar, seja pela cultura extensiva da cana, seja pelo recurso ao alongamento do tempo de moagem nas usinas. Esses mecanismos existem (ou existiram) na razão direta e em consequência do controle da propriedade fundiária, mediante a qual os usineiros teriam podido, ao longo dos séculos, explorar a força

(24) Idem, p. 122. Grifos nossos.

(25) Idem, p. 124.

de trabalho de diferentes maneiras, conforme a conjuntura econômico-social lhes permitisse, pois quando baixavam os preços do açúcar, reduziam os custos de produção da cana, através da redução dos custos monetários com a força de trabalho, ora aumentando a disponibilidade de terra para os pequenos rendeiros (que se tornavam assim *fornecedores* de uma parcela de trabalho gratuito no montante das canas que entregavam), ora permitindo que os moradores cultivassem pequenos roçados. Assim, além de extrair trabalho não remunerado nos dias de trabalho obrigatório na lavoura da cana, também rebaixavam os custos de reprodução da força de trabalho. Quando se tratava de propriedade de antigos senhores de engenho os mecanismos eram os mesmos, só que em cadeia: os usineiros se apropriavam da parcela de trabalho gratuito contida na cana que os fornecedores entregavam, e nestas, o trabalho gratuito ou havia sido extraído dos subarrendatários, ou havia sido extraído dos moradores. De qualquer maneira, o excedente da atividade agrícola, extraído pelas duas frações da classe dominante, seria por elas apropriado. Em subindo os preços do açúcar os proprietários, usineiros ou fornecedores, podiam retomar as terras arrendadas, extraíndo diretamente a mais valia⁽²⁶⁾.

Não queremos entrar no mérito dos mecanismos descritos. Claro que ao capital interessa o excedente e apenas este, tendo o *nível* da exploração uma relação direta com a organização ou desorganização dos trabalhadores. Mesmo faltando incorporar em sua análise a existência da renda fundiária diferencial, beneficiando aqueles que ocupavam melhores condições no mercado e na produção, não seria essa a nossa discordância fundamental com Nazaré. Da mesma forma, podemos até concordar que a indústria remunere mal o capital investido, reinvesta muito pouco e apresente, como tendência, aumentar o lucro pessoal do capitalista.

A primeira coisa que nos parece ~~desproporcional~~ ^{desproporcional} é a afirmação de que a acumulação na indústria é aleatória. Primeiro porque, levada às suas devidas consequências, tal afirmação implica em atribuir a

(26) Idem. Capítulos 49 e 59.

acumulação ao outro pólo, à agricultura, exclusivamente. Depois porque seria um contra-senso se o usineiro consumisse toda a mais valia produzida em cada ciclo; teríamos um capitalista para cada moagem, não sendo esse efetivamente o caso.

Em nossa opinião, a questão porque a agroindústria açucareira não conseguiu rebaixar os custos de produção do açúcar e como pôde sobreviver sem rebaixá-los, não foi devidamente abordada por Nazaré, por não ter relacionado os dois elementos fundamentais da sua própria análise: o lugar histórico da propriedade fundiária e do Estado no processo de acumulação. Embora Nazaré tenha ido buscar o "segredo" da acumulação nas altas taxas de exploração da força de trabalho, não compreendeu a ligação entre este fato e o dado de que a remuneração do setor só pode existir via o Estado. Por essa razão também escapou da sua análise a compreensão das conseqüências desse desenvolvimento histórico para a classe operária.

De fato, a conjugação produtor/meios de produção, só foi possível devido à forma concentrada da propriedade agrária enquanto propriedade do capital. Realmente, o latifúndio tornou possível a reprodução do capital e dos capitalistas enquanto classe dominante, imprimindo conotações peculiares ao processo de acumulação.

Entretanto, é preciso entender o latifúndio em todos os seus aspectos. Como fator que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que imobilizava a força de trabalho nos limites geográficos da propriedade, cedendo-lhe o uso da terra em épocas de crise do açúcar, e impedindo-lhe de se constituir inteiramente em mercadoria, simultaneamente também inviabilizava-lhe a possibilidade de se reproduzir como classe, de forma independente, enquanto camponeses, pois, quando os preços subiam, retomava-se as terras dos moradores, foreiros e arrendatários, incrementando-se os dias de trabalho gratuito nas lavouras de cana (dias estes que aliás nunca deixavam de ser prestados, mesmo em época de crise). Quando os preços baixavam, tornava-se a sublocar as terras.

Com isso, reiteravam-se os pressupostos da acumulação e da dominação de classe: impedia-se o desenvolvimento de uma classe de produtores independentes, e garantia-se a condição de valorizadora do capital dessa população, não importa que intermitentemente. Portanto, não se expandia a classe operária, pois vegetava à sombra do latifúndio, entretanto, em nenhum momento ela se

libertava da sua condição de valorizadora do capital.

Peter Eisenberg, analisando as relações de trabalho e as condições de vida após a abolição, mostra como foi essencial ao capital inviabilizar a transformação dos libertos numa classe de produtores independentes:

"Os salários rurais significavam pouco mais direitos sobre a terra, o capital ou os frutos da produção do que a ração dos escravos. Quando muito os trabalhadores livres tinham mais direitos sobre a sua própria força de trabalho, desde que podiam recursar-se a vendê-la, mas eventualmente enfrentariam

as opções da fome ou do roubo. (...) Somente bem poucos indivíduos eram parceiros e menor ainda era o número destes que chegava a acumular capital suficiente para se tornar proprietários de terras. (...) Mesmo os lavradores, que devido à sua modesta posse de capital podiam ser considerados como uma espécie de classe média rural, também estavam sujeitos a ser despedidos, literalmente, do dia para a noite pelo senhor de engenho, cujo monopólio de terras assegurava sempre a oferta de muitos trabalhadores sem terra ansiosos por uma parcela da produção açucareira⁽²⁷⁾.

A população que reproduzia o capital sob tais mecanismos não poderia deixar de incorporar essas determinações, se constituindo em força de trabalho *potencialmente* camponesa, que nos "interstícios" formava o exército de reserva não produtor de mais valia na atividade açucareira. Entretanto, como bem coloca Pedro Figueira, essa população *nunca deixou de se constituir inteiramente em população que reproduzia o capital*, sendo essa, na essência,

(27) Eisenberg, Peter L. Op. cit., p. 247-250.

a sua principal característica:

"A formação do Brasil como nação capitalista moderna se dá sobre a base do excedente de trabalhadores e de capital. A sociedade atual forma-se com o exército de reserva europeu que se defronta, em terras brasileiras, com a forma financeira do mesmo capital que o tornará excedente na Europa. A reprodução desse capital nestas condições, nas condições imperialistas, se torna em boa medida, função da política: o Estado burguês nas nações capitalistas recém-formadas assumirá um caráter acentuadamente despótico, pois deste caráter dependerá a submissão da classe operária. As novas condições de existência do capital imperialista, que significa elevadíssima concentração industrial e financeira, exigem para sua reprodução, domínio incondicional da classe operária. De fato, aquele exército de reserva são pode tornar viável as novas nações reproduzindo-se em condições infra-humanas. Uma dessas condições consiste em vegetar, em massa excedente numericamente crescente, à sombra da grande propriedade fundiária, recriando simulações de pequena propriedade, produto independente, campesinato e tantas outras modalidades e figuras que vão desde a recomposição da unidade familiar no campo e na cidade, o vendedor ambulante, o biscateiro. Não há propriamente limites ao aproveitamento de novas figuras, desaparecimento temporário, recriação das antigas e outras articulações em que o capital monopolista pode envolver o exército de reserva". (...) Seria verdadeiramente surpreendente que o exército de reserva expulso da Europa - a assim chamada imigração - reestabelecesse na América como produtor independente. Estaríamos diante de uma situação em que o sistema capitalista contraditaria sua vocação necessariamente mundial. No Brasil as relações sociais em que deveriam entrar a massa recém-expropriada e os meios de produção já tinham uma base histórica que foi aperfeiçoada e reforçada com a lei de Terras de 1850"⁽²⁸⁾.

Evidentemente a agroindústria não se conservou exata - mente a mesma do século XIX até 1950. Como vimos, sob a determinação do capital financeiro os engenhos foram substituídos pelas usi

(28) Figueira, Pedro. Op. cit., p. 7.

nas, passando, inclusive, pelos engenhos centrais. Substituíram-se os meios de transporte, do carro de boi, do jumento e do cavalo para as ferrovias. Os equipamentos das usinas também passaram por sucessivas modernizações, introduzindo-se técnicas que revolucionaram a fabricação. A crise econômica não significa que não houve nenhuma mudança na composição orgânica do capital.

Eisenberg também aponta como os senhores de engenho enfrentaram as crises decorrentes da oscilação dos preços do açúcar no mercado internacional, reagindo de duas formas diferentes e complementares. De um lado, modernizando as forças produtivas, não obstante os longos períodos de estagnação. Disso é prova a evolução histórica, do Banguê para o Engenho Central e deste para a Usina. De outro lado, transferindo as perdas sofridas no mercado exportador para uma força de trabalho sem nenhum poder de barganha, mediante achatamento salarial e mesquinhas condições de trabalho⁽²⁹⁾.

O Estado foi o fator decisivo nesse processo. Em parte porque forneceu os recursos para modernizar a produção agrícola e industrial, inclusive mecanizando algumas fases do trato agrícola, permitindo alargar a acumulação pela massa maior de volume de meios de produção colocados à disposição das usinas. Aliás, graças à disponibilidade de crédito, os usineiros puderam concentrar a propriedade fundiária, sem se transformar numa classe de proprietários de terra. Em parte porque financiava a própria produção, através do crédito institucional para a compra de insumos, fertilizantes, defensivos, etc., adiantando também os custos com a força de trabalho, com o que favorecia racionalizar a utilização de trabalho conforme o ciclo produtivo. Posteriormente o próprio Estado modernizou os transportes, abrindo estradas que encurtaram a chegada da cana na usina, diminuindo portanto a perda de sacarose e favorecendo os rendimentos industriais⁽³⁰⁾. E finalmente porque interviu para conciliar as divergências entre as frações da burgue

(29) Eisenberg, Peter L. Op. cit., p. 235.

(30) Foi reduzido o uso de ferrovias. Estradas de rodagem foram intensamente construídas nos engenhos, reduzindo a distância entre o local do corte da cana e de carregamento do veículo que a transporta para a usina. Há ainda os "desvios" para os quais a cana é transportada em burros, pois os carros de bois praticamente desapareceram. Mas é cada vez mais difundida a prática de o caminhão ou trator com carroça ir buscar a cana no próprio local de corte.

sia, formando com ela uma "aliança" política, que garantiu à mesma, manter-se no poder, ao mesmo tempo em que reprimia as manifestações de resistência dos trabalhadores⁽³¹⁾.

Não podemos esquecer do fundamental: ao capital interessa a mais valia e não o açúcar. Açúcar é o caráter efêmero, a essência é a produção de mais valia. Se as condições parasitárias como o capital se reproduz não permitem o desenvolvimento das forças produtivas, a burguesia *se associa* ao Estado, assumindo a condição de "gerente" do capital⁽³²⁾. É exatamente por isso, por não relacionar concretamente o Estado ao próprio processo de acumulação - ele é mais que meio fornecedor de crédito institucional, ele é o próprio "parteiro" da acumulação - que Nazaré não consegue explicitar como a agroindústria açucareira, passa a abrigar todas as contradições do capital financeiro, e como este termina sendo a única saída possível para resolver a tendência decrescente da taxa de lucro. Não é gratuitamente que ocorre a passagem dos Engenhos Centrais para as Usinas, nem muito menos a criação do IAA.

Nazaré afirma também que os moradores pagavam uma renda fundiária pelos roçados de subsistência⁽³³⁾. Esta é outra afirmativa questionável, uma vez que tais roçados não poderiam ter tido um caráter *essencialmente* diferente do roçado de subsistência do operariado das usinas. Caso em que, obviamente, não se tratava de renda fundiária mas de extensão do trabalho necessário.

Vejamos o caso da produção realizada nos roçados de

(31) A criação do IAA e a garantia que este representou para a manutenção do açúcar nordestino nos mercados, representa um dos fatores que explicam como a burguesia açucareira, embora enfraquecida economicamente, se mantém até hoje como a fração mais importante da classe dominante nesta Região, controlando politicamente a Zona da Mata e pelo menos parcialmente, o Aparelho de Estado.

(32) Sobre o papel do crédito e sobre a transformação do capitalista em mero dirigente, administrador do capital alheio, como uma tendência da concentração do capital, ver Marx, K. *O Capital*. R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, Livro 3, v.6, capítulos XXV e XXVII.

(33) Idem, p. 121. Wanderley, N. Op. cit., p. 124.

Evidentemente, a singularidade do caso de operários se reproduzindo parcialmente como se não fossem operários, manifesta na realização de um trabalho agrícola que o operário executa, junto com a família, pressupõe a super-exploração da força de trabalho, responsabilizada, assim, por parte dos custos da sua própria reprodução⁽³⁶⁾.

Teoricamente a questão se reporta às formas como os meios de subsistência chegam ao trabalhador. Ele pode receber um salário supostamente igual ao valor desses meios, ou pode produzir diretamente parte desses, como é o caso do "roçado". O importante é que a produção direta em nada modifica o fato de estarem separados dos meios de produção e a produção que realizam no roçado representa um tempo de trabalho necessário que não é coberto pelo salário.

Conclui-se o que, do roçado de subsistência? Já que caracterizava um trabalho necessário, realizado fora da jornada? Primeiro, evidentemente a sua natureza de super-exploração do trabalhador. Esta é a essência do roçado, embora se possa pensar, como às vezes se pensa ainda hoje, que "os patrões do passado eram mais humanos e os trabalhadores menos explorados, porque cultivavam um pedaço de chão"⁽³⁷⁾. Segundo, o fato de que o roçado permitia a redução dos custos com a força de trabalho, já que os trabalhadores produziam eles mesmos parte dos meios de subsistência que deveriam estar cobertos pelo salário. Terceiro, que o ro-

(36) Se o roçado dos operários constitui um trabalho desenvolvido fora dos limites do processo de trabalho industrial e do seu sentido de troca de equivalência, ele permite entretanto um remanejamento da parcela do tempo necessário no valor produzido pelo operário, que para se reproduzir precisa alargar o trabalho necessário para fora da unidade produtiva. Quando o trabalhador produz diretamente meios de subsistência está estendendo a jornada, produzindo fora da unidade produtiva o que a rigor estaria coberto pela jornada de trabalho. Significa um tempo que prolonga essa jornada, e em que o trabalho realizado assume fôros de "necessário" e o produto de "valor de uso".

(37) Esta seria também a essência da luta pelos dois hectares que o movimento sindical reivindica atualmente, quando exige que se cumpra a "Lei do Sítio". Esta reivindicação retrata, como nenhuma outra, não somente o caráter imediato que a luta econômica geralmente assume, mas também a fixação na aparência dos fenômenos - melhorar as condições de vida - ao in-

gado, como disse um operário, "nunca enganou ninguém", era simplesmente a aceitação de uma realidade e nunca uma idealização⁽³⁸⁾. Evidentemente, claro que era preferível se esgotar nas horas de folga, ou, o que era mais comum, colocar toda a família para trabalhar no roçado, do que não poder adquirir os gêneros alimentícios de primeira necessidade, seja porque o salário era insuficiente, seja porque estavam parados, na entressafra. Consumava-se aí simplesmente a aceitação das regras do jogo, ou a fome e a migração como alternativas⁽³⁹⁾. Finalmente, o roçado, por sua própria natureza de extensão da jornada de trabalho; pelo lado do trabalho necessário, caracteriza a existência, pelo menos até a década de 50, de uma grande quantidade de trabalho improdutivo - não produtor de mais valia - embora totalmente subordinado ao capital.

Estivemos falando do roçado dos operários das usinas, mas poderíamos perguntar, há alguma coisa nos roçados dos moradores que seja *essencialmente* diferente? A não ser a quantidade, pois todos os moradores, ou quase todos, tinham direito a um pedaço de chão. Vê-se que a subordinação do trabalho pelo capital adequava-se à sazonalidade do processo produtivo na indústria e na agricultura, e, conforme o andamento da natureza, imprimia uma intermitência na extração do excedente.

O que há de fundamental nesse processo todo, achamos nós, é entender a sua dimensão, enquanto retrata o papel histórico da propriedade fundiária concentrada, capaz de reproduzir, nas fimbrias do latifúndio, o trabalho não assalariado, inteiramente subordinado ao capital, e capaz de garantir ao capital a produção da mais valia necessária. Este trabalho não assalariado não era, não

(38) "Tinha aqueles especializados que o próprio usineiro, por força da necessidade procurava mantê-los, né? Embora naquele regime antigo que nós conhecemos. Daquele estilo. Mas não tinha outra coisa a fazer para o próprio operário. Tinha que se sujeitar aquilo, porque se saísse dali ia para outro canto e era pior, para outra parte, ali pelo menos era conhecido, o patrão dava valor não pelo valor dele mas apenas pelo trabalho. (...). O operário era um sinônimo de cativo. (...) Aca- bou-se a escravidão dos negros. Mas a branca dos operários, a branca dos pobres, ficou". (Entrevista).

(39) Diga-se de passagem que a migração interna, na própria zona do açúcar, de uma usina ou de um engenho para outro, atrás de melhores condições de trabalho, foi sempre um fato corriqueiro.

poderia ser, portanto, algo independente do capital. O morador só era morador, só tinha direito à morada, desde que trabalhasse no canavial, do mesmo modo que moer a cana, embora fosse a principal obrigação, digamos assim, do operário, não lhe impedia de ser agricultor das horas de folga. Esta é a determinação principal da propriedade fundiária concentrada, pois ela é a própria concentração de capital, e não o inverso, como entende Nazaré, que a coloca *no lugar do capital*.

À medida em que entende que a força de trabalho na agricultura não se subordinaria ao capital, mas sim diretamente à propriedade fundiária, esta deixa de se constituir em mediação geradora de mecanismos que viabilizam a acumulação, para assumir a condição de *parâmetro* da acumulação, das relações sociais de produção e conseqüentemente da natureza das classes sociais. O capital deixa de assumir a sua primeira expressão e condição, de relação social historicamente determinada, passando a ser uma categoria subordinada à propriedade fundiária, ou quando muito, sua autonomia se circunscreveria à esfera exclusiva da acumulação no setor industrial. Exatamente por essa razão ela termina estanquizando a classe operária nos limites do segmento industrial da força de trabalho, mesmo quando admite a proletarização definitiva do trabalhador agrícola⁽⁴⁰⁾.

O objetivo precípua do capital na produção açucareira não era nem nunca foi concentrar a terra em si mesma, mas sim pelo que ela permitia, como meio de intensificar a exploração da força de trabalho, e como necessidade de subordinar a agricultura, no sentido de garantir a produção do excedente agrícola, seja a usina produzindo diretamente a cana, seja através do fornecimento de outros. Neste caso, a terra *serve* para produzir valor. É meio de produção sobre o qual, ou em face do qual, o trabalho produz, valor.

Reconhecendo a importância da obra de Nazaré, no sentido de esclarecer as formas como o capital se reproduz na econo

(40) Cf. Wanderley, N., op. cit., p. 85-96.

mia açucareira, mesmo assim, cabe-nos dizer que ela supervaloriza a questão da propriedade fundiária em si mesma, minimizando o fato de que a sua importância advém apenas de ser propriedade do capital. Não se trataria, como afirma Nazaré, da propriedade fundiária substituir o capital pela força de trabalho, porque esta não se desvincula da terra. Mas sim, de que essa vinculação constitui a condição essencial da produção do excedente do qual o capital se apropria. Do mesmo modo, a reorganização da produção sob formas aparentemente não capitalistas não pode ser entendida em si mesma, e sim, através das determinações da associação do capital com o Estado e do fortalecimento da tendência monopolista deste. Todo o processo representa, em síntese, a materialização do parasitismo, ou a reorganização das forças produtivas sob a égide do capital financeiro.

A debilidade da economia açucareira e as razões da sua sobrevivência vão ser estudadas por Francisco de Oliveira, sob o enfoque da divisão regional do trabalho no Brasil, e esta sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista, numa perspectiva que teoricamente incorpora a lei do desenvolvimento desigual e combinado⁽⁴¹⁾. Segundo Oliveira, tendo abortado a industrialização do Nordeste desde fins do século passado e começos deste, e na impossibilidade de se expandir conforme a lógica do capital financeiro, a economia açucareira teria se refugiado num padrão de acumulação baseado na recriação de relações não capitalistas⁽⁴²⁾.

(41) (Cf. Oliveira, F. Op. cit., p. 22-23). A chamada "Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado", na forma como foi utilizada por Trotsky para compreender a estrutura social russa, conclui pela combinação de formas atrasadas (não capitalistas) com formas desenvolvidas (capitalistas) no interior do modo de produção capitalista. Ou seja, a desigualdade como o capital se reproduz geraria uma combinação de formas, e nessa combinação estaria a essência da acumulação, pois formaria o padrão "atrasado-moderno". No caso concreto da Rússia, Trotsky conclui pela combinação de "feudalismo-capitalismo industrial". (Cf. Trotsky L. *A História da Revolução Russa*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1979. Livro 1, cap. 1. Ver também do mesmo autor: *Programa de Transição para a Revolução Socialista*).

(42) Idem, p. 59-70.

O autor parte do princípio de que a economia açucareira, para sobreviver às injunções da depreciação da taxa de realização do açúcar no Nordeste e às dificuldades da reprodução do capital, recriou em seu interior tais relações, manifestadas na não dissolução do campesinato e não transformação da força de trabalho em mercadoria. É o que transparece no seguinte trecho:

"Emergindo a economia do 'Nordeste' algodoeiro-pecuário, (...) produziu uma mão-de-obra que, pelas flutuações internacionais da economia algodoeira-pecuária, converteu-se parcialmente em força-de-trabalho disponível nas entressafras para alugar-se na produção da cana; a constituição desse semiproletariado levou para o coração da economia capitalista do açúcar-têxtil uma forma de mão-de-obra que não era força-de-trabalho, que não era totalmente mercadoria, *já que cuidava de sua própria subsistência*"⁽⁴³⁾.

Esse padrão teria tido várias consequências. Primeiro, não se desenvolvendo a produção de mercadorias, não se desenvolveram as relações capitalistas. Segundo, não aumentando a composição orgânica de capital, a acumulação passou a não repousar sobre aumentos de produtividade do trabalho. Não havendo ganhos de produtividade a incorporar aos salários, não melhoravam as condições de vida dos trabalhadores⁽⁴⁴⁾.

Por conseguinte, segundo Oliveira, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista no Brasil, teria acarretado para a economia açucareira a combinação de relações capitalistas com relações não capitalistas de produção, determinando o padrão de acumulação nessa economia. No plano político, a principal consequência dessa combinação teria sido a criação de uma ambiguidade estrutural no seio do proletariado, tornando-o simultaneamente semioperário e semicamponês. A partir dessa ambiguidade teria se enfrentado com a burguesia em dois terrenos: ora como

(43) Idem, p. 64. Grifos nossos.

(44) Idem, p. 90-91.

operário, lutando por salário, ora como se fossem camponeses, lutando por terra e pela eliminação do trabalho compulsório - cambão. Ou seja, a divisão política do proletariado da Zona da Mata, evidenciada com clareza no período 1955-64, decorreria da sua divisão econômica ou da sua ambiguidade. Dito de outra forma, a unidade no plano político teria ficado prejudicada pela divisão no plano econômico, conforme se deduz da seguinte passagem:

"mantendo-se atados à armadilha da recriação de mecanismos de acumulação primitiva, os operários enfrentavam-se com a burguesia *como se fossem camponeses*. Essa dupla determinação da situação da classe proletária no Nordeste açucareiro-têxtil a levava a enfrentar a burguesia industrial em dois terrenos: no terreno das relações de produção capitalistas, em que a reivindicação dos ganhos de produtividade incorpora - das aos salários reais não podia ser atendida, e no da reivindicação de terras ou da eliminação das formas de trabalho semicomulsórios, das formas do "cambão", das formas de sobre-trabalho, que punha em xeque a própria existência da burguesia industrial"(45).

Primeiro que tudo devemos reconhecer que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, na qual Francisco Oliveira se baseia para analisar o Nordeste em relação ao Brasil - e este inserido na Divisão Internacional do Trabalho - constitui-se numa proposta analítica superior às anteriores. O autor, realmente, além de não partir da "articulação de modos de produção", tampouco obscurece o capital enquanto relação social, pois que parte da perspectiva da agroindústria se assentar em relações contraditórias, tendo de ter, por conseguinte, contraditória estrutura social, inclusive quanto às classes. Por essa razão, seu trabalho é um dos poucos que pensam o conjunto da agroindústria açucareira nordestina superando o binômio camponês-operário.

Entretanto, Francisco de Oliveira, certamente pela

(45) Idem, p. 91. Grifado no original.

própria perspectiva teórica que adota, termina deslocando a conjugação produtor/meios de produção de dentro do movimento do capital, para um "locus" especial, fora deste movimento, na qualidade de relações não-capitalistas fundamentando a acumulação. Por esse motivo é que precisa recorrer à formulação da acumulação primitiva recriada indefinidamente no caso brasileiro.

Seria de se perguntar por que o capital, em sua fase imperialista, precisaria de relações não-capitalistas para poder se reproduzir. E por que seriam não-capitalistas essas relações? Devido à ausência do salário? Mas a condição de mercadoria da força de trabalho se expressaria exclusivamente através do salário? Não seria necessário considerar, por exemplo, as próprias condições da sua formação e desenvolvimento?⁽⁴⁶⁾ Além do mais, se o cambão, enquanto trabalho gratuito, expressava um padrão de acumulação que manifestava internamente as determinações do capital financeiro, como se pode chamar de atrasadas (formas não capitalistas ou formas pré-capitalistas) essas relações? Não seria mais lógico inverter o raciocínio, e, ao invés de entender a luta contra o cambão e pela posse da terra como uma luta de semicamponeses, procurar entendê-la enquanto a forma imediata e contraditória da consciência de classe, num momento em que o capital redefinia a produção do valor, interessando-lhe *principalmente*, destruir o cambão, pois que interessava-lhe destruir as relações que o permitiam?

(46) "Sabemos que o salário é apenas uma forma dissimulante em que, por exemplo, o preço diário da força de trabalho se apresenta como preço do trabalho por ela realizado durante uma jornada, de modo que o valor produzido por essa força em 6 horas de trabalho se exprime como valor de seu funcionamento ou do trabalho durante 12 horas. (...) Já existe, portanto, já se dá por suposta, a relação de classe entre capitalista e assalariado, no momento em que ambos se defrontam na operação D-F (F-D, para o trabalhador). Trata-se de compra e venda, de relação monetária, mas de uma compra e venda que tem por pressupostos o comprador como capitalista e o vendedor como assalariado (...). Não é o dinheiro que, por sua natureza, estabelece essa relação, é antes a existência dessa relação que pode transmutar uma simples função monetária numa função de capital". (Cf. Marx, K. *O Capital*. R. Já-neiro. Civilização Brasileira, 1975, livro 2, v.3, p.33-35).

Convém lembrar que o capital cria e recria formas de exploração porque está inserido numa realidade histórica, com ela caminhando. Ou, conforme diz Bernardete Aued:

"Argumentar com a *forma de pagamento da força de trabalho*, que é pura manifestação externa de uma relação muito precisa do decorrer do processo produtivo é trocar a aparência pelo conteúdo real. A forma aparente de uma determinada relação pode mascarar, mas não muda o seu real conteúdo"⁽⁴⁷⁾.

Afora esse aspecto, faltaria na análise de Oliveira, segundo entendemos, o dado essencial das condições subjetivas, en quando projeto político que subsidiou as transformações ocorridas nas décadas de 50 e 60. Exatamente por isso esbarra numa ques tão para a qual não oferece nenhuma resposta: afinal, se os trabalhadores não são operários mas também não são camponeses - ou são semicamponeses e semiooperários o que dá na mesma coisa - o que os une? Se esta dessemelhança ou essa heterogeneidade seria um dado estrutural, qual seria então o projeto? Diante do desigual e combinado, como fica a História, enquanto auto-consciência do movimento? O que é a unidade afinal? Cotejamento das diferentes formas econômicas?

Como o político não é um estágio superior ao econômico pois este só pode ser concebido na sua forma política - isto é, as condições *objetivas* só o são plenamente quando tornadas

(47) (Cf. Aued, Bernardete. "Estratégia e Tática de um Movimento que se Pretendeu Unificado". In: Encontro *Realidade Nordeste*. C. Grande, UFPb, junho/80, mimeog. p. 81-82). A autora refere-se à discussão feita por Marx, sobre as metamorfoses do capital, citando a seguinte passagem:

"O dinheiro que o capitalista paga ao trabalhador para utilizar a força de trabalho é na realidade apenas o equivalente, em sua forma geral, dos meios de subsistência necessários ao trabalhador, representa essa ato hoje em dia uma segunda transação. Vende sua força de trabalho por preço determinado e estipula-se então que receberá parte desse preço em meios de subsistência. Isto só modifica a forma de pagamento, e o que realmente vende continua a ser sua força de trabalho. (Cf. Marx, K. *O Capital*. Op. cit., L-2, v.3, p. 173).

conscientes (48) - a busca da forma particular que Francisco de Oliveira faz do capitalismo brasileiro, termina sendo a busca, consciente ou inconsciente, de explicações para a diversidade - e a divisão - do movimento operário. Noutras palavras, a questão para a qual a teoria do desenvolvimento desigual e combinado não tem resposta refere-se à forma como se realiza a cisão da classe operária na época do capital monopolista (49).

Que o desenvolvimento do capitalismo é desigual já o dizia Lenin, em 1916, referindo-se às contradições do capitalismo à nível da divisão internacional do trabalho:

"O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas, e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo (...) Naturalmente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continuou a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica a uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este 'argumento' é constantemente avançado pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. Mas então o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção" (50).

Portanto, de fato, o capitalismo foi e continuará sendo incapaz de homogeneizar os diferentes espaços onde se reproduz, resultando formas diferentes de subordinação do trabalho - formas de extrair o excedente - e feições particulares das contradições fundamentais. A frase de Marx "o problema do capitalismo é o capital mesmo" signi -

(48) Barriguelli, J.C. *Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo. (1870-1950)*. S. Carlos, UFSCar, 1981, v.1, p. 15.

(49) Idem, p. 13-21.

(50) Lenine, V.I. "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo". In: *Obras Escolhidas*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, v.1, p.621.

fica que a reprodução capitalista na fase do imperialismo nega constantemente o capital mesmo, colocando-se definitivamente a dimensão parasitária da forma monopolista. A consequência política dessa fase do capitalismo Lenin também a indicou: o imperialismo não se caracteriza apenas pela condição monopolista, embora esta seja a sua essência. Dela decorre também a condição parasitária e a tendência inevitável de se criar uma camada de privilegiados no interior do proletariado das nações capitalistas, subordinada pelos lucros dos capitalistas e corruptores do movimento operário⁽⁵¹⁾. E mais, enquanto prática oportunista de uma camada que se beneficia das sobras dos lucros e que freia o movimento operário, esta prática tende a se repetir em todas as nações dominadas pelo imperialismo, consequência da expansão do capital monopolista a nível mundial⁽⁵²⁾.

Se o dado concreto, real, é a produção de mais valia e a oposição entre o trabalho e o capital, não importa se as relações contraditórias dos trabalhadores com os meios de produção por si só excluem a unidade econômica. Buscá-la, se o "atrasado" é na verdade moderno, pode ser um beco sem saída, como apontava Lenin, referindo-se à perspectiva economicista dos teóricos marxistas do seu tempo, inclusive Trotsky, que não conseguiam revelar nada além do que já existia na Rússia de então⁽⁵³⁾.

(51) Lenine, v.I. "El Imperialismo y la Escision del Socialismo". In: *Obras Escogidas en doce Tomos*. Moscú, Progreso, 1976. t.6, p. 126-142.

(52) Idem, p. 137-138.

(53) São na cabeça dos vulgarizadores do marxismo é possível conceber a divisão, dizia Lenin, criticando o economicismo, por não saber avançar das questões imediatas para a construção da unidade. Por não saber colocar nada mais que tarefas imediatas. (Cf. Lenine, v.I. "Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática". In: *Obras Escolhidas*. S. Paulo, Alfa-Omega, v.1, p. 445-443).

2.3 - As Transformações Recentes

No geral, as pesquisas mais recentes sobre a economia açucareira são unânimes em apontar, no quadro das transformações ocorridas após a década de 50, as seguintes tendências:

- 1) Expandiu-se a área cultivada;
- 2) Intensificou-se o trabalho, principalmente nos canaviais, ao mesmo tempo em que cresceu o trabalho temporário;
- 3) O volume da produção cresceu, melhorando também os rendimentos agrícolas e industriais, embora se mantenham inferiores àqueles obtidos no Centro-Sul, especialmente em São Paulo;
- 4) A intensificação e o crescimento do trabalho temporário foram acompanhados do crescimento do excedente populacional, que não tem condições de ser absorvido na área e cuja tendência tem sido a migração;
- 5) O processo de expansão da agroindústria açucareira tem sido caracterizado pela elevação das taxas de exploração, basicamente através da manipulação das condições de trabalho, institucionalizando-se a tarefa diária que nunca pode ser cumprida - a não ser se nela também se engajar a família do trabalhador - bem

como a mediçãõ intencionalmente mal feita das mesmas.

Em resumo, aponta-se para a modernizaçãõ dos latifúndios, a expansãõ da produçãõ da matéria-prima - e do açúcar - e principalmente para as mudançãs no plano da estrutura de classes⁽⁵⁴⁾.

Faltaria entretanto inserir este quadro na conjuntura nacional, no sentido de melhor precisar os fatores que condicionaram as referidas transformações. Ou melhor, a questãõ essencial a compreender refere-se aos acontecimentos, a nível nacional, que provocaram tantas e tão profundas transformações na agroindústria açucareira nordestina, a partir da dẽcada de 50. Em nossa opiniãõ, elas se relacionam com a expansãõ industrial no Brasil, na forma como aponta José Graziano da Silva:

"É fundamentalmente no período da industrializaçãõ pesada que se acelera o processo de industrializaçãõ da agricultura brasileira. É por força do processo de industrializaçãõ do país que a agricultura deixa de ser um setor "isolado" (...) Foi exatamente no final do período de expansãõ do ciclo da industrializaçãõ pesada brasileira que se instalaram no país as principais indústrias de insumos agrícolas (em particular a indústria de tratores e máquinas agrícolas, mas também a de fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc.). A partir daí a agricultura não poderá mais ser vista apenas no seu papel passivo, como postulavam as análises dualistas: ela irá se constituir cada vez mais num mercado, não de bens de consumo, mas de meios de produçãõ industriais, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedor de outros"⁽⁵⁵⁾.

(54) São inúmeros os estudos apontando para esses aspectos acima citados. Entre outros, ver: Andrade, B., op. cit.; Sigaud, Lygia. *Os Flandestinos e os Direitos*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1979; Callado, A. *Tempo de Arraes*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1979, 2a. ed.; Contag. *Anais 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, Contag.

(55) Cf. Graziano da Silva, J. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista*. Campinas, 1980, Unicamp, Tese doutoramento, p. 91-92. Grifado no original.

Como se observa, Graziano aponta o que seria precisamente a essência do desenvolvimento do capital na agricultura, referindo-se ao Brasil pós-30. Evidentemente, a "industrialização da agricultura", descrita pelo autor, não se manifestou por igual nem no mesmo ritmo em todas as regiões do Brasil, como também não foi igual para todos os produtos. Entretanto ela representa o sentido das transformações ocorridas na agroindústria açucareira a partir de 1950, num processo em que a lavoura da cana-de-açúcar acompanhou as diretrizes da expansão do capital monopolista no Brasil⁽⁵⁶⁾.

De início, é bom lembrar que a hipótese, às vezes levantada, da não existência de progresso técnico relevante na agricultura da cana-de-açúcar, não é procedente⁽⁵⁷⁾. Primeiro porque as mudanças ocorridas a partir de 1950 podem até ser consideradas revolucionárias, se comparadas ao nível tecnológico anterior⁽⁵⁸⁾. Por exemplo, a substituição da enxada - principal instrumento de trabalho até a década de 40 - pelo arado de tração a

-
- (56) "Em outras palavras, o processo de desenvolvimento capitalista transforma a agricultura num ramo particular da indústria: de uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a 'fabricar' essas condições quando elas estão ausentes. Aqui, as inovações biológicas a parecem como fundamentais, no sentido de que são elas que potenciam as inovações químicas, físicas e mecânicas no setor agrícola, pois representam a própria reprodução da natureza pelo capital à sua imagem e semelhança, isto é, submetida aos interesses do processo capitalista de produção". (Idem, p. 4. Grifado no original).
- (57) Essa hipótese se funda no dado real do baixo nível de mecanização, que não constitui sinônimo de ausência de progresso técnico. Este se manifestou numa outra forma mas no mesmo sentido: transformar a lavoura da cana-de-açúcar em consumidora dos produtos industrializados, produzidos no contexto da expansão do capital monopolista no Brasil.
- (58) "Até o final da década de 50 (...) Após meio século de existência da usina, pequenas tinham sido as inovações na tecnologia da produção de cana-de-açúcar. Algumas poucas usinas faziam irrigação artificial e começavam a prática da adubação. Talvez a maior inovação tecnológica universalizada na parte agrícola fosse a utilização de novas variedades de cana, inclusive variedades híbridas. Estaria universalizado o uso de arado de ferro puxado por bois para cavar os sulcos nos quais se planta a cana e estaria sendo difundido o uso da grade de discos puxada por bois para revolver a terra antes do plantio. A tradicional enxada era utilizada para cavar os sulcos onde o declive não permitisse realizar o plantio com arado, para a limpa da cana e para o cultivo de ou-

Depois porque a constante elevação dos fertilizantes, defensivos, corretivos, etc., utilizados na agricultura nordestina, desde 1950, atestam um novo padrão tecnológico na produção da cana-de-açúcar, já que esta é no Nordeste uma das maiores consumidoras desses produtos. Aliás, a composição das despesas de produção na agricultura nordestina revela uma queda relativa do preço dos salários e um crescimento dos insumos, o que também deve ser debitado, em sua maior parte, à lavoura da cana⁽⁶⁰⁾.

A agroindústria açucareira se compreende portanto no contexto das transformações econômicas mais amplas, ocorridas no Brasil após a década de 30. Sua determinação mais geral deve ser baseada na necessidade de tornar a agricultura simultaneamente área de utilização de insumos, fertilizantes, defensivos e máquinas produzidas pela indústria, bem como produtora de matérias-primas industriais.

Do mesmo modo, seria oportuno lembrar também que expansão do capital não implicou na resolução de nenhuma das suas contradições fundamentais, as quais, ao contrário, só tenderam a se agravar, se revestindo das marcas peculiares da fase imperialista do Capital. Assim, se a produção agrícola tornou-se essencialmente e no geral produção de mais valia, cuja razão primeira de ser é a razão do capital: reproduzir o próprio capital e as relações sociais capitalistas, isto significa que a riqueza produzida foi também fator da produção da miséria, cada vez maior, de uma

tras lavouras. A também tradicional foice era utilizada para a colheita ou o corte da cana". (Cf. Andrade, B., op. cit., p. 46-47).

(59) "Esta não modernização é um fato se a formos comparar com aquela atingida pela lavoura canavieira paulista, por exemplo; é também um fato - e já o verificamos - que o crescimento da produção tem-se dado mais em função do crescimento extensivo da lavoura que do rendimento. Porém não se deve esquecer, que de qualquer forma a produtividade vem crescendo ao longo do tempo, sem apresentar oscilações, o que indica a existência de progresso técnico". (Carneiro, R. e Cabral, P. Eugênio, op. cit., p. 66-67).

(60) Veja-se que 85% dos fertilizantes consumidos no Nordeste são utilizados pela cana-de-açúcar. Além disso, também cresce constantemente a utilização de defensivos e corretivos nessa lavoura, afóra a utilização de apanhadoras mecânicas. (Cf. Carneiro, R. e Cabral, Pedro Eugênio. *As Transformações Re-*

massa crescente de trabalhadores: o proletariado e o exército de reserva⁽⁶¹⁾.

Certamente é desnecessário se deter nas expressões desse desenvolvimento: desemprego, fluxo migratório, rotatividade (trabalhador clandestino no Nordeste e bôia-fria no Sul), subemprego e, principalmente, a concorrência entre os trabalhadores e a pressão reguladora dos salários. Apenas valeria destacar o fato de que, no quadro dessa crise, o crescimento espantosamente rápido da população supérflua só acirrou a concorrência, rebaixou os salários e estabeleceu numerosos pontos de "tensão social", tanto no campo quanto na cidade.

Por conseguinte, poder-se-ia aceitar a hipótese de que a acumulação na agroindústria açucareira em Pernambuco processou-se basicamente pelo incremento relativamente maior da massa de meios de produção, sobre o incremento da força de trabalho que consumia produtivamente esses meios, provocando alterações nas formas de subordinação do trabalho, em dois sentidos:

- 1) a transformação qualitativa do fundo do trabalho, que antes se embutia nos sítios e roçados;
- 2) a transformação qualitativa da força de trabalho, que antes era produtora interminente de excedente⁽⁶²⁾.

(61) Reprodução que contém não só a produção em si, mas as relações sociais de exploração, as relações de classe, a contradição primeira do modo de produção capitalista: o trabalho produzindo cada vez mais socialmente a riqueza e esta apropriada cada vez mais por menos pessoas.

(62) "Tem o mesmo efeito tudo que favorece à produção da mais valia relativa, com simples melhoria dos métodos, como na agricultura, sem alterar-se a magnitude do capital aplicado. Então o capital constante aplicado não aumenta em relação ao variável, considerado este como índice da força de trabalho empregada, mas aumenta a massa do produto em relação à força de trabalho aplicada. O mesmo se dá, quando a produtividade do trabalho (não importa então que o produto entre no consumo dos trabalhadores ou nos elementos do capital constante) se libera de barreiras, de limitações arbitrárias ou que se tornam perturbadoras no correr do tempo, de todos os entraves em geral, mas sem atingir por isso a relação entre capital variável e capital constante". (Cf. Marx. K. 0

Para garantir o incremento da produção, as usinas necessitavam garantir o suprimento de cana e a qualidade das mesmas, precisando expandir a atividade agrícola e simultaneamente baratear o custo da cana produzida. Era necessário desta forma fazer crescer a taxa de mais valia produzida diretamente no setor agrícola. A partir da saída de Cuba do mercado internacional, tornou-se vantajosa para o Nordeste, a produção de cana nas terras mais distantes, compensada nos ganhos de produtividade e no incremento dos diferenciais de renda, obtidos via melhoria dos transportes e do próprio solo. Garantia-se a apropriação dessa renda através do monopólio da terra pelo capital e da substituição de outras lavouras pela cana⁽⁶³⁾.

O que significa afirmar que o latifúndio se modernizou? Entendemos significar, primeiro, que o capital provou, na prática, ter removido a barreira à sua expansão na agricultura, representada pela propriedade fundiária. O que é a mesma coisa de dizer que a propriedade fundiária concentrada, tal qual existia e existe no Brasil, ao invés de ser entrave, obstáculo, freio ao desenvolvimento do capital, foi, ao contrário, fator desse desenvolvimento. Se isso ocorreu é porque a expansão das forças produtivas foi também concentração do capital, inclusive no campo, e a propriedade fundiária manteve seu papel histórico de síntese dessa concentração, enquanto garantia da propriedade do capital.

Significa dizer também, contra aqueles que diziam não ser possível conviverem capitalismo e latifúndio, que expandiram-se as forças produtivas concentrando-se mais ainda a terra - concentrando meios de produção - sem ser preciso criar o mercado interno no campo, considerado fundamental nas décadas de 50-60 para absorver os produtos industriais. Ou seja, a concentração fundiária não impediu a concentração de capital e a intensificação do trabalho. Ao contrário foi fator importante para a acumulação.

(63) A Renda Diferencial, que depende da fertilidade do solo, dos investimentos de capital e dos transportes, sendo determinada pela diferença entre o preço individual e o geral da produção agrícola, formado pelos custos (o valor do capital consumido, constante e variável) acrescidos de um lucro, nas piores terras. (Cf. Marx, *O Capital*. L.3, v.6).

Em resumo, a modernização do latifúndio nada mais foi que a explicitação de algo histórico no Brasil: o capital há muito resolveu, a seu favor, a contradição clássica com a propriedade fundiária. Na conjuntura 1955-64 a modernização ficou por conta do incremento da Renda Diferencial.

Segundo, que o desenvolvimento do capital, ao manter e expandir a grande propriedade, modernizando-a e intensificando a extração de trabalho não pago - mais valia - alterou a forma sem alterar o conteúdo. Ou melhor, o mesmo movimento, que imprimia ao capital a determinação de se reproduzir através da recriação do trabalho não assalariado nas fímbrias do latifúndio, exigiu, face às circunstâncias então criadas - fora da agroindústria açucareira e no plano nacional - transformar esse trabalho em trabalho assalariado. Este é portanto um momento de expansão do proletariado rural e não da sua criação. Ou, dito de outra forma, o momento em que o trabalhador passou a produzir mais valia todo dia.

Aliás, este mesmo movimento também manteve, embora transformada, a pequena propriedade familiar no Brasil, alterando os seus supostos básicos. De produtora descontínua e conjuntural de mais valia, que era antes dos anos 50 - dependendo da retração do mercado externo e da disponibilidade de terras - transformou-se, para certos e determinados produtos, em certas e determinadas áreas, e graças à intervenção direta do Estado, em veículo de acumulação. Aliás, a pequena propriedade, longe de ser a principal, muito menos a única base para a expansão do capital, foi entretanto um dos seus elementos fundamentais, na medida em que, sem abolir o trabalho familiar, se tornou essencialmente produtora de mais valia.

A sua recriação em certas áreas, como é o caso da cana de açúcar em Pernambuco, obedece a critérios inteiramente lógicos, do ponto de vista da acumulação: os pequenos sítios servem principalmente para conter a migração acentuada, que ameaçou afetar a disponibilidade de força de trabalho nos picos da safra, concorrendo para a elevação dos salários de empreitada. Nesse sentido, o crescimento do trabalho familiar, que às vezes desorienta e confunde a análise das tendências recentes na economia brasileira, é um fenômeno lógico e necessário.

as famílias na área geográfica, sem prejuízo do assalariamento temporário. Ela se soma aos "biscates", e aos pequenos negócios na entressafra.

Para realizar essa modernização, foi necessário alterar as relações de trabalho, sem alterar o movimento. Isto é, foi necessário ao capital acabar com as relações de moradia, com o sítio e com o roçado, não apenas para expandir a área cultivada com cana, mas também poder-se adequar às novas condições em que se reproduzia a nível nacional. A determinação do crescimento da produção de insumos, fertilizantes, etc., e a necessidade de realizá-los em todo o espaço nacional, impunha à agroindústria açucareira produzir mais matéria-prima dentro dos novos critérios, como injunção do movimento da acumulação a nível nacional, e não como decisão individual dos usineiros e fornecedores.

O trabalho realizado nos sítios e roçados, sendo um trabalho improdutivo - não produtor de mais valia - tornava-se uma barreira à expansão do capital, cumprindo removê-la. Interessava ao capitalista, usineiro ou fornecedor, acabar com o sítio e com o roçado, porque interessava-lhe extrair mais trabalho não pago. Com a intensificação do trabalho foi possível, primeiro, a largar o trabalho excedente - por isso a necessidade de eliminar o roçado de subsistência, como um trabalho necessário realizado fora da jornada - segundo utilizar trabalho conforme o andamento do processo produtivo, ou seja, institucionalizar o trabalho temporário na figura do "clandestino"⁽⁶⁴⁾.

Da mesma forma, mas por outras razões, interessava ao capital acabar com a "condição" e o "cambão". Veja-se que, em sua lógica, eles encobriam, como aponta Aued, um tempo de trabalho que o trabalhador reivindicava, para si, ao capital. A este interessava amiudar o trabalho gratuito que extraia por apenas alguns dias, como era o caso do cambão e da condição:

(64) "Dentro desse contexto em que a produção está sendo aumentada com o plantio em área maior e com a elevação da relação capital/produto, com a conseqüente maior monetarização da atividade agrícola e busca incessante de novas terras para a cana - o que vem provocando a derrubada dos restos da área açucareira, frequentemente com a transgressão do Código Florestal - é que a partir da década de 1960 foi intensificada

"O cambão, todos dizem, é pagamento da utilização de roçados de subsistência. Quem pagava cambão possuía, quase sempre, dupla atividade no processo produtivo: ora estava ocupado na produção de cana, ora estava ocupado no roçado de subsistência. Duplicidade possível e viável até o momento em que o roçado de subsistência, economicamente, começou a se tornar um obstáculo (...) Reivindicar o fim do cambão seria, por conseguinte, uma luta favorável ao capital, e não ao camponês, pois à medida em que deixa de existir o cambão - força de trabalho disponível - cessa também a exigência de ceder terras aos roçados de subsistência (...) Muito mais que ao camponês interessava ao capital o fim do cambão, pois o que é o cambão senão um tempo que o capital toma do camponês, não permitindo que ele aumente seu roçado, que ele produza e reproduza - através do seu roçado - como classe? Ele quer ser camponês, o capital não o permite. O que seria do capitalismo, em sua fase monopolista, se ele conseguisse se reproduzir? (65).

Portanto, a extinção do cambão trazia consigo a intensificação do trabalho - generalização de um tempo diário de trabalho gratuito. Era o outro lado de uma mesma face: a expansão do capital. Não obstante os proprietários insistissem em cobrá-lo, tratava-se da extorsão de trabalho não pago e não de coerção extra-econômica, como se pensava na época (66).

No nível da análise que vimos fazendo, essa determinação levanta um questionamento, de natureza política. Se as transformações ocorridas na agroindústria açucareira se deverem à expansão do capital - e não à sua penetração - e se a luta pelo fim, por exemplo, do cambão, era uma luta do capital e não contra ele, na verdade os trabalhadores estariam lutando realmente pelo "novo", pela expansão das forças produtivas, como queria o PCB?

(65) Aued, B. *A Vitória dos Vencidos. (PCB e Ligas Camponesas - 1955-64)*. C. Grande, UFPB, 1981. Tese Mestrado, p. 81-82.

(66) "A exploração do trabalhador não está garantida pelo fato de estar na terra ou fora dela, mas sim porque esta é a única forma possível de o capital existir e se reproduzir". (Idem, p. 4).

Acontece que os trabalhadores pediam o fim do "cambão" e da "condição" exatamente porque eles representavam o oposto do "sítio" e do "roçado". Enquanto aqueles lhe inviabilizavam a reprodução enquanto camponês, sendo um tempo tomado à lida familiar, no seu pedaço de chão, os últimos significavam a sobrevivência, mesmo "intermitentemente" como camponês, sem produzir mais valia, sem ser trabalhador assalariado. Quando se tornou camponês, reivindicava a posse da terra. Interessava-lhe ter sítio e roçado, sem cambão e sem condição. Além do mais, a perda daqueles significou imediata deterioração das condições de vida, uma vez que o salário era insuficiente para cobrir a subsistência.

O que estaria em jogo? Parece-nos que, do ponto de vista objetivo, a transformação das relações de trabalho e a luta, muito justa, de uma *categoria*, pelas reivindicações *econômicas imediatas*. Muito embora, nesse mesmo momento, a sua "outra" luta imediata fosse pelo salário e pelos direitos trabalhistas⁽⁶⁷⁾.

Por conseguinte, a *questão política fundamental* não era a luta pela terra - pelo direito a plantar - em si mesma. Evidentemente não se podia desconsiderar a gravidade do fenômeno da expulsão. A questão se reporta ao caráter dessa luta - imediato, de uma categoria - e não político como foi na época entendido. Noutras palavras, a luta pela terra manifestava a consciência imediata dos trabalhadores, em suas contraditórias relações com os meios de produção, mas não significava o seu horizonte político.

Ao ser posta como luta política, formulada como Reforma Agrária, a reivindicação pela terra deixou de se constituir na reivindicação de uma *parcela* (que aliás se extinguiu ou se transformava), para assumir a conotação de luta em prol da constituição de uma *classe* camponesa. Ou seja, pela constituição de al

(67) O que aliás veio a acontecer realmente, pois ao mesmo tempo em que no horizonte político permanecia a luta pela terra, no dia a dia a batalha concreta *tinha que ser* pelo salário. (Cf. Soares, J.A., op. cit., sobre a maioria esmagadora dos conflitos sociais, de caráter trabalhista, entre 60-64, na Zona da Mata de Pernambuco.

go até então inexistente.

Por outro lado, como nesse exato momento se processava definitivamente a consolidação dessa camada enquanto proletários, isto é, explicitava-se a sua real condição), transformar-lhe a luta imediata, por mais justa que fosse, em luta política, significava *negar* a constituição da classe operária em si mesma, confundindo os horizontes da sua luta, posta agora em termos de se bater pela condição de *proprietários*. O que, sem nenhuma dúvida, implicava, nas condições concretas desses mesmos trabalhadores, num retrocesso histórico.

CAPÍTULO 3

O PROJETO POLÍTICO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

3.1 - A Reforma Agrária e o Elo com as Massas

Tornou-se muito comum chamar o movimento operário e popular em Pernambuco, na conjuntura 1955-64, de "movimento camponês", bem como de procurar encontrar os possíveis pontos vulneráveis nesse movimento, que frearam ou impediram sua consolidação. É o caso da análise de Clodomir Moraes sobre as ligas:

"Nem as ligas nem a ULTAB tinham um programa agrário definido em detalhes e padeciam da falta de idéias claras sobre a Reforma Agrária que reivindicavam para o Brasil (...) Sem uma estrutura orgânica e mais, sem uma idéia correta em matéria de organização a nível nacional, o intuito de transformar as ligas, de um movimento regional (nordestino ou precisamente pernambucano) em um movimento nacional, conduziria inevitavelmente à inconsistência e à superficialidade, que o tornava vulnerabilíssimo às lutas internas e externas"⁽⁶⁾.

Entretanto, o que seria a proposta de Reforma Agrária senão um projeto político, no qual, não obstante a falta de

(6) Moraes, Clodomir. "Las Ligas Campesinas de Brasil". In: Stavenhagen, R. *Movimientos Campesinos en America Latina*. México, Hardenas, 1976, p. 135.

detalhamento, estavam estabelecidas as linhas principais com respeito ao parcelamento da terra, e que se inseria no conjunto das Reformas de Base a serem realizadas no Brasil? E afora isso, como entender as cisões e as brigas entre os Julianistas e o PCB senão como as diferentes formas como foi entendido e como foi encaminhado, na prática, o Programa Agrário dos comunistas? (7). Ao invés portanto de perguntar pelo detalhamento, interessa-nos principalmente compreender a natureza desse Programa, quanto aos interesses que representava, quanto à proposta que colocava para a classe operária.

Neste sentido, a "questão camponesa" no PCB, colada à questão do revolucionamento da sociedade é histórica. Vem desde a fundação, embora só tenha adquirido nitidez durante o V Congresso, em 1960,

Essa foi na verdade a matriz da proposta da Reforma Agrária defendida nos anos 50-60, articulando a luta antifeudal, antilatifundiária e antiimperialista à concretização da etapa democrático-burguesa, no contexto da qual, evidentemente, a conclusão lógica era a necessidade da incorporação da fração nacionalista da burguesia numa frente desenvolvimentista-racionalista. Em torno dessa proposta estruturou-se, nesses anos, o movimento de massas em Pernambuco, urbano e rural. Aliás, o significado político-ideológico da mesma reside precisamente no fato de ter balizado, porque tratava-se de um projeto para toda a sociedade, as ações políticas mais amplas, no plano estadual.

O fato é que, até 1955, os comunistas haviam conseguido muito pouco, no que se refere a levar adiante um trabalho de

(7) Evidentemente, no desenvolvimento do processo histórico a bandeira da Reforma Agrária assumiu outras conotações, não exatamente idênticas àquelas contidas na estratégia do PCB. Entretanto, mesmo se afastando dessa estratégia, a Reforma Agrária defendida pelos Julianistas de vários matizes nunca fugiu realmente ao conteúdo distributivista. Não importa se ela deveria ser "radical" e na narra", ou se deveria ser uma forma de acumular forças como queria o PCB. A essência era a mesma. A Reforma Agrária estabelecia como que a identidade entre os dois grupos, embora essa identidade não se revele automaticamente da análise das ações de Ligas e Sindicatos, pois seria como partir das consequências para chegar ao conteúdo (direção e propostas) do próprio movimento.

organização que juntasse campo e cidade na luta política. O movimento de massas tinha um caráter essencialmente urbano, e o quadro rural era de tensões latentes, conflitos sangrentos nas dispersos, e desorganização generalizada⁽⁸⁾.

Com relação a Pernambuco as causas eram várias. A mais evidente era o controle dos usineiros e proprietários de terra, ao qual já nos referimos, impedindo qualquer tentativa de organização, por mínima que fosse, muito embora os antagonismos de classes, que se iam manifestar em Recife, remontassem parcialmente à Zona da Mata⁽⁹⁾.

Uma outra razão, entretanto, contribuía para dificultar a conquista de maior espaço: a própria articulação de forças de esquerda em Recife, hegemônica pelo PCB, não tivera condições de avançar além de vitórias eleitorais, significativas nas inócuas, do ponto de vista de um reflexo concreto sobre as condições de vida da população. Tampouco se forjava ainda o projeto que viria a se consubstanciar na "Frente do Recife", e que iria ser apresentado como uma proposta alternativa para o quadro político estadual e uma perspectiva de abertura para os setores populares. Se assim o era na cidade, no interior a situação se complicava.

Uma tentativa de penetração no campo fôra feita, a nível nacional, através do BOC - Bloco Operário e Camponês, que o próprio partido reconheceu no II e no III Congressos, realizados em 1925 e 1928, ter fracassado⁽¹⁰⁾.

(8) Até 1955 o único sindicato rural reconhecido em Pernambuco era o de Barreiros.

(9) "O alto grau de concentração demográfica na área metropolitana em relação ao interior e o peso entre o contingente imigrante, de trabalhadores provenientes da 'plantation açucareira' tradicionalmente vinculados a formas de trabalho coletivo, favorecem a propagação de idéias oposicionistas. Os trabalhadores chegam à cidade marcados por relações sociais bem definidas que expressam oposição de classe. Estes não precisam ser socializados pela 'fábrica', o trabalho na plantation lhes permite discernir seus interesses específicos, embora obrigatoriamente não os leve a uma consciência histórica de classe para si". (Cf. Soares, J.A. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 32. Grifado no original.

(10) Cf. Pereira, Astrogildo, *Ensaios Históricos e Políticos*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 145.

Veja-se que as soluções propostas para o campo tinham o caráter de luta contra a estrutura agrária semifeudal e semicolonial. Desembocavam no confisco da propriedade fundiária, na liquidação das sobrevivências semifeudais e na emancipação da dependência imperialista. O caráter da revolução já então era definido como democrático-burguesa, contra a propriedade feudal e o imperialismo, fixando a luta anticapitalista como etapa posterior (11).

Posteriormente, não obstante ter congregado uma ampla frente democrática e nacionalista em Recife, nada leva a crer que a criação da Aliança Nacional Libertadora - ANL - cujo programa era antiimperialista, antifeudal e antifascista, tenha melhorado o quadro de desorganização no campo (12).

Finalmente, como se pode inferir das Teses apresentadas pelo Comitê Executivo do Partido, em 1946, elas colocaram aquilo que vinha sendo a essência da concepção estratégica e o elo que faltava para ligar o campo com a cidade - a reforma agrária:

(11) Cf. Prestes, Anita, referindo-se ao teor de: "La Correspondencia Sudamericana, 1929, nº 8, p. 24, e citando B. I. Koval. História do Proletariado Brasileiro (1857-1967). Ed. Nauka, Moscou, 1968, pp. 183-184 (edição em russo). Refere-se também à "Resolução do Bureau Político do Comitê Central do PCB", de 1932, definindo a revolução brasileira como democrático-burguesa, deixando a luta anti-capitalista para uma etapa posterior. (Cf. Prestes, A. "A Que Herança os Comunistas Devem Renunciar?". In: *Oitenta* (3). Porto Alegre, abril, 1980, p. 205). (Ver também Aued, B. *A Vitória dos Vencidos*. C. Grande, UFPb, 1981, p. 11). Nessa fase predominava no Partido a concepção de que a contradição fundamental seria entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno, conforme as teses defendidas por Otávio Brandão, na obra "Agrarismo e Industrialização". (Sobre as críticas a essa tese ver também Pereira, A., op. cit., p. 92).

(12) Aliás, veja-se que o manifesto de 05 de julho de 1935, também apontava na eliminação do imperialismo, a saída para melhorar o nível de vida da população do campo:
 "a distribuição das terras dos grandes latifundiários aumentará a atividade do comércio interno e abrirá o caminho a uma mais rápida industrialização do país, independentemente de qualquer controle imperialista". (Cf. Prestes, Anita, op. cit., p. 208).

"A democracia é sem dúvida impossível em nossa terra enquanto não se golpear decisivamente ao regime latifundista semi-feudal, ao monopólio da terra, base econômica da reação e do fascismo, porém é indispensável aumentar desde já nossas ligações com o campo para que possa começar a transformar-se em realidade, pelos meios pacíficos e parlamentares, a reforma agrária tão necessária ao progresso do país (...) Sem a liquidação das formas semifeudais de propriedade e de exploração no campo, sem o desenvolvimento harmônico da indústria e da agricultura, sem um melhoramento substancial nas condições de vida e de trabalho da classe operária e das grandes massas camponesas, impossível será o progresso do país e o desenvolvimento de sua economia"⁽¹³⁾.

As ligas camponesas de 45, que surgiram no período de legalidade do PCB, vinham pois da necessidade de a largar as bases políticas, ultrapassando as fronteiras urbanas, com o objetivo de concretizar a proposta da aliança operário-camponesa⁽¹⁴⁾. Já aí as ligas foram concebidas para organizar os trabalhadores rurais e camponeses, na base dos interesses imediatos, mobilizando-os contra o poder das "oligarquias coronelísticas". Por isso, apesar de terem estrutura de associação civil, como tal sendo registradas, a maioria delas procurou se transformar em sindicatos, não conseguindo devido à pressão dos grandes proprietários e às negativas do Ministério do Trabalho⁽¹⁵⁾.

Em 1950 é lançado o "Manifesto de Agosto" reelaborando e aprofundando as teses da Frente Democrática de Libertação Nacional, e do caráter da revolução brasileira, no intuito de "impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional"⁽¹⁶⁾. Esta posição será, ainda, reafir

(13) "Tesis presentadas por el C.E. del P.C. del Brasil. In: *Documentos de Luiz Carlos Prestes*; B. Aires, xerox, p. 50-62.

(14) Sobre o assunto, ver Azevedo, F.A.F. de *As Ligas Camponesas. Camponesinato e Política*. Recife, 1980, Tese M.S., p. 49-51.

(15) Segundo entrevista com Gregório Bezerra, ocultava-se o verdadeiro objetivo dessas associações, dando-se a elas nomes de santos.

(16) Manifesto de Agosto de 1950, brochura, Rio, 1950, p. 19. Citado por Anita Prestes. Op. cit., p. 214.

mada em 1954, no 4º Congresso, quando se observa a seguinte colocação:

"No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional (...) A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período pôde apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais"⁽¹⁷⁾.

Organizar as massas rurais já então se colocava como uma necessidade imediata, face à gravidade do caso rural. E o caminho para organizá-las é exposto na Resolução de Março de 1958:

"os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação(...) O movimento camponês se encontra entretanto bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis (...) evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais (...) a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas"⁽¹⁸⁾.

(17) "Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do PCB", in: *Problemas*. Dezembro/1954 a fevereiro/1955, nº61. Citado por Anita Prestes, op. cit., p. 215.

(18) Cf. "Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro". Março de 1958. In: *PCB. Vinte Anos de Política. 1958-1979*. S. Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 18-19. Aliás, a resolução manifestava novamente a concepção do PCB acerca do desenvolvimento brasileiro, caracterizando o papel do imperialismo como um *fator externo*, que entravava o desenvolvimento das forças produtivas. Como diz Anita, a novidade, entretanto, era a questão tática, colocando-se a luta por um governo nacionalista e democrático, enfatizando uma maior preocupação com o movimento de massas em geral. (Cf. Prestes, A. Op. cit., p. 217).

A convergência entre o caráter legal do trabalho de massas e a plataforma da frente única se faz nas "medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas":

"Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Defesa dos camponeses contra a grilagem e o despejo. Facilitar aos camponeses o acesso à terra, particularmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação. Garantia de posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Aplicação dos direitos dos trabalhadores do campo já consolidados em lei. Legislação trabalhista adequada ao campo. Facilitar aos camponeses o crédito bancário, particularmente do Banco do Brasil, os transportes, a armazenagem e a assistência técnica" (19).

A ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - criada em 1954, durante a realização da 2a. Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em São Paulo, representou um passo importante nessa política, ajudando a fundar sindicatos rurais e associações, e congregando os já existentes. Da mesma forma, o surgimento das Ligas Camponesas, no que se refere ao PCB, manifestaria essa política, embora, enquanto movimento, e pela dimensão que assumiu, o desenvolvimento das Ligas se tinha processado sob a direção de outras forças de esquerda, congregadas em torno de Julião (20).

A expansão das Ligas e o seu fortalecimento se deram a partir de dois fatores. Primeiro, o processo ge-

(19) Idem, p. 20.

(20) Segundo entrevista de Gregório Bezerra, o surgimento da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco - nome oficial da liga da Galiléia - por exemplo, se deu no interior dessa política, enquanto fruto das ações do PCB para organizar os camponeses. Julião, nessa época amigo e colaborador do PCB, foi convidado pelo Partido, assim como outros advogados, para orientar a organização desta e de outras Ligas, e dar sequência, com base no Código Civil, ao trabalho legal. Sobre a fundação da Liga de Galiléia ver também a carta de José Ayres dos Prazeres, endereçada a Clodomir Moraes. (Moraes, Clodomir, op. cit., p. 141-143). (Ver também Azevedo, Fernando, op. cit., p. 53/59).

neralizado de expulsão dos foreiros (ou aumento do fôro), mais a destruição dos vínculos de moradia tradicionais, em virtude do interesse dos proprietários de expandir a área cultivada, e incrementar a extração de trabalho gratuito. Segundo a própria conjuntura nacional de expansão do movimento de massas. O clima permitiu às Ligas buscarem e conseguirem o apoio decisivo dos centros urbanos, bem como o espaço para tornar conhecidas as violências cometidas contra os trabalhadores pelos usineiros e proprietários de terra, difundindo, discutindo e reivindicando a Reforma Agrária⁽²¹⁾.

No âmbito do PCB, a proposta da reforma agrária entretanto, só vai assumir seus contornos definitivos no V Congresso, em 1960, junto com a análise, também mais elaborada de como o monopólio da terra - base das formas pré-capitalistas de exploração - não somente obstaculizavam o desenvolvimento da agricultura, como também entravavam o processo de industrialização, ao impedir que se expandisse o mercado interno⁽²²⁾.

Assim, a Resolução Política do V Congresso estabelece como tarefa dos comunistas lutar por uma reforma agrária que liquide o monopólio da terra pelos latifundiários, fortaleça a economia camponesa, sob formas individuais ou associadas, garanta direitos civis aos camponeses, crédito, transporte, preço mínimo, mecanização, etc., a fim de fomentar principalmente a produção de alimentos⁽²³⁾.

A resolução estabelece ainda que as massas camponesas, ajudadas pela classe operária, deveriam se organizar em sindicatos, como base de mobilização, ou em ligas, associações ou cooperativas, de acordo com a realidade das suas reivindicações ime

(21) Em 1955 realiza-se o *Congresso de Salvação do Nordeste*, que contou com a participação de 200 delegados, a maioria das ligas, e o *I Congresso Camponês de Pernambuco*, com a participação de três mil camponeses. Após o Congresso o Recife assiste ao desfile silencioso dos camponeses. Em 1958 realiza-se o 1º Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores, sob a presidência de Julião, que contou com cinco a seis mil delegados. Todos em Recife. Esses Congressos foram fundamentais para ampliar o apoio político às Ligas. (Cf. Fernando Azevedo, op. cit., p. 59/68).

(22) Cf. PCB. Vinte Anos de Política, p. 40.

(23) Idem, p. 56.

diatas. A unidade entre operários e camponeses seria pois construída no processo de trilhar o desenvolvimento econômico, cabendo à classe operária ajudar os camponeses a se libertar do latifúndio.⁽²⁴⁾

(24) Idem, p. 64-65.

3.2 - A Luta Antiimperialista pelo Desenvolvimento Autônomo do Capitalismo Brasileiro

A maioria dos analistas políticos e pesquisadores sociais brasileiros reconhecem, nos objetivos que norteavam o movimento operário nacional na conjuntura 1955-1964, de lutar em prol de um desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, a vinculação com a concepção estratégica do Partido Comunista Brasileiro, que propunha a etapa democrático-burguesa na revolução brasileira, e, coerente com essa concepção, defendia a aliança com a burguesia nacional e a reforma agrária, para libertar a agricultura e o campesinato do jugo dos latifundiários, considerados os aliados internos do imperialismo. Não obstante as divergências dos anos 50-60, entre o PCB e as demais organizações, reconhece-se, na estratégia da revolução democrático-burguesa, o balizamento da luta política, dando margem inclusive à existência das referidas divergências (25).

(25) Ver: Ianni, O. "Modelos Políticos Brasileiros". In: *Tudo é História. Cadernos de Pesquisa*. (2), S. Paulo, Brasiliense, 1978, p. 57-80; Idem, *O Colapso do Populismo no Brasil*. R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1975; Neves, L. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*. Belo Horizonte, Vega, 1981; Basbaun, L. *História Sincera da República. (1930-1960)*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1976, v.3; Chilcote, R. H. *O Partido Comunista Brasileiro*. R. Janeiro, Graal, 1982; Füchtner, H. *Os Sindicatos Brasileiros de Traba-*

Por outro lado, observa-se ter a pesquisa social no Brasil, de 1964 para cá, se encarregado de demonstrar o equívoco da compreensão do PCB sobre a agricultura brasileira - equívoco esse que subsidiava a referida estratégia - pois o latifúndio brasileiro, bem como as relações de trabalho que o acompanhavam, como sejam, a parceria, a moradia, a terça, a meia, o cambão, etc., não representavam, no caso histórico brasileiro, a existência de restos feudais ou de relações pré-capitalistas entravando o desenvolvimento das forças produtivas⁽²⁶⁾.

Já em 1960 Caio Prado Júnior criticara a formulação teórica dos restos feudais, apontando a necessidade de estudar a fundo as contradições criadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, fundadas na concentração da propriedade agrária⁽²⁷⁾. À medida em que evoluíram os estudos nessa direção, ganhou corpo no mundo acadêmico a posição de rejeitar sumariamente a hipótese dos restos feudais, e ao mesmo tempo tentar compreender as particularidades da nossa estrutura social como intrínsecas ao capitalismo brasileiro, de um modo tal, que muito embora sejam inúmeras as verten

lhadores. R. Janeiro, Graal, 1980; Weffort, F.C. "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil". In: *Estudos Cebrap*, (4), S. Paulo, Brasiliense, 1973; Idem, "Democracia e Movimento Operário". In: *Revista de Cultura Contemporânea*. (2), ano 1, S.P., Cedec, Paz e Terra, 1979.

(26) Ver: Silva, Sérgio. "Agricultura e Capitalismo no Brasil". In: *Contexto*, (1), S. Paulo, Hucitec, novembro/1976, p. 23-32; Wanderley, M. Nazaré B. "Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira". In: *Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 15-40; Graziano da Silva, J., e Wanderley, M. Nazaré B. "Apresentação". In: *A Questão Agrária no Brasil* (Textos dos Anos 60). S. Paulo, Brasil Debates, 1980; Martins, J. de Souza. *Os Camponeses e a Política*. Petrópolis, Vozes, 1981.

(27) Cf. Prado Júnior, Caio. "Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil". In: *A Questão Agrária no Brasil*. S. Paulo, Brasiliense, 1979, p. 15-85.

tes quanto ao significado dessas particularidades, elas convergem para a negação do feudalismo no Brasil, tanto hoje quanto no passado. Evidentemente estamos nos referindo a uma tendência nos meios acadêmicos e não a uma regra geral e absoluta. De qualquer maneira, o importante a salientar é que, enquanto tendência, rejeitam-se os "restos feudais", ao mesmo tempo em que se enfatiza direta ou indiretamente a sua ligação umbilical com as propostas do PCB na conjuntura 55-64. Nesta linha se insere a maioria dos estudos conhecidos, sobre ligas camponesas e sindicalismo rural em Pernambuco (28).

Apesar da justeza dessas críticas, em nossa opinião elas não conseguiram tocar nas implicações decorrentes da concepção feudalista sobre as propostas e programas do movimento operário em Pernambuco na referida conjuntura. Isto porque qualquer crítica a essa concepção, em sua relação com a política dos anos 50-60, não é completa se deixa intocadas as contradições e os impasses vividos pelo operariado da zona do açúcar, face à luta pela reforma agrária e a proposta da aliança operário-camponesa. Se assim não for, encontramos-nos frente a um paradoxo: todas as concepções, análises e formulações que vigoravam no seio do movimento operário sobre a realidade, bem como as perspectivas para transformá-la, estariam equivocadas, menos a reforma agrária, que continuaria sendo o caminho natural por onde realizar as transformações no campo. Noutras palavras: o instrumento serviria, o uso dele no passado é que teria sido "mal-feito".

Estaria correta essa forma de encarar a história? Ou teria sido exatamente o contrário: o PCB teria feito o melhor dos usos de um instrumento já naquele momento totalmente inadequado

(28) Ver: Soares, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo de Arraes. Nacionalismo em Crise: 1955-1964*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1982. Azevedo, Fernando A.F. de. *As Ligas Camponesas. Camponato e Política 1955-64*. Recife, UFPE, 1980. Camargo, Aspazia A. de. *Brasil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Paris, 1978. Wanderley, Nazaré. *Capital e Propriedade Fundiária*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1978. Cap. V e Conclusões. Martins, José de Souza, op. cit., cap. I.

diante da realidade?(29).

O justo, achamos nós, seria questionar também, como o faz Bernardete Aued, o sentido da Reforma Agrária:

"Contrariamente ao que se pensaria na época, a palavra de ordem da Reforma Agrária é uma tática que não consegue questionar os fundamentos da sociedade capitalista e também não consegue se converter num ataque ao capital; permaneceu atacando a propriedade da terra, e esta, como se demonstrou, pode ser suprimida permanecendo ainda o caráter capitalista do modo de produção"(30).

E mais razão encontraríamos para nos preocupar com a reforma agrária do passado e do presente se esta, ao contrário também do que se pensava no passado, não unificava a massa de trabalhadores inseridos nos canaviais. É o que deduzimos novamente do que diz Aued, na seguinte passagem:

(29) É curioso como o debate entre as ligas de Julião e o PCB não registra nenhum questionamento daquelas à tese feudalista deste. Ao contrário, tal tese era um ponto pacificamente aceito, como o era também a necessidade de se aliarem operários e camponeses. As divergências ficavam por conta da estratégia - as ligas inscreviam as divergências na ótica "socialismo versus reformismo" - que era definida face ao caráter radical ou pacífico da reforma agrária, respectivamente, das ligas e do PCB. Vale a pena chamar também atenção para o debate atual em torno da reconstrução das divergências do passado, posto que, às vezes, se toma a questão como ela era apresentada, nos termos em que era posta. Ou seja, toma-se ao pé da letra a oposição socialismo x reformismo, sem questionar, para além das declarações das ligas, de "reforma agrária na lei ou na marra", o quanto existiria de fato de revolucionário, nessa declaração. (Sobre a natureza reformista de ambas as propostas, ver Aued, Bernardete. *A Vitória dos Vencidos*. C. Grande, UFPb, 1981. Tese mestrado, capítulo III.

(30) Idem, p. 94.

"Frente à concorrência agudizada pela expansão da produção da cana-de-açúcar com os Estados do Centro-Sul, São Paulo, sobretudo, e também, frente à ameaça de reação organizada dos camponeses do Nordeste, ao capital - duplamente pressionado - não resta outra saída que cindir, desmobilizar a organização que se iniciava. E o faz, seja pelo emprego indiscriminado da violência, seja pela Reforma Agrária - dá os anéis para não perder os dedos (...) Se o objetivo era eliminar o aparente atraso, a Reforma Agrária é uma opção. Dentro da teoria das etapas a superar, uma coerência. Na perspectiva de revolução, isto é, de subverter a ordem, um des-caminho, uma contra-revolução" (31).

A Reforma Agrária, enquanto tática principal do PCB para o campo, é pois o tema candente de todos os questionamentos da etapa democrático-burguesa. Evitar debatê-la não somente significa fugir da discussão a respeito dos caminhos de como o Partido tentou realizar a unidade no passado, como também significa deixar intocado o núcleo da questão do socialismo hoje. Sendo essa a questão, ela precisamente representa saber se a reforma agrária, nos marcos da luta antimonopolista, constitui um caminho ou um desvio. Se ela consiste ou não, conforme questiona Aued, no futuro do movimento:

"As orientações políticas que norteavam as Ligas tinham como móvel central a Reforma Agrária. Esta, por sua vez, emergiu como palavra de ordem política por desconhecer os fundamentos reais do modo capitalista de produção, sua lógica, seu desenvolvimento. Também a estratégia equivocada - revolução democrático-burguesa - e em decorrência também a tática da Reforma Agrária - estabeleceu os pressupostos contrários à unificação do proletariado em torno das lutas políticas, que na sociedade burguesa quer dizer subversão. Não se pode perder de vista que, para cumprir historicamente seu papel de vanguarda, o PCB atua a nível dos interesses e objetivos imediatos da classe, porém, ao mesmo tempo, defende

(31) Idem, p. 87/90.

e representa o futuro do movimento⁽³²⁾, conduzindo as lutas ao socialismo".

Sob vários aspectos esses questionamentos de Aued encontraram apoio num recente estudo de Anita Leocádia Prestes, onde critica, de um ponto de vista interno, o dogmatismo e mecanicismo das análises do Partido Comunista Brasileiro sobre a realidade brasileira, e a forma como, baseado nessas análises, esquemáticas e arbitrárias, o Partido desenvolveu a sua concepção estratégica da revolução democrático-burguesa⁽³³⁾. Anita discute essa concepção, caracterizando-a como falsa e de direita, porque impraticável e ultrapassada⁽³⁴⁾. Sua análise se baseia no exame dos principais documentos programáticos, desde a fundação do PCB, em 1922, até os dias atuais, onde sempre esteve presente, como conteúdo da luta política no Brasil, o objetivo de lutar pela destruição dos restos feudais associado à luta anti-imperialista, e o objetivo de lutar pelo desenvolvimento autônomo e democrático do capitalismo brasileiro. Ou seja, caracteriza a revolução democrático-burguesa como um objetivo constantemente repostos nos documentos programáticos, e caracteriza-se enquanto equivocada.

Essa concepção estratégica seria falsa, sempre foi, considerando-se que as contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil não representam uma insuficiência desse desenvolvimento a ser superada por mais desenvolvimento capitalista, mas sim a própria forma de ser desse desenvolvimento⁽³⁵⁾. Seria também de direita, na medida em que teria colocado no horizonte estratégico da sociedade brasileira objetivos impossíveis de serem alcançados, porque historicamente ultrapassados⁽³⁶⁾. Além disso, embora desse margem a táticas diferentes

(32) Idem, p. 92-93. Grifado no original.

(33) Cf. Prestes, Anita Leocádia. *A que Herança Devemos Renunciar?* Revista Oitenta, (3), Porto Alegre, 1980, p. 197-223. Trata-se de um estudo do ponto de vista interno do PCB porque parte da necessidade do próprio partido refletir sobre os erros e acertos do passado.

(34) Idem, p. 207.

(35) Idem, p. 206.

(36) Idem, p. 206.

e até opostas, que iam das propostas de frente única à tática insurrecional, conforme as situações conjunturais, o fato é que a mesma estratégia - a revolução democrática burguesa - constrói a luta política brasileira, no que se refere ao PCB, segundo se pode observar nas palavras de Anita:

"Uma concepção estratégica falsa e de direita teria que conduzir na prática a uma política de conciliação de classes, de subestimação do trabalho junto às grandes concentrações operárias e de debilitamento orgânico do PCB. Uma estratégia errônea teria que acarretar táticas também errôneas e eivadas de vacilação e atitudes contraditórias. Na medida em que faltava uma análise concreta da burguesia brasileira, dos seus diversos setores e de suas diferentes posições políticas, apelava-se para os esquemas em que uma suposta burguesia nacional - categoria importada de modelos elaborados para outros países - ora era considerada a serviço do imperialismo, ora uma força até mesmo revolucionária. Uma correta política de alianças teria que ser fruto da compreensão exata do capitalismo dependente, de suas contradições, da real estrutura de classes da sociedade brasileira, do seu sistema político"⁽³⁷⁾.

Por essa razão, o PCB, ao mesmo tempo em que conduzia a classe operária e as massas não proletárias para objetivos politicamente definidos, como tais objetivos não eram justos - porque não correspondiam ao caráter da revolução brasileira - provocava também muitas contradições no seio da própria luta política, no seio do proletariado, e no seio do próprio Partido, evidenciadas à medida em que a estratégia e as táticas se chocavam com a realidade objetiva. Se a estratégia não era justa, a luta política, não se dirigindo para objetivos corretos, só poderia, como demonstra Anita, incorrer em vacilações e contradições, decorrentes de táticas que desconsideravam as reais contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, a estrutura de classes e o sistema político daí decorrentes. O que não significa, em nenhum momento, duvidar das vitórias efe-

(37) Iden, p. 207.

tivamente conseguidas, tanto no trabalho de massas, quanto no trabalho de educação e organização da classe operária, nem da seriedade e firmeza de princípios de como a luta política era encaminhada pelos militantes⁽³⁸⁾.

A contribuição desse estudo de Anita Prestes para os historiadores se manifesta sob vários aspectos. Primeiro ele denuncia a aplicação mecânica e dogmática do método dialético no conhecimento da realidade brasileira, como a matriz dos equívocos do PCB, equívocos estes não superados ainda hoje, segundo se deduz da análise dos documentos mais recentes⁽³⁹⁾. Depois também relaciona tais equívocos à estratégia Democrático-Burguesa, cuja essência estaria na perspectiva, ainda hoje presente no PCB, da possibilidade de se desenvolver no Brasil um capitalismo autônomo e independente, livre da dominação político-econômica do capital monopolista⁽⁴⁰⁾. Nesse sentido, e para compreender a irrealidade de tal perspectiva, Anita aponta a necessidade de se analisar melhor as contradições criadas pelo de-

(38) "A 19 de agosto de 1950 é lançado, em nome do Comitê Nacional do PCB, o famoso 'Manifesto de Agosto'. (...) A estratégia continuava a mesma: a revolução de libertação nacional para 'impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional', ou seja, para assegurar o desenvolvimento livre e independente do capitalismo. O suposto 'esquerdismo' se resumia à tática e ao palavreado, este sim extremamente radical. Tática essa que, entretanto, não conseguia ser posta em prática pelo próprio fato de não ser decorrência de uma política alicerçada na análise concreta do país. A tática passava por guinadas bruscas ao sabor dos acontecimentos, que, na maior parte das vezes, constituam surpresa para os comunistas, incapazes de prevê-los". (Idem, p. 214-215. Grifado no original).

(39) "As mesmas concepções, a que nos referimos acima, sobre as possibilidades de um desenvolvimento capitalista independente e democrático, fruto da revolução nacional e democrática, sob a hegemonia da classe operária, mas com a participação da chamada burguesia nacional, foram reafirmadas nas Resoluções do 5º e do 6º Congressos do PCB, assim como nos documentos posteriores do seu Comitê Central. O golpe de 1964 foi interpretado como um acidente no processo de democratização, que vinha se desenvolvendo desde 1930 com a industrialização capitalista. Tratar-se-ia, portanto, de derrotar a ditadura para voltar ao leito normal do desenvolvimento capitalista democrático. Esta é a concepção que continua a imperar e é veiculada pelo semanário *Voz da Unidade*, que se apresenta como porta-voz do Comitê Central do PCB". (Idem, p. 220).

(40) Tal perspectiva representa não apenas um anacronismo, mas também a própria negação do socialismo: "assinalamos a e-

envolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, em sua condição primordial de desenvolvimento da forma monopolista e parasitária do capital, conhecer melhor a estrutura das classes sociais formadas nesse contexto, e ainda atentar para o significado da natureza autoritária e repressiva do Estado brasileiro⁽⁴¹⁾. Finalmente, o estudo também fornece à pesquisa social subsídios importantes para compreender a inserção do Partido Comunista Brasileiro na vida nacional, compreendendo melhor o conjunto de contradições que perpassaram historicamente essa inserção. Noutras palavras, enquanto Anita reitera o Partido como a parte avançada da luta de classes (o elemento consciente, que é avançado justamente porque pensando o conjunto da sociedade supera as suas contradições), coloca, ao mesmo tempo e como uma contradição (e não como uma negação do papel de vanguarda), a necessidade de refletir sobre os erros cometidos⁽⁴²⁾.

Mais recentemente, José Cláudio Barriguelli, retomando o tema, procurou demonstrar como o equívoco das teses feudalistas, basicamente uma questão metodológica, só pode ser entendido no interior do desenvolvimento do pensamento marxista no Brasil. Nesse sentido, importaria menos a tese em si, mas os fatores que condicionaram o movimento operário nacional a desenvolver uma análise marxista da realidade brasileira que deixava intocado o significado teórico (portanto prático) do imperialismo, enquanto forma histórica necessária do desenvolvimento capitalista no Brasil, bem como o fato de ter tal tese orientado e dirigido o movimento operário por caminhos deslocados do contexto real em que se desenvolvia a luta política no Brasil⁽⁴³⁾.

xistência de uma crítica de direita à chamada 'questão democrática' na linha política do PCB, que propõe a 'democracia como valor universal', ou, em outras palavras, o chamado 'socialismo democrático' que, na prática, significa a negação do socialismo (Idem, p. 223).

(41) Idem, p. 206-207 e 219.

(42) Idem, p. 223.

(43) Barriguelli, J. C. *A Questão da Questão*. S. Carlos, s/data, xerox.

Num outro trabalho sobre a política do PCB na conjuntura 1955-64, Barriguelli demonstra porque a Reforma Agrária - síntese do programa agrário - representou o contrário da proposta de unidade pretendida pelo Partido, que como tal terminou teorizando a própria cisão do proletariado⁽⁴⁴⁾.

Indo mais a fundo nessa questão, discute como a perspectiva do desenvolvimento nacional deixou intocado o caráter centralizador e a natureza monopolista do Estado brasileiro - reitera dos quando passa a disciplinar e regulamentar a luta de classes - e como, envolvendo-se o PCB na perspectiva desenvolvimentista em que o Estado se inseria, passa a entendê-lo como a força política "avançada" ou "vanguardista" nas questões sociais, batendo-se pelo seu aprimoramento:

"É sob esse estigma que as forças sociais (as classes em luta) irão equacionar aquilo que o Estado estabeleceu como os limites do problema: - a questão nacional do desenvolvimento. Envolvidas nessa problemática as forças sociais irão embrenhar-se na luta pelo poder do Estado e no aprimoramento das suas instituições. Dessa prática reformista não escapa nem o PCB. Este será o partido que procurará, na luta pelo desenvolvimento nacional, dar seu sentido teórico. O nacionalismo é portanto o meio pelo qual as forças estão aglutinadas sob a égide do Estado (...) No PCB, a questão nacional toma corpo com a tese de que, o imperialismo aliado ao latifúndio, é o responsável real que impede o desenvolvimento do país"⁽⁴⁵⁾.

Essa incapacidade de compreender o imperialismo revela, como o mostra Barriguelli, que o PCB não tinha uma análise marxista-leninista do desenvolvimento capitalista⁽⁴⁶⁾, não conseguin-

(44) Barriguelli, J.C. *Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956)*. S. Paulo. UFSCar, 1981.

(45) Idem, p. 130-131.

(46) (Idem, p. 132). A essa conclusão também chega Anita Leocádia Prestes: "Em vez de partir-se do estudo do processo real do desenvolvimento capitalista nesses países, passava-se a identificar a situação no campo com um suposto feudalismo, que juntamente com o imperialismo, desempenhariam o papel de entraves ao desenvolvimento do capitalismo". (Prestes, A.L., op. cit., p. 205).

do compreender o significado do aparente atraso no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, atribuindo-o ao fato de que o Brasil não *resolvera* as contradições já solucionadas nos países europeus, especialmente Inglaterra e Alemanha. O Brasil seria atrasado por manter relações e formas de produção já superadas em outras economias capitalistas, basicamente pela sua estrutura fundiária - o latifúndio improdutivo - e por ser um país "essencialmente agrícola", produtor de matérias-primas"(47).

O fato de desconsiderar o capital enquanto relação universal é a matriz da oposição "atrasado versus desenvolvido" e da *exaltação do aspecto nacional*, que identifica o responsável pelo "atraso" da nação, não no próprio desenvolvimento do capitalismo mas sim num "inimigo da nação", para cujo combate se convoca todas as classes sociais em aliança. Como diz Barriguelli, a "questão nacional" termina obscurecendo a contradição do capital com o trabalho:

"A nação torna-se então o objeto, o objetivo a *libertação nacional* do jugo imperialista. A nação é explorada, e como consequência o proletariado também o é. Simplisticamente, as contradições de dentro existem e sobrevivem impostas de fora. No caso particular da agricultura a aliança do latifúndio com o imperialismo. (...) o que se observa portanto é que eliminados os *entraves* que os *de fora* impõem (o imperialismo) o país conquistará as condições básicas para progredir, para revolucionar-se. Em última instância a contradição é entre a *nação e o imperialismo* nunca a *do capital com o trabalho*, ou a contradição do capital e do trabalho é a da nação com o proletariado"(48).

O importante disso tudo advém de que, teorizando a "questão nacional", o PCB não consegue, por uma análise equivocada do capitalismo em sua fase superior, compreender o imperialismo em sua essência parasitária. Como tal, supõe-no externo à sociedade brasileira e a ela se opõe, cuja superação dependeria da revolu-

(47) Barriguelli, J. Cláudio, op. cit., p. 133. Grifado no original.

(48) Idem, p. 134. Grifado no original.

ção democrático-burguesa. Como o diz Barriguelli, não consegue perceber que "o atravancamento das forças produtivas da sociedade é a própria forma de ser do imperialismo, a própria manifestação deste como a hegemonia do capital financeiro"⁽⁴⁹⁾. Daí porque defende o rompimento do "atraso" - em relação a outros países capitalistas - por meio da expansão da indústria e conseqüentemente "penetração" do capitalismo no campo. O crucial termina sendo portanto o fato de que, se o imperialismo é a incapacidade do capital em fazer avançar aquilo que ele mesmo criou, manifestando a crise do mundo capitalista em geral, o PCB não compreende que cabe ao proletariado resolver esse impasse, como já afirmava Marx no "manifesto":

"há mais de uma década, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Essas crises destroem regularmente uma grande parte não só dos produtos fabricados, como também das forças produtivas anteriormente criadas. (...) E por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas disponíveis já não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações, que passam a entravá-las; e quando superam esses entraves, trazem a desordem para toda a sociedade, ameaçando a existência da propriedade burguesa. A sociedade burguesa torna-se muito estreita para conter as riquezas criadas por ela mesma"⁽⁵⁰⁾.

Face essa dimensão *necessariamente* parasitária do imperialismo, o caráter monopolista do Estado brasileiro tem que se

(49) Idem, p. 135.

(50) Marx, K. e Engels, F. *Manifesto de 1848*. In: *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. S. Paulo, Grizalbo, 1977, p.

expressar, *necessariamente*, na construção das condições para a re produção do capital financeiro. E as contrói dentro da sua lógica: no sentido de conciliar as classes, convergindo para o "desenvolvimento nacional", intervindo na economia, no sentido de preservar as condições sociais e políticas da reprodução do capital.

Veja-se, por exemplo, o que diz Octávio Ianni, discutindo o processo no qual o Estado brasileiro foi chamado a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da economia. Ditadas pelas crises que irromperam de fora para dentro, e pela necessidade de preservar as relações de dominação e apropriação vigentes, os critérios de intervenção do Estado foram a criação de novas condições para que crescesse o volume e a taxa do excedente econômico, ao mesmo tempo reduzindo ou controlando os riscos políticos a que poderiam estar sujeitos os investimentos privados, de origem nacional ou multinacional⁽⁵¹⁾.

Em países como o Brasil, o capital não consegue mais revolucionar as forças produtivas da sociedade, de baixo para cima, isto é, pela força do revolucionamento técnico da produção varrer as velhas relações de produção. Sua ação passa a ser a busca do excedente, não importa que sob relações de trabalho as mais incongruentes possíveis. Ou, nas palavras de Barriguelli, faz um movimento por si mesmo retrógrado, reacionário:

"Nesse sentido o latifúndio é sempre produtivo. Se possui produção de mercadorias contém excesso de forças produtivas ociosas. Se não possui, se é improdutivo como afirma o PCB, produz o *exército de reserva*. Reproduz a propriedade privada sobre a terra como forma de garantir o trabalho não retribuído, isto é, garantir uma intensidade maior da exploração da força de trabalho e do trabalho (aquí os pequenos proprietários, parceiros, rendeiros, foreiros, etc., trabalhadores que ainda têm parcelas dos meios de produção). Portanto a *tendência* é aumentar o latifúndio, aumentar a sua ociosidade e pa-

(51) Cf. Ianni, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 301-307.

rasitismo. O PCB vê exatamente o contrário. Vê nesse movimento um atraso. Não percebe o lado positivo desse desenvolvimento: a incapacidade do capital em evoluir as forças produtivas e sua necessidade histórica de destruí-las. Proporá a-trasá-las ainda mais" (52).

A questão agrária passa a ser portanto a *síntese* das contradições da sociedade brasileira. Uma vez "inventada", como solução para a crise, caberia ao PCB a responsabilidade de teorizá-la, dando-lhe suporte revolucionário. O caminho para resolver a contradição, na forma burguesa, é a reforma agrária via redistributivismo, que transforme a questão agrária num problema da propriedade da terra - exclua-se desde aí a contradição entre capital e trabalho na agricultura com sua natureza de espaço de reprodução do capital - e que crie uma classe camponesa, proprietária. Além do mais, como elemento chave do processo, apela-se "para que o Estado seja o patrocínio dessa criação, ao invés de pensar no Estado (como ditadura do proletariado), como a etapa necessária para a destruição de todas as classes" (53).

Em resumo, aprisionado nas malhas das *saídas capitalistas para a crise*, o PCB teoriza uma força vigorosa e revitalizadora no campo - o campesinato - capaz de sustentar o desenvolvimento das forças produtivas e diminuir os conflitos sociais advindos da ociosidade produtiva da terra e do exército de reserva, na aquele momento - 1955-64 - se expandindo. Teorizou portanto a *ci-são*.

Se a teoria é o guia da ação, resta compreender em que implicou teorizá-la na Zona da Mata, num momento em que caíam por terra as últimas barreiras separando "camponês e operário".

(52) Barriguelli, José Cláudio, op. cit., p. 137. Grifado no original.

(53) Idem, p. 137. Grifado no original.

CAPÍTULO 4

OS LIMITES DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA EM PERNAMBUCO

4.1 - Os limites do Projeto do PCB: As Alianças de Classe e o Crescimento do Movimento Operário e Popular

O crescimento das lutas populares em Pernambuco foi possibilitado por uma série de circunstâncias político-econômicas favoráveis, especialmente a criação da Frente do Recife e do Governo Arraes. Nesse sentido é importante compreender o papel desempenhado pelo Partido Comunista Brasileiro, junto com outras forças, ajudando a criar essas condições favoráveis, na base da proposta nacionalista-desenvolvimentista e das alianças de classe então realizadas.

Isso porque, o que sublinha o período 1955/64 em Pernambuco, são as marchas e contramarchas da aliança desenvolvimentista-nacionalista, entre as forças de esquerda hegemônicas pelo PCB, mais o PTB e o PSB - entre outros partidos de esquerda - com frações das classes dominantes representadas ora em alas da UDN, ora em alas do PSD (*) em busca do desenvolvimento e da emancipação nacional, através da política de industrialização e crescimento econômico. A aliança, de âmbito nacional, incorporava as chamadas forças progressistas, buscando o desenvolvimento político e econômico do Brasil, bem como o aprimoramento do Esta +

(*) Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro, União Democrática Nacional e Partido Social Democrata.

do, que deveria apressar, dirigir e garantir o desenvolvimento sócio-econômico, de maneira autônoma e nacionalista⁽¹⁾.

No plano estadual, a aliança materializou-se nas articulações políticas, entre burguesia açucareiro-têxtil-alimentícia-comercial, setores urbanos da classe média, socialistas, trabalhistas e comunistas, organizando-se essas forças numa coligação, em torno do programa de reformas estruturais da "Frente do Recife", à qual se devem tanto a eleição do usineiro Cid Sampaio para Governador do Estado em 1958, quanto a eleição de Miguel Arraes, em 1962, para o mesmo posto.

Como diz José Arlindo Soares, em seu estudo pormenorizado sobre a Frente do Recife e o Governo Arraes, paradoxalmente, foi em Pernambuco que a aliança com a burguesia industrial, extremamente ligada à economia agroexportadora, encontrou as melhores condições para se desenvolver. Segundo ele, as origens desse fato devem ser buscadas, em parte no interesse dessa burguesia em conquistar o aparelho de Estado a nível regional, para isso fazendo aliança com os grupos de esquerda organizados na "Frente do Recife", de onde resultou o Governo Cid Sampaio. Portanto, a Frente teria resultado parcialmente das divergências entre as frações da classe dominante. Mas, conforme afirma ainda José Arlindo, após o rompimento de Cid com a Frente, os grupos de esquerda se aliaram a setores do PSD, elegendo Arraes para Governador, numa perspectiva onde contava principalmente os interesses de capturar o aparelho de Es

(1) Sobre o conteúdo do projeto nacionalista-desenvolvimentista no Brasil, consultar, entre outros: Ianni, O. *O Colapso do Populismo no Brasil*. R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1975; Idem, *Estado de Planejamento Econômico no Brasil*. R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1975; Idem, *Modelos Políticos Brasileiros*, in: *Tudo é História*. Cadernos de Pesquisa (2), S.P., Brasiliense, 1978, p. 57-80; Barriguelli, J.C. *Subsídios à História das Lutas no Campo em S. Paulo (1870/1956)*. S. Carlos, UFSCar, 1981, v.1. Basbaun, L. *História Sincera da República (1930/1960)*, S.P., Alfa-Omega, 1976, v.3. PCB. *Vinte Anos de Política, 1958-1979*, S. Paulo, C. Humanas, 1980; Neves, L. de A. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*. B. Horizonte, Vega, 1981; Weffort, F. *Democracia e Movimento Operário*. In: *Revista de Cultura Contemporânea*, (2), Cedec, S.P., 1979; Soares, J.A. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes*. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

tado, pelas vias eleitorais (2).

De nossa parte, embora concordando com José Arlindo, quanto ao teor político-ideológico da Frente do Recife, pensamos que a sua estruturação, bem como as ações concretas dela decorrentes, não se deveram apenas às divergências entre as frações da classe dominante ou aos interesses eleitorais dos grupos de esquerda. Muito mais que isso, a Frente representava um momento em que se abriam perspectivas para que esses grupos, particularmente o PCB, pusessem em prática o que até então não era mais que um projeto: a utilização e o aprimoramento do Estado, para, burguesia e setores populares, juntos em aliança, realizarem o desenvolvimento nacional, que seria acompanhado, conforme se acreditava, da melhoria nas condições de vida da população. Apontar os equívocos desse projeto não nos deve levar a ocultar seu sentido histórico real.

Como mostra José Arlindo, com muito acerto aliás, por trás dessa aliança estava o próprio processo de expansão do capital:

"O ritmo de expansão capitalista no Centro-Sul, a partir da segunda metade da década de 50, colocava para setores das classes dominantes do Nordeste, para a burguesia agro-industrial, a necessidade de encontrarem mecanismos de defesa que garantam a sua sobrevivência, ou mesmo lhes possibilitem aproveitar o "boom" capitalista que se desencadeava no pólo hegemônico da economia do país" (3).

Nessa época, nos meios intelectuais pernambucanos ganhava corpo a discussão da "Questão Regional", e das "disparidades regionais". Realiza-se em 1955, em Recife, o Congresso de Salvação do Nordeste, contando com a participação de políticos, professores, militares, sindicalistas, jornalistas, advogados e industriais, onde a tônica era a relação econômica do Nordeste com o Centro-Sul e a denúncia dos interesses do poder político local na

(2) Cf. Soares, J.A., op. cit., p. 69/32.

(3) Idem, p. 69.

manutenção das estruturas agrárias tradicionais⁽⁴⁾.

Conforme deixa entender Paulo Cavalcanti, o Congresso foi idealizado pelos comunistas e organizado pela Liga de Emanipação Nacional, seção de Pernambuco, com o intuito de divulgar as teses desenvolvimentistas, apoiadas pela esquerda e também por setores da burguesia, intelectuais, estudantes, professores, etc., oferecendo assim uma perspectiva nacionalista-desenvolvimentista aos movimentos populares⁽⁵⁾.

"Com efeito, diz Fernando Azevedo, seria neste conclave que se daria uma virada radical na apreensão ideológica da questão regional, até então presa a uma visão que reduzia os problemas nordestinos à fatalidade climática da seca. Na verdade, a concepção do fatalismo geográfico da região e as soluções técnicas correspondentes, baseada numa política hidráulica executada pelo DNOCS, vinha ao encontro dos interesses das oligarquias mais tradicionais, ligadas às atividades do algodão e da pecuária no Sertão e no Agreste - áreas sujeitas à seca - e que, nos momentos de estiagem, eram beneficiados diretamente através de isenção fiscal, crédito bancário subsidiado e auxílios e recursos financeiros para a construção de barragens e açudes em torno das grandes propriedades"⁽⁶⁾.

Portanto, rebelando-se contra a condução do poder político pelas frações oligárquicas, a burguesia açucareiro-têxtil apoia o Congresso, interessada como estava na diversificação das atividades industriais no Nordeste, onde acreditava poder coman-

(4) Cf. Zevado, F.A.F. de. *As Ligas Camponesas. Campesinato e Política. 1955-64*. Recife, UFPE/Pimes, tese Ms, mimeog., p-59. Ver também Cavalcanti, P. *O Caso eu Conto como o Caso Foi*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1978, v.1.

(5) (Cf. Cavalcanti, P. Op. cit., p. 234-235). Ver também *O Caso Foi*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1978, v.1. Moraes, Clodomir. "Las Ligas Campesinas de Brasil". In: Stavenhagen, R. *Movimentos Campesinos en America Latina*. México, Hardenas, 1976.

(6) Azevedo, F.A., op. cit., p. 59.

dar a expansão do capital. Aproveita a oportunidade para denunciar a estagnação da economia nordestina, as disparidades regionais e a estrutura fundiária arcaica e concentradora, reivindicando do Governo Central transformações nas estruturas sócio-econômicas regionais. E mais, concorda com uma das moções mais importantes, que pedia a reforma agrária como uma das soluções para a questão do campo (7).

O Congresso foi, portanto, o momento em que formalmente se estabeleceu uma aliança política entre a burguesia açucareiro-têxtil-alimentícia e os setores de esquerda, sob a rubrica da necessidade do desenvolvimento econômico do Nordeste e da denúncia das oligarquias tradicionais, com cujos interesses estava identificado o Governo do General Cordeiro de Farias. Além disso, foi também o momento em que, conforme diz Fernando Azevedo: "pelo menos ao nível do discurso, a questão social passava a ser reconhecida e legitimada, inclusive a questão agrária e camponesa" (8).

Na nossa opinião, quando, mesmo de forma vaga e indefinida, a proposta da Reforma Agrária é assumida pela burguesia, como uma das transformações que se faziam necessárias no Nordeste, e um objetivo de todas as forças participantes das "Oposições Unidas de Pernambuco", tentava-se legitimar a "questão regional" perante a população. Como tal, ela representava algo como um "movimento diversionista", que servia para ocultar as relações sociais de exploração no Nordeste. Por isso, embora não constituísse de fato um compromisso, era, não obstante, uma espécie de objetivo colocado no horizonte dos trabalhadores, condicionada à perspectiva do desenvolvimento, da industrialização e da ampliação do mercado de produtos industrializados no meio rural.

Conforme deixam entrever as palavras de Mauro Koury, referindo-se ao processo de ascensão ao poder da fração industrial-financeira no Brasil após 1945, o aparecimento da bandeira

(7) Soares, J.A., op. cit., p. 56/57. Ver também Azevedo, F.A.F. de, op. cit., p. 61.

(8) Azevedo, F.A.F. de, op. cit., p. 63.

da Reforma Agrária - num momento em que o capital se expandia na agricultura - tinha principalmente o intuito de criar as condições necessárias para legitimar, política e economicamente, a burguesia, enquanto contendora das frações oligárquicas, ao mesmo tempo em que encenava uma postura revolucionária face às massas:

"O que se passou após os fins da década de quarenta para cá, pode-se dizer, em largos termos, que nada máis foi que o processo de ascensão real ao poder, na esfera político-econômica nacional, da elite empresarial urbana, que num primeiro momento, 1937-64, em busca de ampliação do mercado interno, acelerou o processo de proletarização das massas rurais, ao mesmo tempo em que entrou em choque aberto com as elites latifundiárias quando, assumindo a Reforma Agrária, eleva-a como porta-bandeira para uma posterior ampliação das áreas de consumo de produtos industrializados no meio rural, *jogando este seu estandarte* (Reforma Agrária) para as massas rurais que, o tomando como seu objeto de luta, passam a reivindicar um lugar ao sol, dentro da estrutura econômica já montada"⁽⁹⁾.

Posteriormente, as greves e os "lock-outs" dos comerciantes e industriais em 1956 e 1957, contra as medidas fiscais de Cordeiro de Farias, só vieram consolidar a coligação político-partidária dentro da Frente, culminando com a eleição de Cid Sampaio para Governador. Como se percebe, concordando todos com a necessidade do desenvolvimento econômico - embora de forma contraditória entre si - nessa base de formalizaram as alianças. Para a burguesia constituía a batalha para comandar a industrialização, sob a ótica da diminuição das desigualdades regionais. Para o PCB, o que aparecia como aspecto relevante era um desenvolvimento que resultasse num capitalismo nacional autônomo, o qual eliminaria a exploração sobre os trabalhadores, especialmente no campo.

Entretanto, à medida em que, no cenário estadual, evoluíam os embates políticos, e se processavam as transformações econômicas a nível estadual e nacional, dois fenômenos ocorriam. Primeiro crescia a mobilização na cidade e no campo, dentro das condi-

(9) Koury, Mauro. *O Bagaço da Cana*. Recife, UFPe/Pines, 1976. Tese Ms., p. 34. Grifos nossos.

ções favoráveis criadas pela união das forças progressistas em coligação, e pelo isolamento cada vez maior da oligarquia. Ocorrem diversas greves no Recife, cria-se uma assessoria sindical no Governo, com líderes abertamente ligados ao Partido Comunista Brasileiro, e Cid Sampaio assina o Decreto de Expropriação do Engenho Galiléia⁽¹⁰⁾.

Por outro lado, aos poucos se explicitava nas medidas tomadas pelo Governo Cid Sampaio, o que a burguesia entendia e queria - como Reforma Agrária: quando Cid cria a CRC (Companhia de Revenda e Colonização), para levar adiante um plano de colonização, dirigido por um especialista da FAO, e a ser implantado nas áreas críticas da Zona da Mata e do Agreste, as medidas tomadas logo se revelam incapazes de solucionar nem mesmo a questão do Engenho Galiléia, servindo apenas para evidenciar as limitações da política de desapropriação do Governo, e contribuir para erodir o prestígio de Cid Sampaio junto aos trabalhadores⁽¹¹⁾.

Nesse momento a imprensa local registrava vários depoimentos de líderes da burguesia açucareira, acerca de como deveriam ser resolvidos os problemas do campo. O próprio Governador declara à imprensa o que entendia como solução justa: teria que processar-se a colonização e a reforma do trabalho no setor agrícola, através de melhoria da educação e extensão rural, que preparasse o agricultor para as indispensáveis reformas na agricultura⁽¹²⁾. Poucos dias antes havia declarado ao mesmo jornal desejar mais investimentos no Nordeste, como uma forma de conter os comunistas e diminuir as desigualdades regionais⁽¹³⁾.

Sente-se que a burguesia açucareira vai pouco a pouco se distanciando dos compromissos formalmente assumido no Congresso de

(10) "É deste modo que surgem as primeiras reivindicações por parte da classe dominada em relação ao sistema produtivo em que está inserida. Estas reivindicações não têm nenhum conteúdo mais profundo de questionamento desta estrutura social mas, apenas, a procura de satisfação de seus interesses mais imediatos, que são por sua vez, os interesses sociais engendrados pela própria sociedade, no desenvolvimento de novas necessidades sociais". (Idem, p. 36). Ver também Azevedo, F.A.F., op. cit. p. 68.

(11) Azevedo, F.A.F., op. cit., p. 70.

(12) Cf. Cid Sampaio, respondendo a Francisco Julião, que o acusara de reprimir trabalhadores em Vitória, Glória de Goitá, Limoeiro e Bom Jardim. (Jornal do Commercio, 31.12.60).

(13) Jornal do Commercio, 08.12.60.

Salvação Nacional, afastando-se das reivindicações populares, e trabalhando junto ao Governo com o objetivo de encaminhar a nova forma dada ao processo de acumulação - o que na realidade lhe interessa - deixando o resto das reivindicações, de cunho popular, com um sentido de subversão, liderado pelo PCB. Os atores ficavam assim em seu devido lugar.

Portanto, à medida em que se manifestavam os distintos interesses, erodia-se a aliança desenvolvimentista em Pernambuco, afastando-se a burguesia cada vez mais do acordo firmado, não havendo mais condições de absorver o movimento sindical de orientação comunista. A coalizção de forças logo chegou aos limites das suas contradições, e a "Frente do Recife" entra em colapso, enterrando com ela, pelo menos em Pernambuco, o acordo desenvolvimentista nacional. Como diz José Arlindo:

"Por sua vez, o aguçamento da crise política, a nível nacional, do modelo populista desenvolvimentista, obrigava a uma definição das diversas forças políticas e grupos sociais, levando conseqüentemente a um realinhamento em torno de perspectivas mais amplas que não poderiam se circunscrever em torno de perspectivas regionais. Desta forma, na sucessão presidencial de 1960, o esquema político do Governo Cid Sampaio incorpora-se ao conjunto das forças políticas anti-populistas, contrariando totalmente as suas promessas eleitorais⁽¹⁴⁾.

A imprensa dessa época é pródiga em análises sobre a agroindústria açucareira, onde se detectava a capacidade ociosa das usinas e os altos custos da produção. Um estudo especial feito pelo IAA sobre a produtividade da indústria do açúcar no País, concluiu que "a pequena dimensão das fábricas, o equipamento obsoleto, a grande elasticidade do período da moagem e a inadequada utilização dos fatores mão-de-obra e matéria-prima respondem pela baixa produtividade⁽¹⁵⁾.

(14) Soares, J.A., op. cit., p. 78.

(15) Jornal do Commercio, 24.03.60. Ver também em 16.03.60.

O curioso é que as análises de conjuntura, feitas pelos trabalhadores, repetiam esse mesmo tom, embora, evidentemente, com o objetivo de fundamentar as reivindicações por melhores condições de vida. Em 27.01.60, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar publicava um manifesto, onde tomava providências para a deflagração de uma greve nas usinas, caso o reajuste salarial não fosse concedido na base de 45%. Entretanto, no mesmo manifesto, como se observa a seguir, pronunciava-se favorável ao aumento simultâneo dos preços do açúcar, de forma a fazer face ao aumento de salários:

"Não será possível conceder aumento salarial sem que haja a contrapartida de melhoria do preço do produto: três cruzeiros por quilo. A indústria não suportaria o impacto de tal despesa, que significaria para os trabalhadores o desemprego em massa"(16).

Nessa mesma época, também João Cleofas, representante da burguesia açucareira nordestina, declara à imprensa que o Serviço Social Rural, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Companhia Nacional de Seguros Agrícolas e o Fundo de Mecanização da Lavoura representavam as colunas básicas, já construídas no Brasil, sobre as quais dever-se-ia apoiar uma reforma agrária, "caso o Governo se interessasse realmente por ela"(17). O que interessaria a Cleofas seria "a criação de uma classe rural no Brasil, que constituirá o maior obstáculo a doutrinas e práticas comunista"(18). Isto é, estava na ordem do dia uma saída capitalista para a crise, que não puzesse em risco o *equilíbrio social*, não dando margem por tanto a práticas subversivas.

Na possibilidade dessas "práticas subversivas", estava o elemento principal que afastava a burguesia da reforma agrária defendida pelo PCB. Se não, por que recuar do acordo, se o conteúdo da proposta, em ambos os casos, era o desenvolvimento das for-

(16) Idem, 27.01.60. Aliás, somente em 1961 é que o Sindicato começa a encaminhar suas campanhas salariais mais independentemente da preocupação com os lucros dos usineiros. (Ver a campanha de 1961, liderada por Diógenes Wanderley. Jornal "A Hora", 23.10.61).

(17) Jornal do Commercio, dias 09 e 14.11.60.

(18) Cleofas, João. Reforma Agrária. *O Radical*. R. Janeiro, 27 julho, 1951. Conferência no Encerramento dos Trabalhos da Comissão Nacional de Política Agrária e Decreto 29803. (Citado por Barriacelli, J. C. ... 1961)

ças produtivas e a criação de uma *classe* rural, sustentáculo desse desenvolvimento.

É claro que em primeiro lugar a internacionalização da economia brasileira se encarregava de explicitar os reais interesses dos usineiros. Acabavam-se as ilusões de um Nordeste desenvolvido e industrializado, de forma autônoma e num contexto nacionalista. Impunham-se os desígnios do capital monopolista sobre os interesses dos industriais nordestinos, não sendo possível qualquer opção particular que contrariasse esses desígnios, hegemônicos no Brasil. Ao contrário, a eles dever-se-iam associar cada vez mais os interesses regionais⁽¹⁹⁾.

Não estava em jogo acabar com o latifúndio, desconcentrando meios de produção. Para os usineiros, avançar no desenvolvimento das forças produtivas, nas condições concretas do Brasil, implicava na expansão do capital monopolista. A opção nacionalista era, portanto, desde logo inexistente, porque inviável historicamente, naquela fase da acumulação. Concentrar o capital e industrializar a agricultura era a tônica, transformando-a inteiramente em esfera de produção de mais valia. Revelava-se a face real do capitalismo brasileiro, aumentando a concentração da propriedade agrária. Acontecia o desenvolvimento pretendido, mas só que ele trazia consigo mais miséria, e mais contradições.

Era necessário, assim, subordinar inteiramente o trabalho, de forma a concretizar o que efetivamente se conseguiu após 1964, ou seja, a dominação total da agricultura, enquanto esfera de reprodução do capital, e a sua condição de fornecedora de matérias-primas. Naquele momento as frações da burguesia, direta ou indiretamente comprometidas com o capital monopolista, como era o caso dos usineiros, precisavam, não de Reforma Agrária ou de uma agricultura camponesa, mas sim, de uma agricultura que se integras-

(19) Por exemplo, o caso da Coperbo (Companhia de Borracha Sintética de Pernambuco), que se propunha fabricar borracha a partir do álcool, sabotada pelas multinacionais fabricantes de pneus.

se ao movimento do capital⁽²⁰⁾.

Portanto, o dado crucial nesse processo todo, é que a realidade objetiva da expansão do capital empurrava os trabalhadores à luta pelo salário e contra a exploração capitalista. Reproduziam-se os conflitos em torno de salários atrasados, roubo nas horas-extras, medição errada das tarefas, etc. É o que mostram as notícias publicadas pela imprensa local, a partir de meados do Governo Cid Sampaio⁽²¹⁾.

Aliás, é também nessa fase que o novo patamar, onde se realizava a luta imediata, conduz as forças de esquerda mais conseqüentes a apoiar a sindicalização rural, dando assim um salto qualitativo de Ligas para Sindicatos, como forma de corresponder à realidade da ampliação do proletariado e do exército de reserva. Compreende-se - embora somente no plano tático - que a luta se processava agora por melhores condições salariais.

Na verdade, apesar dos desdobramentos posteriores, o surgimento das Ligas Camponesas havia sido uma forma de contornar os impedimentos legais para a cria

(20) As declarações da burguesia sempre eram de molde a explicitar que a reforma agrária desejada deveria unificar o exército de reserva urbano e rural, como aliás veio a acontecer após 1964. Por exemplo, em 28.02.60, o sr. Augusto Viana, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria, defendia a reforma agrária que modificasse, em bases capitalistas, a "arcaica" estrutura agrária semi-colonialista e pré-capitalista, a fim de tecnificar a agricultura e processar a redistribuição rural-urbana da população, liberando mão-de-obra para a indústria, os transportes e os serviços. (Jornal do Comércio, 28.02.60).

(21) Ver Folha do Povo e Jornal do Comércio, a partir de 1959. A Folha do Povo denuncia sistematicamente a ocorrência dos constantes choques entre usineiros e proprietários de terra, não somente por expulsão, mas também pela sonegação do pagamento dos salários. Denuncia também o desgaste dos salários, consumidos pela carestia, bem como a manipulação dos usineiros, re passando para o consumidor os aumentos salariais, embutidos no preço do açúcar.

ção de Sindicatos⁽²²⁾. Isso não anula o fato de que romperam com o controle existente no sindicalismo rural, tornando-se um canal por onde os trabalhadores rurais conseguiam encaminhar as reivindicações imediatas, referentes ao acesso à terra. Entretanto, à medida em que a realidade objetivamente se transformava, ou seja, à medida em que crescia o proletariado, e o contingente de trabalhadores sem terra era empurrado para o protesto dos salários atrasados, contra o roubo nas contas e pelos direitos trabalhistas, os novos mecanismos de exploração exigiam formas de luta diferentes, para além do Código Civil, onde se baseavam as formas de conduta das Ligas. Ou seja, vencida na prática a heterogeneidade, o movimento sindical se nivelava (embora sem se juntar) naquilo que tinha de essencial: os termos da organização econômica contra a exploração.

Afôra isso, tanto ligas quanto sindicatos configuravam um quadro novo, caracterizando a organização dos trabalhadores rurais, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, sob influência e direção das forças de esquerda, aglutinadas em torno da Frente do Recife. Ou seja, em torno do sindicalismo dirigido por líderes, na sua maioria comunistas, ou então petebistas da ala "esquerda" desse Partido.

O significado da Frente para o movimento operário na-

(22) Sobre as Ligas de 1945, Fernando Azevedo declara: "A fundação destas Ligas iria refletir, antes de tudo, a necessidade do PCB de ampliar as suas bases políticas para além das fronteiras urbanas e concretizar a idéia de uma aliança operário-camponesa para se contrapor ao latifúndio e ao imperialismo, de acordo com a estratégia política difunda desde os primeiros congressos deste partido". (Azevedo, F.A.F. de, op. cit., p. 39). Sobre as Ligas de 1955, sabemos que a criação da Liga de Galiléia (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco) não foi um movimento "espontâneo" como às vezes se acredita. Dela participaram militantes e ex-militantes do PCB (veja-se carta de Zezé dos Prazeres a Clodomir Moraes. In: Moraes, C., op. cit., p. 141-143). Isto não significa que, enquanto movimento, pela dimensão assumida posteriormente, as Ligas tenham ficado restritas a qualquer grupo. Nelas haviam militantes de várias organizações, daí porque em sua evolução, entrariam em conflito com a orientação da ULTAB e do PCB.

quele período é salientado por José Arlindo Soares, no seguinte texto:

"A Frente do Recife parecia trazer um novo conteúdo ao sistema de alianças que envolvia os trabalhadores naquela conjuntura. Diferentemente, da participação no acordo desenvolvimentista nacional, que se limitava a exigir a igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, o discurso sobre a ação da Frente do Recife deixava claro a possibilidade de o Estado se voltar prioritariamente para os interesses das classes populares (...). De forma mais intensa que a nível nacional, entre 1958 e 1964, em Pernambuco, as organizações operárias tiveram acesso direto à administração política. A criação da Assessoria Sindical no Governo Cid Sampaio, e reativada no período Arraes, é a expressão maior da influência política do sindicalismo. Também em 1958, as direções operárias ligadas ao Partido Comunista, assumiriam o controle do Conselho Inter-Sindical (CONSINTRA) imprimindo ao órgão uma orientação democrática nacionalista, de acordo com a proposta comunista-petebista para o Movimento Operário"⁽²³⁾.

Veja-se que apesar do sindicalismo rural, a rigor, não se ligar diretamente ao CONSINTRA, que influiu mais sobre os sindicatos de Recife, reforçavam entretanto a frente sindical de esquerda, em torno das questões políticas mais gerais. Como exemplifica José Arlindo:

"Na sucessão estadual de 1958, os sindicalistas ligados ao Partido Comunista comandam o lançamento de um manifesto de apoio à candidatura de Cid Sampaio (...) Para respaldar a chapa Lott/Jango, na sucessão presidencial de 1960, organiza-se a Frente Operária Nacionalista, que, juntamente com os líderes camponeses, promove vários comícios de manifestações de apoio aos candidatos apoiados pelas esquerdas"⁽²⁴⁾.

(23) Soares, J.A., op. cit., p. 123.

(24) Idem, p. 124.

Portanto, crescia o movimento de massas, tornando-se tão significativo, que importante se torna a sua participação em qualquer esquema político e eleitoral. E é respaldada nesse crescimento que a Frente do Recife, enfrentando já agora a hostilidade aberta dos usineiros, consegue eleger Miguel Arraes Governador, com um programa voltado para os temas político-ideológicos do momento, incluindo explicitamente a "necessidade de maior participação do povo nos assuntos políticos e administrativos do Estado"⁽²⁵⁾. A partir daí as condições de organização se tornam ainda mais favoráveis, prosseguindo o operariado em sua luta nacionalista e em prol das reformas de base, claro está que se defrontando com o crescimento da reação articulada pelos usineiros.

Arraes toma algumas medidas de fundamental importância para a continuidade do processo de organização, principalmente retirando da polícia a função de capangagem de usineiros e proprietários de terra, e reorientando o Consintra, no sentido de torná-lo uma assessoria sindical que, diante dos inúmeros conflitos trabalhistas, os encaminhasse para soluções legais, no âmbito do Estado.

Conforme diz Gregório Bezerra:

"Pela primeira vez na história de Pernambuco, a polícia atuou no sentido de manter a ordem justa, sem espancar nem prender camponeses, pois até então a polícia vinha sendo usada para defender os latifundiários e o patronato espoliador dos camponeses. Essa orientação democrática do Governo Arraes evitou muitos conflitos na região canavieira e as sérias consequências que poderiam daí advir. Por isso o patronato rural o tachou de 'Governo comunizante' (...) Arraes não frustrou as expectativas nele depositadas pelo povo pernambucano em seu curto período de Governo, que foi o mais democrático e humano de Pernambuco"⁽²⁶⁾.

(25) Programa Eleitoral. (A Hora, 10 a 17.02.62).

(26) Bezerra, Gregório, *Memórias*, R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. (2a. parte). p. 172/175. Grifado no original.

Finalmente, no bojo dessas condições favoráveis, e como uma das consequências mais importantes da política da Frente do Recife, de garantir espaço para o desenvolvimento da organização da classe operária, o crescimento do sindicalismo daí decorrente vai se manifestar também na reorientação da prática política dos trabalhadores fabris⁽²⁷⁾.

Fomentava-se, desde 1955 uma nova liderança, opondo-se ao grupo dos "ministerialistas"⁽²⁸⁾, saída das correntes de esquerda do movimento sindical, e que se identificava com o Consintra e a Frente do Recife⁽²⁹⁾. O fruto desse movimento vai ser a eleição de José Apolônio Matias para presidente, em 1963, no Governo Arraes, junto com uma chapa, pela primeira vez na história do Sindicato, formada somente por operários, não havendo a participação de nenhum empregado administrativo ou técnico de usina, como também de elementos ligados aos usineiros⁽³⁰⁾.

Daí, até o golpe de abril de 1964, modificou-se radicalmente a prática sindical, as decisões mais importantes, referentes às negociações salariais, passando a ser tomadas em assembleia, assim como a eleição dos delegados, por usina. Além disso,

(27) Já em 1961 o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Pernambuco, pela primeira vez apoia publicamente as reivindicações dos trabalhadores agrícolas. Veja-se por exemplo o Manifesto de Convocação da I Conferência dos Camponeses e Trabalhadores Rurais de Pernambuco, assinado por Diógenes Wanderley, presidente nessa época.

(28) Sobre a importância dos "ministerialistas" no sindicalismo nacional e sua ligação com o PTB ver Neves, Lucilia de Almeida, op. cit., p. 23-27.

(29) Como se pode observar, esse grupo se forjara na oposição a Diógenes Wanderley:

"Eu nunca concordei com a forma como Diógenes mandava no Sindicato. Ele botava gente (ajudava a eleger) e ele mesmo depois dava um jeito de mandar o Ministério do Trabalho decretar intervenção. Bastava o sujeito não fazer o que ele queria. Tinha mais gente, fora eu, que não concordava com isso. (...) Nós (operários) sempre achamos que nunca o Sindicato poderia ser nosso se a gente continuasse elegendo empregado administrativo. Eles ficavam sempre do lado dos usineiros". (Entrevista).

(30) Presidiam a chapa: José Apolônio Matias, para presidente; Amaro Lopes de Cliveira, secretário; e José Eugênio Monteiro, tesoureiro. José Apolônio era operário fundidor, de tendências nacionalistas. Veio a ser inclusive candidato a deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro, nas eleições de 62. É também em 62 que consegue o que ainda hoje é tido como a maior proeza na história do Sindicato: ganhar-se eleições independentemente dos "ministerialistas".

o Sindicato também encampou as antigas reivindicações da categoria, de nivelar o salário mínimo em toda a região açucareira de Pernambuco, combater o trabalho clandestino nas usinas, e transformar os barracões em cooperativas.

Claro que a separação entre usina e canavial não se alterou com a reorientação havida na prática política do operariado das usinas. Isso fica evidente quando ocorrem as duas grandes greves da agroindústria açucareira antes de 64. Em novembro de 1963 ocorre a grande greve geral dos trabalhadores dos canaviais, obrigando as usinas a parar por falta de cana para moer e não em razão de quaisquer articulações políticas. Em fevereiro de 1964 ocorre a grande greve geral das usinas - primeira e única na História - parando o corte das canas porque não havia como moê-las, e não porque existissem articulações concretas nesse sentido⁽³¹⁾.

A unidade que se encaminhava, proposta pelos operários das usinas através do Sindicato, seria a *unidade sindical* - dado aliás bastante significativo, considerando-se o patamar de divisão. - Veja-se por exemplo o "Pacto de Unidade e Ação na Zona Canavieira", convocando os trabalhadores agrícolas a se unirem com os fabris, em prol das consignas da época, onde se destacava, como questões políticas principais, a exploração semi-feudal e a reforma agrária - patamar da luta por melhores condições de vida na zona do açúcar. O Pacto reflete portanto a natureza da luta política do operariado: é a própria síntese da *concepção* da aliança operário-camponesa⁽³²⁾.

O importante dessa "virada" no sindicalismo fabril, decorre dela ter aberto espaço para que o operariado das usinas se integrasse, não somente ao movimento operário, mas também, através das principais lideranças destes, reunidas no Consintra (Conselho Consultivo dos Trabalhadores), se integrasse à política estadual, como se deduz da seguinte entrevista:

(31) Evidentemente a ausência de articulações não elimina a solidariedade efetivamente ocorrida. O dado essencial entretanto parece ter sido mesmo a inexistência de quaisquer providências nesse sentido. Pelo menos foi o que deduzimos das entrevistas e dos documentos consultados.

(32) Ver Anexo. O pacto foi firmado em Recife, em agosto de 1963, em presença de dois mil trabalhadores. Publicado pela imprensa em 13.07.63.

"Eu fui eleito por causa de Arraes, a massa gostava e gosta ainda muito dele. Ele aliás me livrou de prisão em 64, depois da greve, os usineiros queriam me prender (...) Chegou um momento em que os operários acordaram e resolveram reivindicar como classe. O Sindicato se mantinha separado dos outros Sindicatos, parecia um objeto e não um instrumento de luta. Arraes veio então ter uma palavra de coragem para um programa de trabalhador. Veio me comunicar. Então prometi que se fosse eleito iria ligar o Sindicato aos outros Sindicatos e com o Consintra. Todo mundo ia ver que operário de usina sabia se unir. (...) Eu precisava de um orientador, procurei então a Confederação Nacional (fui eleito delegado) e a Federação dos Trabalhadores na Indústria. Fui delegado da CNTI. Recebi telegramas até da Europa, onde me mandavam seguir com a luta. Eu era ligado também ao CGT"(33).

A gratidão dos operários a Arraes tem também um outro significado. Como se pode deduzir do que vem sendo comentado até agora, o meio hostil das usinas havia mantido afastada dos seus operários a militância de esquerda, ajudado também pelo privilégio que se dava ao trabalho junto aos "camponeses". Tudo junto, o resultado objetivo fora o isolamento do operariado fabril, facilitando que o seu sindicalismo ficasse entregue às próprias contradições.

Quando Arraes chega ao Governo, é porque na verdade o crescimento da organização da classe operária em todo o Estado havia chegado a ponto de influir poderosamente para que o movimento popular tivesse fôlego suficiente de elegê-lo, mesmo contra, ou a despeito, da oposição de todas as frações da burguesia açucareiro-alimentício-têxtil. Talvez pela própria polarização do antagonismo, entre essas frações e o movimento operário, o fato é que este encontrara forças para desafiá-las e ganhar as eleições.

Entretanto, no caso do operariado das usinas, a coisa era diferente. Pela força dos muitos anos de isolamento - e,

(33) Entrevista com Apolônio Matias, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar em Pernambuco, no período de 15.04.63 a 31.03.64.

por que não dizer, do esquecimento - como tinham vivido esses operários, não era fácil incorporar-se, de uma hora para outra, ao contexto do movimento operário estadual. Além de que, este, de fato, tinha seu epicentro na Capital, e, muito embora o Sindicato aí se localizasse, o dia dos operários das usinas se processava evidentemente na Zona da Mata e não em Recife.

Vimos, nas palavras de Gregório Bezerra, que no Governo Arraes ampliaram-se sensivelmente as condições de organização e manifestação, crescendo conseqüentemente a mobilização dos trabalhadores, em busca de ampliar as organizações sindicais⁽³⁴⁾. Evidentemente esse clima não poderia deixar de afetar as atividades internas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, até mesmo pela proximidade física. Esta seria portanto uma das razões porque somente a partir de 1962 houve clima e condições para incorporar-se o operariado das usinas à Frente Sindical de Esquerda.

A outra razão, de ordem mais política, prende-se às próprias diretrizes do movimento operário, em sua instância ideológica.

Até 1960, o que empolgara as lutas populares, dando inclusive a tônica da campanha de Cid Sampaio, conforme diz Paulo Cavalcanti, foram os grandes temas relacionados ao desenvolvimento econômico. Já durante a campanha de Arraes, segundo ele, os temas debatidos acaloradamente eram as "origens internas e externas do subdesenvolvimento, os fatores do colonialismo apontados como entraves à expansão da economia e da cultura nacional, a reforma agrária reivindicada, os trabalhadores surgindo como força atuante, enfim, a Revolução Brasileira posta em questão"⁽³⁵⁾.

Ora, o moto do "desenvolvimento econômico", para resolver os problemas da população, associado como estava à indus -

(34) É o caso por exemplo do Sindicato de Palmares, organizado pesoalmente por Gregório Bezerra, na época com 30 mil associados.

(35) Cavalcanti, P., op. cit., p. 303.

trialização do Nordeste comandada pela burguesia industrial nordestina, principalmente açucareira, desgastara-se durante o Governo Cid Sampaio, em virtude dos poucos resultados concretos conseguidos. Noutras palavras, se antes fôra possível convencer as massas de que a aliança com a burguesia era já meio caminho andado em favor do atendimento das suas reivindicações, elas agora demonstravam querer ir mais a fundo nas causas dos seus problemas. Por isso o tom doutrinário dos debates dos anos 60.

Nesse clima, gigantavam-se as discussões sobre as reformas de base: reforma bancária, reforma de ensino, reforma administrativa, reforma agrária, etc., bem como a discussão sobre a remessa de lucros para o exterior, a exploração imperialista dos trusts, etc.. Enfim, em torno dos temas nacionalistas, que constituíam a essência da luta política de então (36).

A nossa hipótese é que teria sido exatamente essa *politização* que permitiu ao movimento operário urbano atrair os operários das usinas para a Frente Sindical de Esquerda, funcionando como uma alternativa ideológica concreta para guiar as ações. Como nos disse um operário de usina: "a reforma agrária era uma bandeira de luta dos 'camponeses', nós dávamos todo apoio, porque ela iria representar melhoria de condições de vida para 'todo mundo', mas nós mesmos não lutávamos por reforma agrária, a nossa luta era por melhoria salarial" (37).

Certamente, portanto, faltava-lhes uma diretriz concreta, na própria Zona da Mata, que não obtinham na luta antilatifundiária e antifeudal, capaz de trazê-los para o palco da mobilização popular, e tirá-los do "vazio ideológico" imposto pelo privilegiamento da luta em prol da reforma agrária. Consequentemente, quando a luta nacionalista - embora inserida na referência antifeudal e antilatifundiária - passou a balizar as ações mais globais em todo o Estado, ajudou, do ponto de vista ideológico, a atraí-los para o palco da luta política (38).

(36) Soares, J.A., p. 87.

(37) Entrevista.

(38) "Eu não sou comunista, nunca fui. Sou admirador de João Goulart e Miguel Arraes, principalmente Arraes. Mas sempre convivi e fui amigo dos comunistas. Também o movimento comunista nesse tempo podia ser muito grande mas não era conhecido como movimento comunista e sim como movimento nacionalista". (Entrevista).

Crescia assim o movimento operário e popular, à medida em que Arraes tentava democratizar o Estado, intermediando, pela ação deste, os conflitos decorrentes do enfrentamento direto entre as classes, num momento em que o capital se defrontava com um excedente populacional que não tinha como absorver, mas fazia pressões sobre as terras, e se mobilizava para melhorar os termos de venda da força de trabalho.

Na verdade vivia-se nacionalmente o que Octávio Ianni chamou a "crise de conjuntura, em que a economia se vê lançada, em particular a partir de 1962"⁽³⁹⁾, analisada por Francisco de Oliveira como uma crise institucional de duplo aspecto: enquanto econômica, manifestava deterioração dos salários reais e a crise de realização na indústria tradicional de bens de consumo, ao mesmo tempo em que aumentava a concentração de renda e a dinamização dos novos ramos industriais da economia (setores automobilísticos, eletrodomésticos, etc.). Enquanto política, manifestava a insatisfação dos trabalhadores com a deterioração dos níveis de vida, simultaneamente acompanhada da elevação do nível da consciência da classe operária⁽⁴⁰⁾.

A crise era vivida na Zona da Mata passando pela pressão dos usineiros, em majorar seguidamente o preço do açúcar, e pela luta dos trabalhadores, em equiparar os salários aos níveis do custo de vida. Estes, subindo aceleradamente, logo corroíam os aumentos. Como se tratava de uma prática institucionalizada há muitos anos, os usineiros buscaram enfrentá-la repassando os aumentos salariais para o consumidor. É o que nos mostra Gregório Bezerra, contando como foram rechaçados nessa intenção:

"O Governo de João Goulart, pressionado pelas massas trabalhadoras, decretou novo salário mínimo para todo o país. À zona canavieira coube um teto de Cr\$ 1.050,00 (mil e cinquenta cruzeiros antigos). Os assalariados agrícolas se alegraram, mas

(39) Ianni, O., op. cit., p. 125.

(40) Oliveira, Francisco. *A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista*. In: *Seleções Cebrap*, (1). S. Paulo, Brasiliense, 1977, p. 41-51.

os empregadores deram mostras de estar insatisfeitos: logo depois da decretação dos novos níveis de salário mínimo começa a surgir propostas dos representantes dos patrões, encaminhadas aos sindicatos de trabalhadores, no sentido de desfecharmos juntos uma campanha pelo aumento do preço do açúcar (a fim de que os novos preços - segundo eles diziam - assegurassem o pagamento do novo salário). Rechaçamos essa proposta, pois lutávamos contra a carestia de vida e sabíamos que não interessava às massas populares uma elevação nos preços das mercado rias"(41).

Era com essa crise que se defrontava Arraes, buscando, segundo ele mesmo diz, ao invés de abafar os conflitos ou dar-lhes "soluções policiais", como o faziam até então as classes dominantes em Pernambuco, deixá-los emergir, buscando, juntos, povo e Governo, soluções para os mesmos.

"Conseguiu-se instalar um Governo que não contava senão com o apoio popular, descomprometido com as forças tradicionais que sempre governaram o Estado. Embora isso fosse um passo importante, não influiu senão de maneira limitada no choque principal que se passava a nível nacional. Ele não se dava contra o sistema enquanto tal mas dentro dele. Conflitos naturais havia entre as bases populares e a burguesia em geral. Forçavam no sentido de uma maior distribuição da renda e da incorporação de camadas marginalizadas, como os assalariados agrícolas. Não eram contraditórios com os interesses dos produtores de bens tradicionais. Estes podiam vender mais tecidos, mais alpercatas, mais panelas. Haveria mais feijão e mais farinha, talvez um pedaço de carne num maior número de mesas. (...) Para isso, deve servir a democracia, para que eles se mostrem sem disfarces e possam ser conciliados ou não, segundo os dados impostos pela realidade social"(42).

(41) Bezerra, Gregório. Op. cit., p. 183.

(42) Arraes, Miguel. "Introdução" ao livro de Callado, A. *Tempo de Arraes. A Revolução sem Violência*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 27-29.

O próprio Arraes, portanto, fazendo uma análise geral do seu Governo, exprimi-lhe a essência: ouvir o povo, deixar emergir os conflitos, para solucioná-los no quadro legal das instituições vigentes, contando com o apoio popular e da pequena burguesia.

Esse mesmo projeto também representava, entendemos, as linhas gerais da ação que o PCB se propunha no quadro da democracia burguesa. Assim, embora sem compromissos com o Partido, Arraes dirigia as ações do seu Governo no sentido de quebrar os elos com o passado - a dominação total e absoluta das classes dominantes - favorecer o crescimento da organização popular, e, principalmente, aprimorar o Estado para realizar as reformas necessárias, tornando-o flexível o suficiente para absorver as reivindicações populares, em suas demandas contra as classes dominantes.

Não pretendemos *identificar* Arraes com o projeto político do PCB, mesmo porque, como se sabe, não era esta realmente a sua proposta de Governo. Entretanto, uma coisa salta aos olhos: com Arraes o PCB conseguiu levar até onde era possível - e por isso mesmo esgotar - a luta pela democracia burguesa no Brasil.

Arraes *optou* pelo movimento operário e popular, ampliando efetivamente o espaço para organização e mobilização. *Reverteu* - momentaneamente até o golpe de abril de 1964 - a própria natureza autoritária e repressiva do Estado brasileiro, por isso mesmo entrando em contradição com o resto do Estado, divergindo do próprio João Goulart. E, principalmente, levou às últimas consequências a luta nacionalista e antimonopolista. Jamais ninguém poderá apontar quaisquer concessões do seu Governo nesse sentido. Por isso mesmo teve contra si o IBAD e a Cia.

O que poderia ser a síntese desse Governo senão a experiência de *aprimoramento* do Estado, a fim de realizar as propostas nacionalistas-desenvolvimentistas de então? Vejamos, por exemplo, o teor da fala do líder sindical encarregado de discursar para João Goulart, em 1963, quando de sua visita ao Recife. O título do discurso era - "Sr. Presidente, faça as reformas e deixe os gorilas conosco":

"... temos um Governo diferente em nosso Estado. Um Governo que defende as reformas de base pelas quais os trabalhadores lutam e no qual V.Exa. se pode apoiar para fazê-las"⁽⁴³⁾.

No momento em que pôs-se, a si e o seu Governo, efetivamente ao lado do povo, Arraes desencadeou forças poderosas que não podiam admitir a existência de um precedente não democrático, não autoritário e não repressivo com relação ao Estado. Por essa razão é que entendemos que nessa "experiência democrática" levou-se às últimas consequências o projeto político do PCB. Os seus limites - as suas contradições - são também, não importa o rótulo ou o título que se dê a tal experiência, os limites e as contradições do referido projeto. Para o capital monopolista não há condições de tolerar nenhuma *ambiguidade* na natureza do Estado. Não há espaço para liberais onde vigorem "simpatias" pela organização popular, nem concessões à democracia, onde os trabalhadores imponham reduzir a exploração.

Certamente por perceber os limites desse projeto é que Gregório Bezerra vislumbra a necessidade de se preparar para novas formas de luta:

"Percorremos toda a região açucareira do Estado e alguns municípios do Agreste, andando dia e noite, de canavial em canavial, de engenho em engenho, de usina em usina, de fazenda em fazenda, explicando a todos a necessidade deles se organizarem. Sabíamos que aquele fluxo de liberdade não ia durar eternamente, sabíamos que, mais cedo ou mais tarde, seria a revanche da reação. Mas o nosso dever era fazer o máximo para conscientizar as massas exploradas, partindo das lutas econômicas nos sindicatos para as lutas políticas e para as grandes soluções revolucionárias"⁽⁴⁴⁾.

(43) Discurso pronunciado por José Apolônio Matias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Pernambuco, escolhido pelo Consintra para representar os trabalhadores pernambucanos no comício da chegada de Jango. Havia nele o sentido também de *forçar* Jango a apoiar mais decididamente o Governo Arraes, como o único que poderia efetivamente *permitir* o aprofundamento da organização popular, até o ponto em que ela pudesse de fato "segurar os tubarões". (A Hora, 03.08.63).

Em resumo, para a burguesia, apoiar a reforma agrária representava apoiar o desenvolvimento das forças produtivas, ou a expansão do capital, se ela se dirigia contra o "latifúndio improdutivo" e se não questionava as relações sociais de produção capitalistas. Assim, a luta nacionalista e antifeudal, colocada nestes termos, não lhe comprometia o projeto político de se tornar hegemônica dentro do processo de expansão do capital no Nordeste, lhe sendo até certo ponto útil, na medida em que a combatia o poder oligárquico. Também, o fato de dirigir-se primordialmente contra a estrutura fundiária (não evidenciando a condição capitalista dos latifundiários do açúcar), não somente legitimava a sua participação numa frente antifeudal, como ainda por cima contribuía para reforçar a separação entre operários e camponeses, à medida em que distinguia reivindicações de uns e de outros.

Diante da história populista brasileira, de longos anos de controle do movimento operário pelo Estado, o crescimento da mobilização dos trabalhadores rurais não lhe poderia assustar seriamente, desde que se mantivessem separados dos trabalhadores urbanos; e voltados para a luta antilatifundiária. É até possível que contassem com a ampliação de mecanismos de controle sobre os trabalhadores rurais, como existiam há vários anos, para os trabalhadores das usinas e para os operários urbanos em geral. Nessas condições não havia prejuízo em participar da Frente do Recife.

Entretanto, uma outra coisa, completamente diferente, era enfrentar o crescimento da organização dos trabalhadores, dirigida pelos comunistas e pela esquerda em geral e, principalmente, questionando diretamente as altas taxas de exploração. Não obstante a condição de "aliada", a verdade é que a realidade objetiva, ao desvendar a natureza da exploração capitalista na agroindústria açucareira como um todo e ao explicitar os antagonismos de classe, terminava por desmistificar essa condição.

4.2 - As Ligas e o "Socialismo Camponês"

Discutimos, ao longo deste trabalho, como o Partido Comunista Brasileiro se equivocara, separando mecanicamente a Indústria desenvolvida, capitalista e a Agricultura atrasada, porque nela predominaria o latifúndio feudal. Por conta dessa concepção, supunha as relações entre usina e canavial marcadas pelo domínio do latifúndio e pela exploração semifeudal dos camponeses, concebendo daí a libertação destes no bojo da luta antilatifundiária. Por essa razão, Reforma Agrária e Aliança Operário-Camponesa eram as principais bandeiras dessa luta.

Vimos também que a reforma agrária representou uma contradição no seio do movimento operário na zona do açúcar, ao colocar no horizonte político do segmento agrícola a perspectiva de transformarem-se em proprietários privados da terra, quando a própria realidade colocava novas tarefas ao movimento, particularmente o desenvolvimento da consciência de classe, ou seja, o desenvolvimento da classe "para si"⁽⁴⁶⁾.

(46) Cf. Lukács, G. *História e Consciência de Classe*. Porto, Escorpiao, 1974, p. 59-96.

A contradição ficou ainda mais evidente quando olhada pelo lado do segmento industrial, ou dos trabalhadores fabris na agroindústria açucareira. No caso concreto desses operários, vê-se que eles se identificavam com o segmento agrícola no plano da luta pelo salário, mas não compartilhavam o projeto de se transformar em camponeses. Dessa forma, estabeleceram-se dois horizontes políticos para a classe operária, o que significou dividi-la no plano do projeto e no plano da consciência. Daí porque as greves partilhadas pela força das circunstâncias, mas sem perspectivas de unidade.

Em resumo, tentamos demonstrar a impraticabilidade dos termos em que o PCB unia cidade-campo, tomando como exemplo a forma como relacionou usina-canavial, e a divisão do movimento operário que aí se processou. Evidentemente essa é também uma crítica à reforma agrária, enquanto instrumento que não conseguiu realizar a unidade, não importa os objetivos declarados.

É preciso entretanto que se diga que a reforma agrária dos anos 50-60, na forma proposta pelo PCB, tratava-se essencialmente de um instrumento da luta antilatifundiária, uma peça, certamente a mais importante, da luta nacionalista e desenvolvimentista no país. Ou seja, representava algo colocado no horizonte dos trabalhadores não para combater o capital - uma luta para depois - mas sim para *ajudar o capital*. Daí as razões de ter entrado em descompasso com a realidade.

Portanto, no plano da relação cidade-campo, o PCB, coerente com a estratégia global de desenvolvimento das forças produtivas, propunha a Aliança Operário-Camponesa, hegemônica pelo proletariado, como traço de união entre as massas rurais e o operariado urbano, caminho para combater o latifúndio improdutivo e a exploração dele decorrente, em prol da Revolução Democrático-Burguesa. Não havendo assim o objetivo de combater o capital enquanto relação social, e sim de promover o seu desenvolvimento, para o qual se requeria evidentemente a participação da burguesia. A luta do proletariado seria contra a classe retrógrada dos latifundiários, acumulando forças para um confronto posterior com a burguesia. Por isso a proposta era permanecer nos limites da legalidade burguesa,

no nível da luta econômica por melhores condições de vida⁽⁴⁷⁾.

Nesse caso, então, o que dizer da reforma agrária "radical e na marra", proposta pelas Ligas Camponesas reunidas em torno de Julião, que divergiam da concepção estratégica do PCB, se propondo enfrentar diretamente o latifúndio feudal, romper com o "atraso" e promover o Socialismo?⁽⁴⁸⁾

Porque, promover o Socialismo teria sido o objetivo da reforma agrária "radical e na marra", segundo nos dá a entender algumas discussões realizadas ultimamente, sobre os pontos de divergência entre as Ligas e o PCB. Fernando Azevedo, por exemplo, em seu estudo sobre as Ligas, concebe as divergências como reflexo dos impasses e como contradições da esquerda brasileira, diante da questão agrária e das tarefas do que seria a revolução brasileira, sendo que as Ligas teriam antecipado esses impasses, aflorados com clareza somente depois do Golpe de 64, depois do que chama de "debacle ideológico do PCB"⁽⁴⁹⁾.

Para Azevedo, a radicalização política das Ligas, síntese da virada política e ideológica, teria o conteúdo principal nas discordâncias das mesmas, sobre como o PCB entendia o caráter das contradições sociais no país:

"Seria entre 1960 e 1961 que as Ligas iriam amadurecer, ideologicamente, a palavra de ordem da reforma agrária radical, que passaria a ser o princípio estratégico da luta camponesa (...) sublinhando as suas principais divergências com o PCB, seu principal interlocutor à esquerda"⁽⁵⁰⁾.

(47) Cf. "O Programa do Partido, a Questão Agrária, a Organização e a Luta dos Camponeses". Revista Problemas, nº 64, dez/54 a fev/55.

(48) Ver a polêmica entre Julião, escrevendo no "Jornal do Comercio", e Paulo Cavalcanti, escrevendo em "A Hora". Recife, 15 e 29.09.62.

(49) Azevedo, F.A.F. *As Ligas Camponesas. Campesinato e Política*. Recife, UFPE/PIMES. Tese Ms., p. 79/80.

(50) (Idem, p. 87/89). Em cima dessa divergências, ponto inicial do afastamento entre Ligas e PCB, ocorreram as diferentes posturas, do ponto de vista prático. As Ligas partiram para a militarização, a invasão de terras, a proposta de revolução socia

E mais, para ele, esse conteúdo comporia uma percepção mais correta da revolução brasileira, face àquela que tinha o PCB:

"As divergências em torno da questão agrária, do papel e do peso do campesinato nas lutas sociais e da relação entre as ações táticas e os objetivos estratégicos, já indicavam a apreensão, pelas Ligas, de uma visão mais acabada e orgânica, do ponto de vista político e ideológico, sobre o caráter e as formas de condução da realidade brasileira"⁽⁵¹⁾.

Essa visão aprimorada e mais orgânica da revolução parece estar representada na reforma agrária radical, conduzida pelas Ligas - que pouco a pouco se propõem a ser um "partido agrário radical" - (52), no sentido de realizar a luta pela propriedade privada da terra, sob forma camponesa. Pelo menos é o que podemos concluir da análise que faz Azevedo:

"Seria ainda nesta etapa (1960-62) que o Conselho Regional define a reforma agrária radical (na marra ou na lei) como o objetivo estratégico do movimento social agrário. (...) As Ligas articulam, na sua primeira fase, a luta pelas reivindicações imediatas do campesinato - e ao assim fazer, expande e fortalece as suas Delegacias - com a denúncia e a agitação da questão camponesa, cuja resolução final já está, estrategicamente, atrelada à necessidade de uma reforma que redefina a estrutura

lista e de luta armada, e o PCB continuou com a velha política dirigida para a fundação de sindicatos, atuando, sempre que possível, dentro do aparelho de Estado, criando organismos de cúpula e lutando por melhores preços na venda da força de trabalho. Enfim, o PCB continuou firme no sentido de acumular forças para cumprir a etapa democrático-burguesa antes do Socialismo. O rompimento com o PCB oficialmente se deu durante o Congresso de Belo Horizonte, em 1961, quando as Ligas (inclusive os antigos militantes do PCB, expulsos por não aceitar as teses do V Congresso), lançaram a palavra de ordem "revolução radical e na marra". (Sobre o assunto, ver Azevedo, F.A.F. Op. cit., e Aued, B., op. cit.).

(51) Azevedo, F.A.F., op. cit., p. 92.

(52) Ou seja, que superavam o Código Civil, para realizar a reforma agrária radical. (Cf. Azevedo, F.A.F., op. cit., p. 79-85). Ver também, no jornal "Liga": "A principal bandeira de luta das Ligas Camponesas é a Reforma Agrária Radical, com base no princípio de que a terra deve pertencer a quem nela trabalha. A

fundiária" (53).

De fato, como se sabe, o PCB entendia que a revolução brasileira, em sua primeira etapa, não só não ameaçava os interesses da burguesia nacional, como também esta, por determinado período, poderia apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e os "restos feudais", através de uma frente nacionalista e democrática. Isto porque, das duas contradições fundamentais que via na sociedade brasileira - a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, e a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura - a primeira é que exigiria solução imediata, podendo a segunda ficar para etapa posterior (54).

As Ligas questionavam a subordinação dessa segunda contradição à primeira. Ou seja, não questionavam que as forças produtivas estivessem "atrasadas" pelo feudalismo. Ao contrário, a chamavam-na mais importante que a primeira contradição, em virtude de atribuírem ao monopólio da terra, como o próprio Julião afirmava, a causa de todos os problemas nacionais:

"É o monopólio da terra, vinculada ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o norte-americano, que nele se apóia para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É o monopólio da terra o responsável pela

principal palavra de ordem das Ligas urbanas é a luta pela Reforma Urbana Radical, com base no princípio de que *a casa deve pertencer a quem nela vive*, excetuando-se só os imóveis pertencentes aos arrimos de família e às viúvas pobres". (Cf. *Organização Política das Ligas Camponesas no Brasil*. Publicado no jornal *Liga*, 11.03.64).

(53) (Idem, p. 78 e 86). Aliás, essa contraposição revolução camponesa versus revolução democrático-burguesa, como sendo a essência dos diferentes projetos, respectivamente, das Ligas e do PCB, também é feita por outros autores. Ver Souza Martins, J. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 78 e 89.

(54) "Declaração Sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958". In: *PCB. Vinte Anos de Política*. S. Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 13.

baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrógradas e extremamente penosas de exploração semifeudal que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. Essa estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional e é uma das formas mais evidentes do processo espoliativo interno"⁽⁵⁵⁾.

Partindo dessa análise, concluíram que a tática do PCB, de mobilizar os assalariados rurais e trabalhar pela sindicalização, pressionando inclusive o Ministério do Trabalho nesse sentido, constituiria uma tática equivocada, porque deixava de lado o papel decisivo do campesinato no processo.

Evidentemente, o dado histórico concreto a ser levado em conta nessa virada ideológica, que veio inclusive a determinar a tática das guerrilhas, foi a experiência da revolução cubana, deflagrada do campo para a cidade, e "queimando etapas". Impressionados pelo sucesso da mesma, supuseram uma estratégia idêntica para o caso brasileiro⁽⁵⁶⁾.

Eliminar a exploração semifeudal era a proposta, levada às últimas consequências, quando as Ligas exigiam a liquidação do monopólio da propriedade da terra, exercido pela classe dos latifundiários, e a sua transformação em propriedade camponesa. Como deixa entender o manifesto lançado por Julião quando da fundação do MURB, uma vez que os resquícios feudais eram a principal causa dos problemas nacionais, o latifúndio deveria, portanto, ser atacado imediata e radicalmente, com o objetivo de caminhar para uma revolução socialista, partindo do campo e tendo por base a luta armada. Nesse momento Julião propõe uma frente constituída pe-

(55) (Cf. Julião, F. "Declaração de Belo Horizonte". In: *Que São as Ligas Camponesas?* R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, p. 82). Ver também, no jornal da Liga: "As Ligas camponesas do Brasil têm posição firmada na luta contra o Feudalismo e o Imperialismo, os quais simultaneamente exploram a grande maioria de nosso povo e subjagam a Nação" (Jornal Liga, 11.03.64).

(56) Cf. Azevedo, F.A.F., op. cit., p. 78 e 92.

los setores progressistas e revolucionários da sociedade, em que o papel de vanguarda caberia ao campesinato, numa luta pela liquidação do monopólio da terra e a sua transformação em propriedade camponesa (57).

O dado crucial portanto seriam as *formas de luta*, que deveriam destruir *imediatamente* o latifúndio. É o que transparece das palavras de Julião sobre a reforma agrária radical:

"A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país. Com a finalidade de realizar a reforma agrária que efetivamente interessa ao povo e às massas trabalhadoras do campo, julgamos indispensável e urgente dar solução às seguintes questões:

- a) Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercida pelos latifundiários, principalmente com a desa-

(57) "Deixando de lado o critério conhecido das análises das classes e camadas sociais que compõem o povo brasileiro, distinguimos claramente, duas forças em nosso país, as FORÇAS REACIONÁRIAS e as FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS E PROGRESSISTAS. (...) São forças antagônicas, que se polarizam na medida em que cada uma delas busca a defesa de seus próprios interesses. (...) São forças reacionárias aquelas que defendem intransigentemente a livre empresa, a intocabilidade ou o tabu da propriedade privada, a vinculação com os monopólios ianques, a remessa de lucros para fora do país, os acordos militares, alianças e pactos de qualquer natureza lesivos à soberania nacional e o exercício do poder político sem participação efetiva das massas. (...) São forças revolucionárias, o operariado urbano, o proletariado rural e os camponeses pobres, estes compostos de foreiros, parceiros, empreiteiros e pequenos proprietários rurais. São forças progressistas os pequenos produtores, os pequenos comerciantes, os camponeses médios, os estudantes e intelectuais pobres, os padres e pastores realmente cristãos, os comerciários, os pequenos funcionários públicos, os soldados, marinheiros, cabos e oficiais patriotas". (Cf. Julião, F. "Teses para Debates". In: Azevedo, F.A.F., op. cit., p. 150-151). Documento lançado pelas Ligas em 12 de junho de 1963, onde Julião propõe criar o MURB (Movimento Unificado da Revolução Brasileira).

propriação, pelo Governo Federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.

- b) Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas" (58).

Como se vê, denominando o imperialismo de "relações antieconômicas e antisociais", é óbvio que lhe atribui o papel de causador do "atraso" da agricultura e entrave do desenvolvimento nacional. Aliás, Julião considerava o latifúndio decadente (improdutivo) como o "nó frágil" da estrutura de classes brasileira:

"O latifúndio absenteísta, improdutivo, é um alvo ideal. Deve-se sempre começar por ele, como o faria uma armada, face a um inimigo concentrado. Não se deve atacar a usina senão na etapa avançada da luta, quando o desenvolvimento irresistível do movimento camponês sensibilizou os setores mais ativos da cidade, isto é, os operários, os intelectuais e os estudantes e os que podem se interessar pelo sindicalismo rural" (59).

Onde encontrar nessa formulação, qualquer perspectiva de unidade? Pelo contrário, para Julião, a relação entre canavial e usina não teria absolutamente nenhum caráter histórico, podendo-se supor portanto uma agricultura "autônoma" produzindo para uma indústria que há muito tempo sobre ela tinha o comando.

Assim sendo, como se poderia considerar esta proposta mais acabada que a do Partido Comunista, como o faz Fernando Azevedo? De que forma ia além? Onde encontrar objetivos outros

(58) Cf. "Declaração de Belo Horizonte". In: *Que São as Ligas Camponesas?* p. 84.

(59) Julião, F. *Cambão: A Face Oculta do Brasil*, p. 155.

que não a reivindicação da propriedade privada? Do que podemos constatar, se existiam, não foram colocados, pelo menos com respeito à evolução do processo político na zona do açúcar.

Aliás, quebrar o poder político dos latifundiários, também na sua visão, aliados do imperialismo, determinava uma inflexão no pensamento de Julião, colocando o campesinato enquanto vanguarda da revolução brasileira, interpretando como *política* a luta contra o latifúndio e *econômica* a luta pelo salário:

"Da mesma maneira que o Sindicato luta pelo salário, a liga luta pela terra; o salário é um copo d'água; a terra é a fonte que enche o copo; o salário é uma promessa, a terra é um milagre; e é uma esperança, a terra é uma liberdade" (60).

Como vimos, se o esquematismo é o mesmo, a divergência ia mais fundo, aprofundando-se a divisão, na concepção que tinham, as Ligas, do Socialismo, e de que classe seria vanguardista no processo revolucionário.

Quando Julião propõe unificar as forças revolucionárias em torno de um programa radical, e lança o documento de 12 de junho de 1963, suas propostas constam de uma série de reformas que chama de radicais, cuja força motriz é definida enquanto "forças revolucionárias e progressistas", contrapostas às "forças reacionárias" que exploram e expoliam as massas. Ou seja, tomando-se o sentido, formulava a equação reforma agrária radical igual a socialismo:

"Queremos a Revolução Brasileira, isto é, a mudança da estrutura política e social do País. Quem vai fazer essa Revolução? A direita, o centro ou a esquerda? Serão as massas. Mas as massas unidas. As massas organizadas. As massas conscientes do seu papel histórico. Exigindo reformas. Mas que reformas? Simples reformas de base? Não. Reformas de base radicais. Sim. Porque as de base pura e simplesmente, querem a direita e o centro, uns com a constituição reformada outros sem isso. De reformas de base já falava o imperialismo em

(60) Idem, p. 159.

Punta del Este. De reforma de base fala o latifúndio. Impõe-se assim, que se acrescente o adjetivo *radical* a cada reforma de base para que seja reforma de verdade e nunca uma mistificação, um engodo, uma mentira, para enganar as massas"⁽⁶¹⁾.

Veja-se que o momento coincide com um debate interno nas Ligas, sobre a necessidade de criar uma estrutura democrática e centralizada, que impusesse uma política unitária, capaz de coordenar as ações das bases e superar as divergências internas entre as várias frações. Queria-se o socialismo. A saída proposta era reestruturar organicamente as Ligas, a fim de consolidar, inclusive na cidade, a luta contra o latifúndio semifeudal e o imperialismo, com base no princípio de que "a terra deve pertencer a quem nela trabalha" e "a casa deve pertencer a quem nela vive"⁽⁶²⁾.

Isto é, rejeitava-se a aliança com a burguesia, não por ser burguesia mas por ser latifundiária. Da mesma forma a luta pela terra não era contra o capital e sim pelo direito à terra concentrada em mãos da burguesia. Não estava em jogo, na luta antilatifundiária, as relações sociais de produção capitalistas, mas sim o latifúndio em si. Daí porque fixar-se nos conflitos imediatos, ocorridos no próprio campo, a serem resolvidos quando todos fossem proprietários de uma fatia da terra, e também, talvez, de u-casa.

As divergências, realmente, se situavam em torno da questão tática: enquanto o PCB propunha uma reforma agrária pela via legal, as ligas a queriam com os camponeses resistindo diretamente, cada um em seu pedaço de terra. (Era o caso não somente da reforma agrária mas também da reforma urbana). Por isso mesmo, concordamos com a análise que faz Aued: as Ligas levaram ao máximo que puderam o conteúdo programático do próprio PCB, sem que tenham ultrapassado o campo das reivindicações por melhoria de vi-

(61) Julião, F. "Teses para um Debate: Unificar as Forças Revolucionárias em Torno de um Programa Radical". Publicado na íntegra por Fernando Azevedo, op. cit., p. 152

(62) Idem, p. 152 e 163.

da, o campo das lutas econômicas⁽⁶³⁾. É o que ela nós diz na seguinte passagem:

"Teria sido um grave erro histórico se o PCB prescindisse de sua atuação junto às Ligas Camponesas, pois o caráter revolucionário deste movimento é inquestionável, se considerado na perspectiva mais ampla de emancipação do proletariado. Todavia, o PCB não soube (debilidade teórica) desenvolver, foi incapaz de converter as Ligas Camponesas num órgão superior de lutas, num movimento politicamente consciente de suas metas, de seu caráter de classe. O PCB não conseguiu impulsioná-lo adiante, ir além da reivindicação - "*terra para os homens sem terra*". Não conseguiu transformar esta proposição em uma que pusesse fim à sociedade de classes"⁽⁶⁴⁾.

Na verdade, a polêmica entre o PCB e as Ligas, ou os Julianistas, como também eram chamados, pretendendo se situar no plano estratégico, de divergência quanto ao caráter da revolução - o PCB propugnava a etapa democrático-burguesa e Julião a revolução socialista - se desenrolava entretanto dentro dos marcos estabelecidos pelo PCB em sua análise da realidade brasileira. Tanto uns quanto outros partiam da concepção de que a agricultura brasileira era atrasada porque era dominada pelos "restos feudais". Partindo da mesma perspectiva - o "atraso" da agricultura - os caminhos se diferenciavam nos seguintes aspectos:

a) Quanto aos métodos de luta para superar o atraso. O PCB defendia a participação da burguesia no esforço para desen-

(63) Estrategicamente, a reforma agrária radical não se diferenciava da proposta do PCB, a não ser com respeito à participação da burguesia nacional no processo de desenvolvimento da agricultura (o que se explicava uma vez que a proposta das Ligas era o desenvolvimento de uma agricultura inteira e totalmente camponesa). Acontece que a rejeição da aliança com a burguesia e a radicalização da luta antilatifundiária era tida como "revolucionária", porque desembocava na formulação "*terra para os homens sem terra*", considerado o mais revolucionário dos projetos *para o conjunto da sociedade*. Ergia-se, portanto, a reivindicação imediata (econômica) de uma camada da sociedade em projeto político global para esta: o socialismo baseado na produção camponesa. Impressionados pela revolução cubana, viram no exemplo uma possibilidade de concretizar a revolução brasileira, pelos caminhos radicais. E radicais para eles possuía o sentido de revolucionário. (Cf. Aued, op.

volver as forças produtivas. As Ligas queriam esse desenvolvimento sem o concurso da burguesia, dentro de uma frente progressista e revolucionária.

b) Quanto ao caminho para chegar ao socialismo, o PCB entendia uma etapa necessária anterior, em que desenvolver-se-ia o capital. As Ligas entendiam desnecessária tal etapa, porquanto a base do Socialismo deveria ser uma agricultura de natureza camponesa.

Em alguma coisa mais portanto as Ligas divergiam do PCB: conseguiam esboçar um Socialismo camponês, que desconsiderava completamente o significado da luta antimonopolista no Brasil. Porque, mesmo de maneira incompleta, ou se equivocando, o PCB se inseria na perspectiva marxista-leninista da unidade indissolúvel entre campo e cidade.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES: A CISAÇÃO PELA REFORMA AGRÁRIA

5 - CONCLUSÕES: A CISÃO PELA REFORMA AGRÁRIA

Com o objetivo de contribuir para a História das lutas sociais no campo, tentamos neste trabalho reconstruir a trajetória do movimento sindical na Zona da Mata de Pernambuco, no período 1945-64. A intenção de resgatar uma visão do conjunto do movimento sindical, teve por base o desenvolvimento histórico das relações de classe entre trabalhadores da usina e do canavial, passando pelos cortes e mudanças processados nesse padrão de desenvolvimento, fixando-nos principalmente naqueles ocorridos a partir da década de 50.

Tais relações, por sua natureza contraditória, (de correntes de vários fatores, entre os quais o caráter diferenciado e integrado do processo produtivo na agroindústria e das formas de subordinação do trabalho no setor agrícola, institucionalizadas ao longo do processo histórico de desenvolvimento do capital), cristalizaram um mundo de diferenças entre trabalhadores da usina e do canavial, contextualizadas (e conceptualizadas) em termos de *mundo de operários e mundo de camponeses*.

Vimos que as transformações na produção açucareira, inclusive as mudanças nas relações de trabalho nos anos 50 e 60, fazem parte de um processo mais amplo, que se deu a nível nacional, de subordinação total da agricultura ao capital, o qual, embora não tenha ocorrido no mesmo nível e na mesma intensidade em todas as regiões, representou a consolidação da agricultura em ramo da produção capitalista. Desse modo, a primeira consideração acerca das lutas de classe na Zona da Mata de Pernambuco, é que elas se inserem no processo nacional de transformação da agricultura, naquele momento aumentando a produtividade, intensificando o trabalho e subordinando-o totalmente ao capital.

Do ponto de vista da reprodução do capital, estava em jogo a necessidade de baratear os custos do açúcar, reduzindo-lhe o valor, não só devido à necessidade de competir com o açúcar produzido no Centro-Sul, como também porque abria-se a possibilidade, com a saída de Cuba, de colocação do açúcar nordestino no mercado americano. Era portanto uma conjuntura de expansão da produção, em que tornou-se vital produzir mais mercadorias e com menor valor, e em que, na impossibilidade de aumentar substancialmente a produtividade industrial, o recurso foi a expansão da â-

rea cultivada e a intensificação do trabalho agrícola. Tratava-se de um momento em que ao capital impunha-se destruir os sítios e roçados, acabando assim com a meia, a terça, a condição e o "cambão". Interessava-lhe fundamentalmente a obtenção de mais valia relativa, possível na medida em que dispunha da propriedade agrária sob forma concentrada, com o que garantia as alterações de ritmo e intensidade do trabalho.

Portanto, por mais que se levem em conta fatores internos do contexto estadual, não se pode desconhecer que se processava na agroindústria açucareira pernambucana a expansão do capital monopolista, nem deixar de relacionar as lutas ali travadas ao que ocorria a nível nacional.

À medida em que expandiu-se o capital, agudizaram-se as contradições sociais. Para os trabalhadores agrícolas estava em jogo principalmente a deterioração imediata das condições de vida, não somente pela perda dos sítios e roçados, ou seja, pela impossibilidade concreta de ter acesso ao pedaço de terra onde vinham produzindo diretamente uma parte substancial dos meios de subsistência, como também porque o crescimento do exército de reservas imediatamente deprimiu os salários, para aquém dos níveis mínimos de sobrevivência. Exatamente por essa razão recaiu sobre a força de trabalho agrícola - naquele momento mais vulnerável e desorganizada que a força de trabalho industrial - a parte maior dos custos da expansão.

A essa violência, os trabalhadores responderam com a luta por emprego, por salários mais justos, por acesso à Legislação Trabalhista e por acesso à terra. A consciência imediata, estruturada nos elementos da vida material, identificou a fonte da exploração na impossibilidade de ter acesso à terra e dela tirar o seu sustento, e com tais elementos reivindicou a sua posse. Este seria, por assim dizer, o dado fundamental, objetivo, que explica as reivindicações imediatas dos trabalhadores expulsos e sob o qual se baseou a luta pela terra nos anos 50-60. Do ponto de vista estrutural, o comportamento remonta às condições peculiares como se formou e desenvolveu o proletariado na agroindústria açucareira, especialmente a forma tradicional como se reproduzia a força de trabalho, produzindo ela mesma parte dos meios de subsis

Mas a violência das transformações não explica porque a questão da terra foi formulada politicamente em termos de Reforma Agrária, enquanto solução para a exploração. Embora a luta pela terra se tenha desenvolvido no bojo do processo de expulsão - o que lhe confere o caráter de luta contra a deterioração das condições de vida dos trabalhadores expulsos - ela se revestiu do conteúdo político conferido pelas diferentes forças que dirigiam o movimento de massas no campo, como foi o caso, visto aqui, do PCB.

Lutar por terra correspondeu à forma como emergiu a consciência. Não pretendemos negar-lhe a importância. Tentamos, entretanto, compreendê-la num quadro mais abrangente, que pudessem explicar, entre outras coisas, porque os trabalhadores lutaram pelo salário e pelos direitos trabalhistas, e simultaneamente consideravam os latifundiários os inimigos principais e a Reforma Agrária sua principal bandeira política, quer como meio de desenvolver as forças produtivas do capital, e acumular forças, como a queria o Partido Comunista Brasileiro, quer "radical e na marra" como a queriam os Julianistas. Em resumo, buscamos compreender porque ela assumiu muito mais que apenas o caráter de luta imediata, e, no caso do PCB, terminou representando o nexo entre as condições objetivas - destruição das relações tradicionais de trabalho e aparecimento das novas relações - e as ações.

Assim, se a luta pela terra foi politicamente formulada pelo Partido Comunista Brasileiro, em termos de luta em prol da Reforma Agrária (distribuição de terras acompanhada de crédito, assistência técnica, etc., aos camponeses pobres), considerados os aliados do operariado nas lutas em prol das reformas - inclusive, as reformas de caráter urbano, também inseridas na mesma estratégia de desenvolver as forças produtivas do capital - nessa questão, interessou-nos particularmente compreender o sentido que teve essa proposta na Zona da Mata de Pernambuco, para o conjunto dos trabalhadores, do canavial e da usina. Partimos do suposto que não é suficiente afirmar que "os operários da cidade e do campo apoiavam a Reforma Agrária". Afinal, se era uma proposta que direcionava a luta política no campo, o que propunha para o proletariado rural? Se era, como indicam os documentos da época, uma proposta de parcelamento da terra, como se situavam os operários face a esse parcelamento?

Em primeiro lugar, pela própria concepção que tinha do desenvolvimento do capital no Brasil - imperialismo agente ex terno aliado dos latifundiários - o PCB não relacionava usina e canavial do ponto de vista histórico. Tomava a relação *como ela aparecia*, como *desigualdade* resultante da presença dos resquícios feudais, produzindo uma estrutura social formada por camponeses e operários. Diagnosticava portanto problemas *no campo*, resultantes da agricultura pré-capitalista. Ou seja, estar-se-ia em presença de um outro modo de produção, na figura dos resquícios feudais, convivendo com o capitalismo industrial, e não em presença do desenvolvimento capitalista da agroindústria açucareira como um todo, com suas relações historicamente determinadas, entre usina e canavial.

Aliás, ressalte-se a proximidade desse tipo de análise com a discussão sobre modos de produção articulados, isto é, outros modos de produção, convivendo com o capitalismo na agricultura. Como se vê, também no passado, essa concepção não entendia as contradições do capital, mas ia em busca de outro modo de produção para explicá-las.

Depois, a concentração fundiária, tida como a grande barreira ao desenvolvimento capitalista, era também considerada a causa da exploração dos camponeses. Barreira porque entendia-se faltar o mercado interno, capaz de consumir os produtos industrializados, donde se deduzia ser necessário dividir a terra, desconcentrá-la, supondo-se estar a burguesia interessada nessa desconcentração e ser o Estado capaz de apoiá-la. Dentro do mesmo raciocínio, entendia-se que a exploração dos camponeses decorria da coerção extra-econômica, oriunda do atraso da agricultura ou de relações pré-capitalistas. Daí a suposição do capitalismo nacional, harmônico, democrático, capaz de garantir aos camponeses apropriar-se da renda que lhes sugava os latifundiários.

Conseqüentemente, não se cogitava do interesse da burguesia em expandir - e apropriar-se - da renda diferencial, e como tal concentrar ainda mais a terra. Nesse aspecto é evidente que o capital resolvera a contradição clássica com a propriedade fundiária, que não era mais empecilho ao desenvolvimento das for

ças produtivas, sendo, ao contrário, o caminho por onde consumir os produtos industriais - fertilizantes, corretivos, tratores, etc. - não precisando a indústria nacional do mercado interno para tal fim. Ao contrário, o desenvolvimento do capital monopolista "pedia" concentrar os meios de produção, expandir o proletariado e unificar o exército de reserva urbano e rural. Com o patrocínio do Estado.

A Reforma Agrária, apesar das poucas explicitações e da maneira vaga como era formulada, continha, basicamente, as linhas gerais de ação para uma ampla distribuição de terras aos camponeses pobres, acompanhada de ações de crédito rural, financiamento da produção, assistência técnica, etc. Na forma como era concebida significava, do ponto de vista econômico, o caminho para eliminar os resquícios feudais, desenvolver as forças produtivas no campo e criar um mercado interno que desse sustentação à industrialização. Do ponto de vista político, significava o caminho na luta contra os latifundiários aliados do imperialismo e inimigos dos camponeses, da classe operária, do campesinato, da burguesia nacional progressista e de algumas categorias da pequena burguesia urbana, como os estudantes e os intelectuais. A Reforma Agrária, tal qual a Reforma Bancária, a Reforma Urbana, a Reforma da Educação, etc., fazia parte do conjunto de Reformas a levar a cabo na realização da Revolução Democrático-Burguesa, etapa essencial para o desenvolvimento do capitalismo nacional e no caminho rumo ao Socialismo.

Colocado o Imperialismo na condição de agente externo, aliado dos latifundiários e impeditivo do desenvolvimento, a solução proposta era o parcelamento das terras como meio de acabar com a propriedade agrária concentrada - naquele momento entendida como latifúndio remanescente do feudalismo - e desenvolver uma nova forma de propriedade agrária capitalista, desconcentrada, parcelada, chamada naquele momento de camponesa, pressupondo assistência técnica e financeira do Estado, permitindo a criação de um mercado interno e a expansão do capitalismo no campo. A base social dessa proposta repousava, principalmente, nas transformações econômicas de uma via "farmer", que permitisse à burguesia nacional realizar o desenvolvimento autônomo do capita

lismo Brasileiro, desalojando o Imperialismo do país, acabando com os restos feudais e com a coerção extra-econômica, incompatível com o capitalismo. Tudo, enfim, se comprometia com a luta contra o monopólio privado da terra, considerado um entrave ao capital, o qual viria a se expandir uma vez destruída a propriedade agrária concentrada - o latifúndio - e desenvolvida a propriedade parcelária.

Taticamente, a proposta exigia, claro, a realização de alianças entre a classe operária, o campesinato e a burguesia, no sentido de estabelecer o capitalismo nacional, ou seja, exigia que a classe operária lutasse por melhores termos de venda da sua força de trabalho, nos marcos das Reformas (Reforma de Base, Reforma Bancária, Reforma Administrativa, Reforma Agrária, etc.), enfim, dentro do que possibilitasse o avanço - até onde fosse possível - da burguesia nacional, vacilante mas essencial, naquela etapa da revolução brasileira. Portanto, a Reforma Agrária materializava a Aliança Operário-Camponesa, considerada imprescindível para as transformações capitalistas no campo, atraindo esforços de todas as camadas da sociedade conscientes do problema central das massas camponesas e urbanas - a miséria e a fome.

Por trás desse projeto político pequeno burguês - estava a perspectiva da burguesia nacional não monopolista cumprir seu papel histórico, libertando-se da barreira da propriedade fundiária, expandindo a pequeno-burguesia enquanto classe - ou seja, criando o campesinato enquanto força econômica capaz de dar sustentação ao desenvolvimento do capitalismo - e ao mesmo tempo aprofundando a proletarização dos camponeses pobres, libertos das sobrevivências feudais, capazes portanto de se aliar ao proletariado. Nesses termos era um projeto político cujo caráter se igualava ao que propunha Lenin para a Rússia czarista.

No caso concreto da Rússia, precisando vencer a monarquia e os latifundiários feudais, dizia Lenin:

"Em países como a Rússia a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo (...). A revolução burguesa é precisamente uma revolu-

ção que mais decididamente varre os restos do passado, os restos do regime de servidão"⁽¹⁾.

Evidentemente a luta pela terra na Rússia de 1905, era o próprio *objeto* da luta política, uma vez que não se tratava de negar o capitalismo mas sim de expressar as suas mais puras exigências⁽²⁾.

Primeiro porque se tratava de construir a república democrático-burguesa como etapa necessária ao socialismo, derrubando a autocracia e o czarismo, atraindo o campesinato para o nível de consciência do proletariado e transformando-o em aliado, a fim de consumir a revolução democrático-burguesa⁽³⁾. Depois, porque o caminho para construir a democracia, nas condições da Rússia, passava pela "unidade de vontade" do proletariado com o campesinato, baseada na unidade de interesses momentaneamente estabelecida entre as duas classes, necessária para derrubar o governo anterior e realizar a ditadura democrática do proletariado e do campesinato⁽⁴⁾.

Ao contrário, no caso do Brasil, a classe operária se defrontava com as contradições do capitalismo desenvolvido, embora, devido à sua natureza parasitária, aparentemente atrasado. Tratava-se portanto de derrotar o capital em sua forma imperialista e avançar rumo ao socialismo, e não de acabar com o imperialismo para desenvolver o capital. Dividir a terra, fazendo dela o *objeto* da luta política, era por conseguinte um retrocesso.

O importante desse processo todo é o dado concreto de que, com a reforma agrária - a mais revolucionária das propostas burguesas para unir a luta do campo com a luta da cidade - o movimento operário andou até onde pôde: esgotou o projeto político do Partido Comunista Brasileiro, levado às últimas consequências no Governo Arraes. Ou seja, levou até onde pôde a luta econô

(1) Lenine, V.I. "Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática". In: *Obras Escolhidas*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 406.

(2) Lenin, V.I. *Teoria de la Question Agraria*. México, Cultura Popular, 1978, p. 233.

(3) Idem, "Duas Táticas da Social-Democracia", p.404-442 e 452.

(4) Idem, p. 432-433.

mica do campo e da cidade, cobrando a partir daí uma nova perspectiva de unidade, que intente superar as contradições do capital.

Por outro lado, a prática tem demonstrado que a reforma agrária é uma espécie de "tabu" para a esquerda brasileira em geral, e, infelizmente, também para os comunistas em particular. Atrever-se a criticá-la implica em desencadear apaixonadas discussões, no sentido de demonstrar que ela teria representado a força vigorosa animando o movimento operário e popular nos idos de 55/64. A tese, defendida mesmo por aqueles que discordam e criticam a maneira como o PCB formulou - e lutou - pela reforma agrária, é que ela representou a principal bandeira política de mobilização no campo. É o caso do remédio que é bom mas o uso é que teria sido "mal-feito".

Exatamente por isso ela é invocada ainda hoje, no sentido de demonstrar a sua necessidade no quadro político atual. Os argumentos apresentam-na revolucionária (o epíteto de radical e na marra é coisa do passado), pois, primeiro, atacaria aquilo que é mais caro ao capital: a propriedade fundiária concentrada, e, segundo, destruindo a concentração fundiária *abalaria* a concentração do capital.

Sem falar que reforma agrária tem um sentido histórico preciso, dentro da História de todas as sociedades, seria o caso de perguntar aos defensores da reforma agrária atual: o que *ajuda* a derrocada do capitalismo é a desconcentração de meios de produção ou é a luta pela superação das contradições sociais? Se a agricultura é esfera da acumulação tanto quanto na indústria, e se a concentração é o dado essencial tanto num quanto noutro setor, a luta pela propriedade privada do meio de produção terra não será uma desconversa? Tanto quanto o seria falar-se nas fábricas como propriedade privada dos operários?

Além da reforma agrária escamotear o Socialismo, uma vez que divide a sociedade em dois projetos distintos - campo e cidade - ela também é incapaz de favorecer a unidade da luta política de todos os segmentos da classe operária. Tentamos refletir sobre essa questão ao longo dos capítulos anteriores, colocando os impasses que a proposta da reforma agrária levou para *dentro* do movimento operário na Zona da Mata de Pernambuco, em razão da

razão da divisão política e ideológica que provocou, caracterizada numa parte do operariado que colocava em seu horizonte estratégico o objetivo principal de se transformar em "camponês", e na outra parte - o operariado das usinas - que apoiava essa perspectiva por considerá-la correta para a outra classe, a classe dos "camponeses".

Dessa maneira, no caso concreto da Zona da Mata de Pernambuco, mesmo tendo representado uma bandeira política de grande envergadura e forte apêlo popular - porque imediata - a reforma agrária significou principalmente dividir a classe operária naquilo que ela tem de mais essencial: a sua identidade basilar, de classe em si. Sem falar nas consequências a nível do projeto político e da consciência de classe.

A natureza do imperialismo é a heterogeneidade, é a desigualdade no plano econômico. Dela se aproveita para dividir a classe operária cada vez mais, no sentido de evitar o socialismo. Lenin compreendeu-lhe essa determinação, que rebaixa a luta política ao nível economicista, quando salientou a batalha travada dentro do movimento operário internacional contra o oportunismo de não colocar nada mais que tarefas imediatas à revolução.

BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS

BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS

A) LIVROS E ARTIGOS:

A.C.O. Manoel do Ó. *100 Anos de Suor e Sangue. Homens e Jornadas da Luta Operária do Nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1971.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. S. Paulo, Brasiliense, 1973.

_____ *O Planejamento Regional e o Programa Agrário no Brasil*. S. Paulo, Hucitec, 1976.

_____ "Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais no Nordeste" (1957-64). In: *Temas* (8). S. Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 115-132.

_____ "Prefácio". In: SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes: Nacionalismo em Crise*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1982.

ARRAES, Miguel. *Brasil: Pueblo u Poder México* ... 1971

AZEVEDO, Fernando Antônio Farias de. *As Ligas Camponesas. Campesinato e Política. 1955-64*. Recife, 1980. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia - PIMES/UFPe), mimeografado.

AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*. 2a. edição, S. Paulo, Melhoramentos, 1958.

BARRIGUELLI, José Cláudio. *Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956)*. São Carlos, UFSCar, 1981, v.1.

_____ *A Questão da Questão*. S. Carlos, s/data, xerox.

BARRIGUELLI, José Cláudio et alii. *A Questão Agrária no Brasil: 1870/1975*. São Carlos, UFSCar, 1979. (Texto apresentado para discussão no IV Encontro do Grupo de Movimentos Sociais no Campo/PIPSA. Recife, 1979), mimeografado.

BARROS, Souza. *A Década 20 em Pernambuco. (Uma Interpretação)*. R. Janeiro, s/ed, 1972.

BASBAUM, Leônício. *História Sincera da República (1930/1960)*, São Paulo. Alfa-Omega, 1976, v.3, 4a. edição.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Dois volumes. (Primeira e Segunda Parte). R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

BRADLEY, Sandra. *Açúcar & Poder*. Recife, 1977. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia - PIMES. UFPe), mimeografado.

BRANDÃO, Octávio. (Fritz Mayer). *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires, s. ed., 1926, xerox.

CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes. A Revolução sem Violência*. 2a. edição, R. Janeiro, Paz e Terra, 1979.

CAMARGO, Aspazia Alcântara de. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Paris, Université de Paris, 1978. (Doutor

CAMILO DE MELO, Josemir. "Implantação dos Engenhos Centrais". In: *Encontro Realidade Nordestina*, de 19 a 21 de novembro, 1980. UFPb/Campus de Campina Grande, p. 41-66, mimeografado.

CARNEIRO, Ricardo e CABRAL, Pedro Eugênio. *As Transformações Recentes na Agricultura no Nordeste. (Relações de Trabalho e Formas de Apropriação do Excedente)*. Recife, UFPe/Deptº. de Economia/ PIMES, outubro, 1978, mimeografado.

CARNEIRO, Wilson. "Estrutura Econômica da Indústria Açucareira de Pernambuco". (II) In: *Revista Brasiliense*, (46). S. Paulo, março/abril, 1963, p. 29-35.

"Economia Canavieira em Pernambuco". In: *Revista Brasiliense* (42). S. Paulo, julho/agosto, 1962, p. 49-57.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu Conto como o Caso Foi. (Da Coluna Prestes à Queda de Arraes)*. (Memórias). 2 volumes. S. Paulo, Alfa-Omega, 1978.

CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro. Conflito e Integração - 1922-1972*. R. Janeiro, Edições Graal, 1982.

CONTAG: *Anais do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*, Brasília, Contag.

CORDEIRO, Cristiano. "Proletariado às Urnas!" In: *Vidas Secas* (1), Recife, junho, 1980, p. 17-23.

DOCUMENTOS. PCB: *Vinte Anos de Política, 1958-1979*. S. Paulo, Ciências Humanas, 1980.

"Tesis Presentadas por el Comité Ejecutivo del Partido Comunista del Brasil". (III Conferência Nacional de Julho de 1946). In: *Documentos de Luiz Carlos Prestes*. Buenos Aires, xerox, 177 p.

"Tesis Presentadas por el C.E.N. del P.C. del Brasil para la Discusión de todos sus Afiliados en Vésperas del Iv Congreso". In: *Documentos de Luiz Carlos Prestes*. Buenos Aires, xerox, 177 p.

- _____ "Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil". In: *Problemas* (54) fevereiro, 1954, xerox, p. 7-27.
- _____ PRESTES, Luiz Carlos. "Sobre o Programa do P.C.B.". In: *Problemas* (54) fevereiro, 1954, xerox, p. 29-43.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco: 1840/1910*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FAUSTO, Bôris. *Pequenos Ensaios de História da República*. Caderno Cebrap, nº 10, 2a. edição, S. Paulo, Brasiliense, s/data.
- FIGUEIRA, Pedro Alcântara. *Reforma Agrária*. São Carlos, UFSCar, 1980, xerox.
- FIGUEIRA, Pedro de A. e MENDES, Claudinei. "Estudo Preliminar". In: *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. S. Paulo, Grijalbo, 1977.
- FONSECA, Gondim de. *Assim Falou Julião...* 3a. edição, S. Paulo, Fulgor, 1962.
- FÜCHTNER, Hans. *Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores. Organização e Função Política*. R. Janeiro, Edições Graal, 1980.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio, Raul. "Salário e Campesinato". In: *Encontro Realidade Nordestina, de 10 a 12 de junho, 1980*. UFPB/Campus de Campina Grande, p. 3-73, mimeografado.
- GOLDFARB, Fany. *As Relações Entre a Indústria e a Agricultura*. 1978, mimeografado.
- GRAMSCI, Antônio. "Alguns Temas da Questão Meridional". In: *Temas*, (1), S. Paulo, Ciências Humanas, 1977, p. 19-46.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista*. Campinas, 1980. (Tese de doutoramento apresentada ao Deptº. de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, mimeografado.

- GRAZIANO DA SILVA, J. e Wanderley, M. Nazaré B. "Apresentação" de *A Questão Agrária no Brasil*. (Texto dos Anos 60). S. Paulo, Brasil Debates, 1980, 2a. edição.
- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. R. Janeiro, Edições Graal, 1978.
- IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 2a. edição.
- _____ *O Colapso do Populismo no Brasil*. R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, 3a. edição, revista.
- _____ "Modelos Políticos Brasileiros". In: *Tudo é História*. Cadernos de Pesquisa, (2), S. Paulo, Brasiliense, 1978, p. 57-80.
- _____ "A Questão Nordeste". In: *Comunicações* (28), UFPe/PIMES, Recife, 1980, p. 1-27.
- _____ *A Classe Operária Vai ao Campo*. Caderno Cebrap nº 24, 2a. edição, S. Paulo, Brasiliense, 1977.
- JULIÃO, Francisco. *Que São as Ligas Camponesas?* R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- _____ *Cambão: La Cara Oculta de Brasil*. México, Siglo Veintiuno, 1968.
- JÚNIOR, Theotônio. "O Movimento Operário no Brasil". In: *Revista Brasiliense*, (39), S. Paulo, janeiro/fevereiro, 1962, p. 100-118.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. R. Janeiro, Laemmert, 1968.
- KOURY, Mauro. *O Bagaço da Cana (Um Estudo de Ideologia na Região do Açúcar)*. Recife, 1976. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia - PIMES/UFPe), mimeografado.

LAVAREDA FILHO, J.A. Guimarães. *Montagem Partidária no Início da Quadra Democrática (45-47)*. Recife, 1980. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia - PIMES/UFPE), mimeografado.

LEITE LOPES, José Sérgio. *O Vapor do Diabo. O Trabalho dos Operários do Açúcar*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LENIN, V. I. "El Imperialismo y la Escision del Socialismo". In: *Obras Escogidas en Doce Tomos*. Moscú, Progreso, 1976, T.6, p. 126-142.

_____ "El Problema Agrario y los Críticos de Marx". In: *Teoría de la Cuestión Agraria*. México, Cultura Popular, 1976, 1a. edición, p. 53-196.

LENIN, V. I. Ulianov. "Projeto de Programa do Partido Social-Democrata e Explicação desse Projeto"; "Nosso Programa"; "Um Novo Massacre"; "Sobre a Necessidade de Fundar o Sindicato de Operários Agrícolas da Rússia". In: *Sobre os Sindicatos*. S. Paulo, Editorial Livramento, 1979, p. 12-13; 34-38; 48-53; 260-264.

LENINE, V. I. "Marxismo e Revisionismo". In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, v.1, p. 40-46.

_____ "A que Herança Renunciamos?" In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, v.1, p. 47-78.

_____ "Que Fazer?" In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, v.1, p. 79-208.

_____ "Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática". In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, v.1, p. 381-472.

_____ "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo". In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, v.1, p. 575-671.

- _____ "Uma Grande Iniciativa". In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, v.3, p. 139-160.
- _____ "A Doença Infantil do 'Esquerdismo' no Comunismo". In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979, v.3, p. 275-349.
- LEVINE, Robert, M. *A Velha Usina*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- LOYOLA, Maria Andrêa. *Os Sindicatos e o PTB*. R. Janeiro, Vozes, 1980.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto, Publicações Escorpião, 1974.
- MARIGHELLA, Carlos. "Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil". In: *A Questão Agrária no Brasil*. (Textos dos Anos Sessenta). Apresentação de José Graziano da Silva e Maria de Nazaré B. Wanderley. S. Paulo, Brasil Debates, 1980, 2a. edição.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política*, Petrópolis, Vozes, 1981.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. S. Paulo, Martins Fonte, 1977.
- _____ *Miséria da Filosofia*. S. Paulo, Grijalbo, 1976.
- _____ "Trabalho Assalariado e Capital". In: *Textos*. S. Paulo, Ediciones Sociais, s/data, v.III, p. 60-82.
- _____ *O Capital Livro I Capítulo VI (Inédito)*. 1a. edição, S. Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- _____ *O Capital*. R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, Livro 1, vs. 1 e 2; Livro 2 v.3; e Livro 3 v.6.
- MARX, Karl e Engels F. "Manifesto do Partido Comunista". In: *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. S. Paulo, Grijalbo, 1977, p. 83-116.

- _____ *A Ideologia Alemã*. S. Paulo, Grijalbo, 1977.
- MARX, Karl et alii. *A Questão do Partido*. S. Paulo, Kairós, 1978.
- MARTINS, Ibiapaba. "Proletariado e Inquietação Rural". In: *Revista Brasiliense*, (42). S. Paulo, julho/agosto, 1962, p. 63-81.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. *A Questão da Reforma Agrária*. (Texto apresentado para discussão no IV Encontro do Grupo de Movimentos Sociais no Campo/PIPSA. Recife, 1979), mimeografado.
- MORAES, Clodomir dos Santos de. "Las Ligas Campesinas de Brasil". In: STAVENHAGEN, Roldofo. *Movimentos Campesinos en America Latina*. México, Hardenas, 1976.
- MULLER, Geraldo. "A Industrialização no Campo no Brasil - Algumas Notas". In: *Reforma Agrária*. (10) (4/5) julho/outubro, 1980, p. 65-71.
- NEVES, Lucilia de Almeida. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*. Belo Horizonte, Vega, 1981.
- NOVAIS, Fernando. *Estrutura e Dinâmica do Artigo Sistema Colonial (Século XVI-XVIII)*. Cadernos Cebrap nº 17, 4a. edição. S. Paulo, Brasiliense, 1978.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. S. Paulo, Hucitec, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(l)igião*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____ *A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista*. In: *Selecções Cebrap*, (1). S. Paulo, Brasiliense, 1977, p. 5-78.
- PASSOS GUIMARÃES, Alberto. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 4a. edição, R. Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PEREIRA, Astrogildo. *Construindo o PCB (1922-24)*. Organização e Apresentação de Michel Zaidan. S. Paulo, Ciências Humanas, 1980.

- _____ *Ensaio Históricos e Políticos*. S. Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. S. Paulo, Brasiliense, 1979.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A que Herança os Comunistas devem Renunciar?* Oitenta (3), Porto Alegre, abril, 1980, p. 197-223.
- SIGAUD, Lygia. *A Nação dos Homens*. R. Janeiro, 1971. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional), mimeografado.
- _____ *Os Clandestinos e os Direitos*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- SILVA, Sérgio. "Agricultura e Capitalismo no Brasil". In: *Contexto* (1), S. Paulo, Hucitec, novembro/1976, p. 23-32.
- SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes (Nacionalismo em Crise: 1955-1964)*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SOUZA MARTINS, Heloisa H. Teixeira de. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. S. Paulo, Hucitec, 1979.
- SUDENE/DIVISÃO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS e UFPe/DEPTº. DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Migrações Sazonais no Nordeste*. Relatório de Pesquisa. Texto e coordenação de Bonifácio Andrade/UFPe, Recife, 1979, mimeografado.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Desenvolvimento da Produção Agropecuária, 1930-1970*. Unicamp/Deptº. de Economia e Planejamento Econômico. Texto para discussão nº 9, 2 volumes, Campinas, outubro, 1981, mimeografado.

TELLES, Jover. *O Movimento Sindical no Brasil*. S. Paulo, Ciências Humanas, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *Capital e Propriedade Fundiária: Suas Articulações na Economia Açucareira de Pernambuco*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____ "Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira". In: *Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 15-40.

_____ *O Camponês: um Trabalhador para o Capital*. Versão preliminar para discussão. Unicamp/Grupo de Estudos Agrários. Campinas, 1979, mimeografado.

WEFFORT, Francisco C. "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1945/1964". (Segunda Parte). In: *Revista de Cultura Contemporânea*. (2) ano 1. S. Paulo, Cedec/Paz e Terra, janeiro, 1979.

WERNECK Viana, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2a. edição, R. Janeiro, Paz e Terra, 1978.

B) JORNAIS:

- Coleções do Arquivo Público de Pernambuco: *Folha do Povo*, *Folha da Manhã*, *A Hora*, *A Luta*, *Jornal do Comercio*, *Última Hora* (Recife).

- Coleções da Universidade Federal da Paraíba/Núcleo de Documentação: *Estado de São Paulo*, *Liga*.

C) DEPOIMENTOS:

- Núcleo de História Oral do Centro de Estudos Josué de Castro.

- Relatos e Entrevistas.

A N E X C

NOTA OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, DATADA DE 09 DE JULHO DE 1963:

Aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona do Açúcar em PE

Prezados Companheiros:

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar convida os diretores e demais integrantes desse órgão de classe a participarem de uma reunião-consulta entre os representantes de todos os trabalhadores na zona da cana, na qual serão debatidos os seguintes pontos:

1º) Campanha pela unificação do salário mínimo em toda a zona do açúcar;

2º) Previdência Social e assistência médica;

3º) Enquadramento sindical e carteiras profissionais dos trabalhadores das usinas de açúcar;

4º) Monocultura da cana e Reforma Agrária;

5º) Pacto de Unidade e Ação Comum.

É manifesta a importância de uma reunião desse tipo.

Os trabalhadores da zona do açúcar não podem mais tolerar que municípios onde se localizam indústrias que se jactam, nos jornais, de ser base principal da economia pernambucana, continuam a se beneficiar com o pagamento do mais baixo salário mínimo.

Urge, pois, organizar as nossas forças de trabalhadores - que plantam as canas e movem as máquinas - para exigir do Governo imediata revisão no zoneamento salarial, passando todos esses municípios para a segunda subzona.

Somos chamados, no momento, a seríssimas tarefas. Es tá comprovado que, sem a nossa participação de trabalhadores de uma região semi-feudal - onde ainda se assassinam impunemente nossos ir mãos; sem que estejamos unidos e organizados, à frente dessa luta, não sô os salários continuarão os mesmos, como a carestia prosseguirá e prosseguirá também a fome e a miséria. Pois as terras continuam nas mãos dos donos da política; e são eles que ditam o entreguismo do Governo e do Congresso. São eles, como é natural, que sabotam até uma Reforma Agrária mediante indenização em títulos públicos aos latifundiários desapropriados.

Pela Reforma Agrária, pois, é por melhores condições de vida p'ra já, precisamos nos unir.

Se o Governo e o Congresso, em poucos dias, aprova o aumento dos preços dos alugueis, para beneficiar os grandes proprietários da cidade; se apressadamente, é elevado o preço do açúcar, em benefício tão somente de grandes proprietários do campo; - por que não se aprova u'a melhor distribuição das terras? Por que não se elimina a diferença nas subzonas de salário mínimo?

Concitamos todos os trabalhadores da zona da cana de açúcar a uma união férrea em torno de nossas reivindicações. Essa u nião, nós a traremos para a cidade, a fim de marcharmos, todos, uni dos aos nossos irmãos operários urbanos, já que trabalhador é irmão de trabalhador.

Local da reunião-consulta: Sindicato dos Têxteis do Recife, Avenida Manoel Borba.

Data e hora: Sexta-Feira, 12 do corrente, às 19+30 horas.

Saudações proletárias,

JOSÉ APOLÔNIO DA SILVA

(A HORA, 13.07.63).